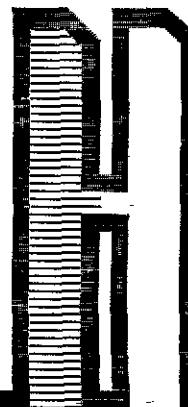




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 052

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 71^a SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer encaminhado à Mesa

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 78/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que instituiu normas básicas sobre alimentos.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 88/84, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando informações do Poder Executivo relativas ao Requerimento nº 65/84. Deferido.

1.2.4 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Hélio Góes e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR FÁBIO LUCENA — Falecimento, hoje, na cidade de Manaus—AM, de Dom Milton Correia Pereira, Arcebispo Metropolitano daquela cidade. Liquidação extrajudicial de empresas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, que menciona.

SENADOR ITAMAR FRANCO, pela ordem — Solicitando à mesa a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 133/80, que regulamenta o artigo 80 da Constituição, e dá outras providências.

SENADOR MURILLO BADARÓ — Encaminhando à Mesa projeto de resolução que dispõe sobre o

cumprimento de obrigações financeiras por parte do Governo brasileiro, após prévia autorização do Senado Federal.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Movimento grevista reivindicatório dos professores das universidades federais autárquicas.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Fala da Presidência

— Resposta a consulta feita pelo Sr. Senador Itamar Franco, ao encaminhar à Mesa requerimento solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 133/80.

1.2.8 — Requerimento

— Nº 89/84, de autoria dos Srs. Senadores Aloysio Chaves e Humberto Lucena, de urgência para o Projeto de Resolução nº 18/84.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 349/79, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá direito ao marido de segurada à assistência médica. **Declarado prejudicado**, tendo usado da palavra o Sr. Nelson Carneiro. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei da Câmara nº 82/81 (nº 2.768/80, na Casa de origem) que altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 67/83 (nº 939/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a responsabilidade dos ocupantes de cargos de direção de órgãos da Administração Pública Federal direta ou indireta. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara 51/78 (nº 1.465/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 54/81 (nº 435/79, na Casa de origem) que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 58/81 (nº 1.595/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 47/83 (nº 5.615/81, na Casa de origem) introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem) alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75 c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 senadores e 11 Deputados, para no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada por falta de quorum.**

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial RUDY MAURER Diretor Administrativo	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL <i>Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</i> ASSINATURAS Via Superfície: Semestre Cr\$ 3.000,00 Ano Cr\$ 6.000,00 Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares

— Requerimento nº 81/84, de autoria do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº S/4, de 1984 (nº 161/84, na origem) pelo qual o Governador do Estado do Pará solicita autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) para o fim que especifica. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 48/83 (nº 5.019/81, na Casa de origem) que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem) que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileira. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOÃO LOBO — Pleito da Associação Comercial do Estado do Piauí junto ao Banco do Brasil.

SENADOR MÁRIO MAIA — Desastre rodoviário ocasionado pela má conservação da BR-364, no Estado do Acre.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Considerações sobre a ponte Rio—Niterói, a propósito do transcurso do 10º aniversário de sua construção.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Nota oficial do Instituto dos Advogados Mato-grossenses, de apoio às eleições diretas já.

SENADOR ENÉAS FARIA — Éxito alcançado pelo Sr. José Vicente Elias à frente da Administração do Porto de Paranaguá.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, de solidariedade aos trabalhadores rurais assalariados dos Municípios de Guariba — SP, Jaboticabal — SP e Santa Helena — GO.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN — Atuação do Prefeito Cláudio Ávila da Silva, de Florianópolis — SC, ao ensejo do transcurso do 1º aniversário de sua administração.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 72ª SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1984.

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 81, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº S/4/84 (nº 161/84, na origem) pela qual o Governador do Estado do Pará solicita autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) para o fim que especifica. **Aprovado**.

— Requerimento nº 89/84, de autoria do Senador Aloysio Chaves, solicitando, urgência para o Projeto de Resolução nº 18/84, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 57.493.536.955,51 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e cinqüenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado**.

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978. **Aprovada**. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 29/83 (nº 21/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do tratado de Nairobi sobre proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

2.3 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Relatório de missão desempenhada por Delegação do Parlamento Latino-americano, nos Estados Unidos da América, no tocante ao problema da dívida externa dos países pobres.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Referente a não designação de Ordem do Dia para a próxima sessão em virtude do comparecimento do Sr. Ministro Jarbas Passarinho.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador José Fragelli, proferido na sessão de 22-5-84.

— Do Sr. Senador Humberto Lucena, proferido na sessão 22-5-84.

— Do Sr. Senador Aloysio Chaves, proferido na sessão de 22-5-84.

— Do Sr. Senador Odacir Soares, proferido na sessão de 22-5-84.

4 — RETIFICAÇÕES

— Trecho da Ata da 59ª Sessão, realizada em 10-5-84.

— Ata da 59ª Sessão, realizada em 10-5-84.

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 71ª Sessão, em 23 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Martins Filho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Louival Baptista — Passos Pôrto — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 237, DE 1984

Da Comissão de redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1983 (nº 20/83 na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1983 (nº 20/83, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1984. — João Lobo, Presidente Passos Pôrto, Relator José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 237, DE 1984

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1983 (nº 20/83, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1984

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 1984

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que “institui normas básicas sobre alimentos”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 11.

VI — indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente por extenso e em português, e a quantidade;

IX — indicação da quantidade máxima dos aditivos usados, que possa ser ingerida por dia sem prejuízo da saúde;

X — outras indicações que venham a ser fixadas em regulamento.”

“Art. 15. Os rótulos de alimentos elaborados com essências naturais deverão trazer as indicações “Sabor de” e “Contém Aromatizante”, seguidas da denominação por extenso e em português do produto utilizado.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O homem utiliza milhares de compostos químicos, aos quais adiciona anualmente cerca de 250 mil novos, sendo que desses, uns 500 são utilizados comercialmente.

Por outro lado, continuamente se encontra exposto a milhões de toneladas de gases, líquidos e produtos químicos lançados ao ar, água e solo, como também adicionados aos alimentos seus e de seus familiares.

Essa enorme quantidade de produtos químicos constitui um risco potencial e muitas vezes real à saúde humana, pois podem ter efeitos carcinogênicos, mutagênicos ou teratogênicos.

Devemos, portanto, procurar eliminar de nosso consumo substâncias nocivas, utilizando outras não perigosas.

Por isto é necessário um policiamento permanente dos pesquisadores, dos políticos, das autoridades governamentais e principalmente do público em geral.

Mas, quanto ao público, como exercer essa fiscalização, se ignora o que ingere diariamente?

O projeto ora apresentado à consideração da Casa visa a ser uma solução para tal problema, aproveitando a legislação que estabeleceu normas básicas sobre alimentos, para afi consignar a obrigatoriedade de ser indicado, no rótulo, a quantidade e bem assim a qualidade dos aditivos empregados, tudo em português e por extenso.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1984. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos

Art. 11. Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I — a qualidade, a natureza, o tipo de alimento, observados a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso de alimento de fantasia ou artificial, ou de alimento não padronizado;

II — nome e/ou marca de alimento;

III — nome do fabricante ou produtor;

IV — sede da fábrica ou local de produção;

V — número de registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde;

VI — indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertencer;

VII — número de identificação da partida, lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;

VIII — o peso ou o volume líquido;

IX — outras indicações que venham a ser fixadas em regulamentos.

Art. 15. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências naturais deverão trazer as indicações “Sabor de...” e “Contém Aromatizante”, seguido do código correspondente.

Às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 88, DE 1984

Requeiro, nos termos do art. 239, inciso I, alínea b, do Regimento Interno e para esclarecimento do assunto objeto do Requerimento nº 65, de 1984 submetido à apreciação desta Casa, sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

a) quais as motivações que levaram o Governo, através do Banco Nacional da Habitação, a solicitar a liquidação extrajudicial das instituições abaixo indicadas, todas integrantes do SBPE:

Haspa Habitação São Paulo S.A. de Crédito Imobiliário

Haspa S.A. Crédito Imobiliário do Rio de Janeiro
Associação de Poupança e Empréstimo de São Paulo (ABESP)

Colmeia Associação de Poupança e Empréstimo do Distrito Federal

Haspa Corretora de Valores

Haspa Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários

Haspa Incorporadora, Administradora e Sistemas Letra S.A., Crédito Imobiliário
Letra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Letra S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobi-
liários

Casa Comércio e Indústria S.A.;

b) Quais, precisamente, as consequências diretas e de-
rivadas do referido pedido de liquidação;

c) Quais os montantes do Ativo e do Passivo a desco-
berto de cada uma delas;

d) Qual o montante do prejuízo resultante da inter-
venção nessas Empresas, a ser absorvido pelo Banco Na-
cional da Habitação?

Justificação

A Nação foi surpreendida no dia de hoje com o noti-
ciário da imprensa dando conta do pedido de liquidação
extrajudicial das empresas integrantes dos grupos Has-
pa, Colmeia e Letra. Na verdade, não causam mais tanta
surpresa escândalos desta natureza, visto que eles estão
inseridos no contexto da caótica e irresponsável política
económica conduzida pelo governo que constitui apenas
um elo na sucessão de estouros que só neste ano já atin-
giu quatro empresas financeiras integrantes do SBPE:
Economisa, Haspa, Colmeia e Letra, além da recente li-
quidação do grupo Continental, ocorrida no mês de abril
passado.

É difícil, Sr. Presidente, no tumultuado quadro político, econômico e financeiro que vive o País, onde as auto-
ridades oficiais se perdem num emaranhado de decisões
inconsequentes, improvisações e declarações irresponsá-
veis, buscar uma causa concreta para a sucessão dos es-
cândalos verificados nos meios financeiros. Na verdade,
as razões são múltiplas, todas elas com uma origem co-
mum: uma política econômica alheia aos reais interesses
do povo; uma política econômica traçada com a finalida-
de maior de proteger interesses de grupos internos e ex-
ternos poderosos, que sempre permanecem impunes
após esses grandes golpes.

O povo brasileiro assiste, cansado e perplexo, a essa
série de intervenções em empresas integrantes do Sistema
Brasileiro de Poupança e Empréstimo, onde estão sendo
consumidas fabulosas somas em dinheiro do povo, sem
que se ofereça uma explicação convincente dessas ope-
rações que, não raro, são denunciadas como altamente
suspeitas.

À vista dessas razões, considerando que a Sociedade
em geral e investidores em particular merecem mais res-
peito e exigem um amplo esclarecimento acerca dos
contínuos escândalos ocorridos em instituições integran-
tes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
(SBPE).

Considerando que as autoridades têm habitualmente
explicado esses fatos através de lacônicas comunicações
do BNH onde nada se explica;

Considerando que a sucessão de desfalques, aliados à
nefasta política do BNH, tem levado o SFH ao descrédito
total perante a opinião pública;

Considerando que o poder público não pode, sob a
alegação de praticar medida saneadora, injetar fabulosas
quantias em dinheiro público sem explicar plenamente
essas operações;

Considerando que é dever do Poder Legislativo fiscalizar
os atos do Poder Executivo, consoante mandamento
Constitucional, são mais do que pertinentes o pedido de
informações que ora encaminho a esta Casa.

Sala das Sessões, 22 de maio de 1984. — Henrique San-
tillo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Serão solici-
tadas as informações requeridas.

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço a palavra
pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a
palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros, pela ordem.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA) — Pela or-
dem. — Senhor Presidente, dada a evidente falta de quó-
rum, solicito a V. Ex¹ a suspensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimen-
tal o requerimento de V. Ex¹. Encontra amparo no art.
180, § 3º, do Regimento Interno. Vou suspender a sessão,
fazendo acionar as campainhas por dez minutos.

(Suspensa às 14 horas e 36 minutos, a sessão é rea-
berta às 14 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reabri-
ta a sessão. Há número legal.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Fábio Lu-
cena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM) — Pronuncia
o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Pres-
idente, Srs. Senadores:

Registro, com pesar, o falecimento, há poucas horas,
ocorrido em Manaus, Capital do Amazonas, de S. Ex¹ Reverendíssima Dom Milton Corrêa Pereira, Arcebispo
Metropolitano de Manaus.

Dom Milton Corrêa Pereira nasceu no Pará, nas terras
de Cametá, e há cerca de quinze anos exercia o seu sacer-
dócio na terra dos amazonenses.

Safesiano de Ordem, tornou-se um patrimônio inesti-
mável da minha cidade, o conselheiro, o pai, o amigo, o
irmão de todos os amazonenses, a quem S. Ex¹ Revm¹
acudia nas horas de aflição e os abençoava, dando a to-
dos o indispensável estímulo para o enfrentamento dos
precipícios.

Industrial da fraternidade, incansável propagador do
Amor, Dom Milton, desde há poucas horas, enlutou o
Estado inteiro do Amazonas e todos os amazonenses, em
cujo nome, Sr. Presidente, eu registro, com pesar, tão do-
loroso passamento, fazendo votos a Deus para que se te-
nha repetido com aquele grande sacerdote as expressões
do poema de Bandeira, em relação a Irene: "Pode entrar,
você não precisa pedir licença".

O Sr. Jorge Kalume — Permite-me V. Ex¹ um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com muita honra, ouço
V. Ex¹, nobre Senador.

O Sr. Jorge Kalume — Nobre Senador Fábio Lucena,
fiquei surpreso com a notícia do desenlace do Arcebispo
Dom Milton Corrêa Pereira, do Amazonas. Quero, nes-
ta oportunidade em que V. Ex¹ reverencia a sua me-
mória, render, também, o meu preito de homenagem a
quem tanto trabalhou por aquela região, indo até o meu
Estado o Acre. Conheci Dom Milton; era um homem
santo, culto e estou certo de que a sua morte deixou uma
lacuna impreenchível e, por seu desaparecimento, não só
o Amazonas perdeu um dos seus diletos pastores, mas a
Igreja, à qual ele serviu com tanta lealdade, e, podemos
dizer, o Brasil. Muito obrigado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço o aparte de V.
Ex¹, nobre Senador Jorge Kalume.

Recordo, Sr. Presidente, de uma palavras de Dom
Milton que S. Ex¹ Revm¹ proferia em solenidades fú-
nebres. Palavras tão profundas, em seu sentido e conteú-
do filosóficos, que hoje se aplicam ao grande sacerdote
desaparecido. Dizia Dom Milton, em seus magníficos
sermões:

"O homem não nasce para morrer. Ele morre
para renascer."

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex¹ me permite um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Ouço V. Ex¹, Senador
Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Fábio Lucena,
em nome do povo do Pará, terra natal do piedoso Arce-
bispo Dom Milton Corrêa Pereira, desejo associar-me à
expressão de luto de V. Ex¹, falando em nome do povo
do Amazonas. Faz muito tempo que Dom Milton saiu
do Pará para trabalhar na Igreja do Amazonas. Interes-
sante é que ele saiu do Pará para o Amazonas e do Amazonas
foi para o Pará um arcebispo que era do Amazonas, Dom Alberto Ramos. Há, assim, laços de muita inti-
midade, de muito bom relacionamento entre o Pará e o Amazonas, em todas as áreas, portanto, também na área
eclesiástica, na área espiritual, de modo que o povo do Pará chora com o povo baré a perda desse grande sacer-
dote e recebe V. Ex¹, em nome da família cristã do Pará,
as nossas condolências pelo passamento desse grande sa-
cerdote da Igreja Católica.

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu agradeço a V. Ex¹,
nobre Senador Hélio Gueiros.

(Pausa.)

Outro assunto me traz à Tribuna, Sr. Presidente:

A luta continua, porque a vida continua. E porque a
vida continua graças a Deus, nós, de todo o Brasil, vi-
vendo e lutando, continuarmos a assistir aos atos prepa-
ratórios da procissão fúnebre do Governo do General
João Figueiredo.

De fato, Sr. Presidente, as mortalhas já foram enco-
mendadas, os castiçais estão prontos, as velas postas,
prontas para serem acesas e brilharem nervosamente,
como tremulam as chamas de todos os altares. Tudo está
pronto, até as carpideiras, as tradicionais choraminguei-
ras de todos os cortejos, estão a postos, a espera do
dobrar dos sinos, a fim de conduzir, para a sua última
morada, o esquife do Governo que está caminhando
para o fim.

É preciso fazer uma prece, todavia, Sr. Presidente,
para que este Governo, antes de descer à cova fria, e an-
tes de sobre ele ser derramada a implacável lájea, com as
homenagens de estilo, é preciso orar para que o Governo
não leve com ele, para o túmulo, o próprio povo brasileiro.
É o que está acontecendo Sr. Presidente, ao não se
comprazer, ao não se conformar o Governo com que o
laborum.meta, a meta do trabalho, é a última morada, fa-
tal, de todos nós. Nenhum de nós tem o direito, a vele-
dade ou o topete de querer, ou de querermos arrastar co-
noso para a cova fria aqueles a quem Deus ainda não
deu o toque para a chamada final.

Vejá, Sr. Presidente, o que está acontecendo com o
mercado financeiro brasileiro. Em um regime verdadei-
ramente constitucional, em que a Constituição pudesse
prevalecer com todo o seu peso, sua força e sua eficácia,
tanto para os governantes, ou principalmente para os go-
vernantes, quanto para os governados, em um regime
verdadeiramente constitucional e das leis, o próprio Pre-
sidente da República já teria sido intimado por um juiz
ou tribunal constituído, para dar esclarecimentos a res-
peito do escândalo financeiro que tomou conta do nosso
País.

Aquilo, Sr. Presidente, que num regime constitucional
seria o lógico que acontecesse, no Brasil é uma exceção
que não acontece. E porque não acontece, a impunidade
estimula os fraudadores da poupança popular. E as cader-
netas de poupança e empréstimo se transformaram, Sr.
Presidente, em muralhas despoliciadas, que são puladas
na calada das madrugadas por salteadores vulgares, à
vista do próprio guarda-noturno e da Policia comum.
Enquanto os assaltantes proliferam, enquanto se multi-
plicam os assaltos com a rapidez do bacio da tuberculo-
se perante populações desnutridas, caquéticas, doentes e
subnutridas, o Governo cruza os braços, fecha a boca,

tapa os ouvidos e ninguém dá satisfação à opinião pública, aos depositantes, aos que trabalham, aos que pouparam, aos que são iludidos, que são enganados pelo Governo com a complacência, parece que evidente, do BNH, do Banco Central, da Caixa Econômica. Enfim, tornou-se o cliente do mercado financeiro nacional uma peça para aves de rapina, onde a avidez, a acípitrina insaciável não pára de se nutrir com o suor, com o trabalho e com o sacrifício do povo espoliado, do povo desgovernando, o mais espoliado e mais desgovernado, Sr. Presidente, que é o povo brasileiro em toda a face deste planeta.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Ouço V. Ex^e com muita honra.

O Sr. José Fragelli — V. Ex^e está com toda a razão, condenando o sistema de fiscalização dessas organizações financeiras pelos órgãos responsáveis. Ontem, ainda, depoendo na CPI do Sistema Financeiro, o Sr. Deli Borges, que está sendo investigado pelo Banco Central, porque era o chefe do Departamento de Fiscalização deste, alto órgão do nosso sistema financeiro, registrou, pelo conhecimento que tem do assunto, que a fiscalização do Banco Central é deficiente, por duas razões principais: uma delas é a falta numérica de pessoal para poder exercer uma fiscalização de todo o sistema financeiro, de uma maneira que realmente pudesse evitar que abalos como esses, consequentes das falências dessas entidades, pudessem ser evitados. A segunda causa é que o pessoal, numericamente insuficiente, também não se encontra ainda qualitativamente em condições de exercer essa fiscalização. Este o depoimento, ontem, do Sr. Deli Borges. A impressão, pelo menos que eu colhi, é a de que fatos como esse continuarão a se suceder, porque — é ele o disse expressamente — o Banco Central está inteiramente despreparado para exercer essas funções de fiscalizar, adequadamente, as instituições que compõem o sistema financeiro. Se bem me lembro, ele disse que essa fiscalização pode ser feita, no máximo, num determinado período de tempo, de um ano, também, se bem me recordo, apenas com 40% dessas entidades. Então, aquele alto funcionário do Banco Central afirmou ser o sistema o seguinte: o banco escolhe aquelas firmas, ou aquelas organizações financeiras, por amostragem, aquelas que, segundo os dados levantados, estão em condições mais precárias, e estas, somente estas, são fiscalizadas. E as outras, que supostamente estejam em boas condições, passam dois anos ou mais sem experimentar ou sofrer nenhuma investigação do Banco Central. Foram essas as razões apresentadas quando perguntado o Sr. Deli Borges como é que se passou tanto tempo, se a devida investigação, na Coroa-Brastel, por exemplo, na Delfin e nas demais, embora a Delfin fosse do BNH. Aí estão algumas das causas, sem se falar em possível corrupção, proteção ou amparo de autoridades a algumas dessas organizações. Nobre Senador, vou interromper o meu aparte que já está longo, eu não gosto de dar apartes longos, o aparte tem que ser breve por natureza mas, no decorrer do discurso de V. Ex^e, se me permite, talvez faça algumas intervenções para citar fatos como os que acabo de mencionar.

O SR. FÁBIO LUCENA — É sempre um prazer ouvir V. Ex^e. Posso assegurar-lhe todaya e ao Senado Federal que esse depoimento é falso. Estamos diante de uma verdade, uma vez que existe no País uma instituição chamada Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que estava investigando em processo de falência a famosa Haspa, nobre Senador, que teve a intervenção decretada pelo Banco Central há apenas 48 horas. A Haspa estava sob investigação da SUSEP, e colho informações

no **Jornal da Tarde** de hoje, de São Paulo, que positivam que os investidores das poupanças premiadas — tipo Haspa, tipo Colmeia, aqui em Brasília — esses não têm os seus depósitos garantidos pelo Governo Federal e perderão os mencionados depósitos pelo fato de a SUSEP haver constatado o estado de insolvência das cadernetas de poupança e empréstimo, que ora estão sob intervenção do Banco Central.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Esta a realidade, nobre Senador José Fragelli.

O Sr. Virgílio Távora — Somente para uma explicação.

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu lhe dou o aparte dentro de 30 segundos.

O Sr. Virgílio Távora — Pois não.

O SR. FÁBIO LUCENA — Existe mais, existe um dispositivo na Lei de Segurança Nacional, nobre Senador José Fragelli, que define como crime contra a Segurança Nacional qualquer divulgação de informação que provoque abalo no mercado financeiro. Então, no momento em que um jornal, ou um jornalista, fizer denúncias de prováveis escândalos no mercado financeiro, ele está sujeito a um processo-crime por força da Lei de Segurança Nacional e a Lei de Segurança Nacional, nobres Senadores, existe, também, neste caso, para proteger os salteadores da poupança popular que se enquistaram nessas cadernetas de poupança tipo Coroa-Brastel, Delfin, Haspa, Letra, Colmeia e tantas e tantas outras, porque não são mais cadernetas de poupança e empréstimos, são sangue-sugas instituídos sob a proteção das Leis brasileiras e sob a displicência confessada do Banco Central do Brasil, que estão a dilapidar os recursos públicos até que a autoridade da soberania popular, até que um Presidente da República eleito pelo povo brasileiro ponha termo a esse regime onde só se vê quase e quase escândalos, onde o escândalo serve de enxoval entre os governantes e os dilapidadores dos recursos populares que são esses empresários de cadernetas de poupança, até enfim, Sr. Presidente, que o regime da dignidade pública seja restaurado neste País através de eleições diretas.

Ouço V. Ex^e, nobre Líder, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Emínte Senador, é para dar uma informação a V. Ex^e, que aliás é de conhecimento de V. Ex^e, todos os depósitos destas cadernetas, a que V. Ex^e aludiu, até 3.500 UPCs...

O SR. FÁBIO LUCENA — Até trinta e cinco milhões de cruzeiros...

O Sr. Virgílio Távora — ...trinta e cinco milhões oitocentos mil cruzeiros estão garantidos pelo Governo. E os depósitos da Colmeia, a partir do dia 1º de junho, estarão à disposição dos seus detentores, nas diferentes agências para que forem transferidas.

O SR. FÁBIO LUCENA — Interessantíssimo!

O Sr. Virgílio Távora — Já na próxima semana...

O SR. FÁBIO LUCENA — Interessantíssima a sua informação, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — Não. V. Ex^e disse que eles iriam perder os depósitos. Isso não é verdade.

O SR. FÁBIO LUCENA — É muito interessantíssima a sua informação. Estamos diante de um fato novo...

O Sr. Virgílio Távora — Não é interessante, nem deve-ria ser. Ou ela é real ou não é. Mas o fato é real.

O SR. FÁBIO LUCENA — Excelência, permita-me. Estamos diante de um fato novo que põe por terra o argumento de que os depósitos limitados a 3.500 unidades padrão de capital estariam sob a proteção do Governo Federal e os depositantes que tivessem depósitos até esse limite estariam acobertados pelo Governo Federal. Cita V. Ex^e o exemplo dos depositantes da Colmeia, que perderão sacar os seus depósitos a partir de 1º de junho.

O Sr. Virgílio Távora — Não. É que V. Ex^e estava citando como último caso...

O SR. FÁBIO LUCENA — Ocorre, todavia, que nos casos de insolvência e, nobre Senador, nos casos sob investigação da Superintendência de Seguros Privados, os depositantes não têm esse direito, salvo se o Governo — círculo, creio eu, sinceramente, a que não vai chegar — esteja disposto de fato a acobertar o assalto declarado.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, isso se dará daqui a uma semana.

O SR. FÁBIO LUCENA — No caso da Haspa, cuja insolvência era um fato, existe um processo de insolvência, a SUSEP está investigando essa caderneta há mais de seis meses. O Governo sabia dos rumos em que embarcaria essa caderneta e cruzou os braços...

O Sr. Virgílio Távora — Não cruzou os braços, deu um prazo para ela se recuperar...

O SR. FÁBIO LUCENA — ...e permitiu que durante meses e meses os depósitos públicos... Nobre Senador, permita-me falar, que lhe darei o aparte com todo o prazer, conforme é de meu hábito.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^e cisma de uma coisa tão fora da realidade...

O SR. FÁBIO LUCENA — Não está fora da realidade. Lamento profundamente que V. Ex^e às vezes, aqui, empreste o seu nome público, a dignidade tão relevante do seu mandato, o extraordinário nome que tem V. Ex^e, nobre Senador, para substituir a credibilidade que não possuem certos atos do Governo. Lamento profundamente que isso seja feito, porque ninguém pode duvidar da credibilidade, da honorabilidade do Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Nobre Senador, não faltamos com a verdade.

O SR. FÁBIO LUCENA — Mas nobre Senador, recuso-me a confundir V. Ex^e com essas empresas salteadoras da poupança popular.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Senador Fábio Lucena, o tempo de V. Ex^e está esgotado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Recuso-me e é meu direito, é meu dever; não o farei.

Nobre Senador Virgílio Távora, V. Ex^e é um homem público inatacável. Lamento profundamente, como aconteceu no caso do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, em que pela voz de V. Ex^e, o Ministro da Agricultura fez com que todos nós, Senadores, acreditássemos que aquele banco estava com suas operações absolutamente acobertadas pela normalidade, pela licitude, pela legalidade, enfim, por todos os padrões legais e éticos que devem amparar o comportamento de entidades públicas.

O Sr. Virgílio Távora — Dá licença V. Ex^e, nobre Senador, já que fui citado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Claro.

O Sr. Virgílio Távora — Quanto ao ataque feito ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo pelo eminente Senador Álvaro Dias, o fato foi esclarecido e foi dada razão a S. Ex^e — veja nos Anais da Casa, que dissemos que S. Ex^e estava com a razão, tanto que o Banco Central fez a chamada à ordem não só do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, como de todos aqueles *soit disant* sócios das cooperativas lá na Bahia. Foi dito aqui, ao contrário do que V. Ex^e dá a entender, que o banco estava em falta e que o nobre Senador Álvaro Dias estava com a razão. Fazemos um apelo ao Sr. Presidente para que faça chegar às mãos do eminente Senador pelo Amazonas o Diário do Congresso...

O SR. FÁBIO LUCENA — Nobre Senador, eu dispenso.

O Sr. Virgílio Távora — ...que foi, aqui, de público, justamente reconhecido que estava errado. Nada fizemos, não trouxemos aqui os detalhes, frisamos os fatos apenas. Se V. Ex^e permite alongar um pouco o aparte, queremos deixar bem claro qual é a situação do Vice-Líder. Ele recebeu uma informação e não procurou mistificá-la nem, ao mesmo tempo, jamais, em tempo algum, veio dizer que o que estava errado estava certo. Isto, nunca fizemos. Apresentamos os fatos e deixamos à consideração dos ilustres colegas da Oposição. Isto não ocorreu só uma vez, mas variadíssimas vezes, inclusive, o exemplo dado por V. Ex^e aqui, neste momento, afirmando que estavam os depositantes, graças à ação nefasta, etc., etc., etc. V. Ex^e, também, citou a última dessas instituições, à Colmeia, como prejudicada; dissemos: o Governo garante por lei e, não faz favor, depósitos até 3.500 UPCs, que equivale a Cr\$ 35.800.000,00 aproximadamente. Isto não significa acobertar, acumpliciar. Uma atitude dessas não é estar defendendo uma atuação, não é estar dando justificativa para quem errou e o Banco Central puniu, fazendo a interferência.

O SR. FÁBIO LUCENA — Não usei esses verbos...

O Sr. Virgílio Távora — Não acreditamos, não usamos a credibilidade que generosamente V. Ex^e nos atribui para justamente acobertar erros de ninguém. Isso fica bem claro, bem límpido na declaração que aqui neste momento fazemos. E quanto à credibilidade que temos perante V. Ex^e, isso só nos faz encher de orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho. Fazendo soar a campainha) — Nobre Senador, o tempo de V. Ex^e está esgotado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, peço a V. Ex^e que me permita concluir o meu pronunciamento em face dos repetidos apartes que, pelo dever e pela natureza do assunto, tive que conceder.

Em primeiro lugar, nobre Senador Virgílio Távora, a credibilidade de V. Ex^e não é uma imputação de nossa parte para V. Ex^e, é V. Ex^e quem inspira, por seu comportamento e é, quem impõe essa credibilidade. Em segundo lugar, não usei expressões como acobertar ou acumpliciar; o que disse, e repito, é que é lamentável que o Governo, em algumas ocasiões, se sirva da credibilidade de V. Ex^e para aparentar, junto ao Senado, a credibilidade que o Governo não tem. Este é um fato!

No caso das cadernetas de poupança, da Haspa e da Letra, Sr. Presidente, que estão em processo de insolvência, isso é rúdimentar em Direito falimentar, Sr. Presidente; basta que os investidores, após a liquidação dessas empresas promovam a venda dos bens façam sobre o resultado dessa venda um rateio entre eles, investidores, para que desapareça o direito dos depositantes, o alegado direito dos depositantes aos depósitos, porque esses depósitos simplesmente não mais existirão após o rateio dos bens da empresa insolvente. É isso que se esconde por detrás da falaciosa garantia que o Governo dá aos

depositantes das cadernetas de poupança. Que garantia é essa, Sr. Presidente? Está certo, o depositante recebe os seus fundos com todas as garantias monetárias, inclusive a correção, mas durante quanto tempo a caderneta de poupança, antes da insolvência ou da interdição de suas atividades pela autoridade competente; durante quanto tempo essa caderneta de poupança manipulou, a seu bel-prazer, como quis e entendeu, os recursos da poupança popular? Essa é a pergunta, Sr. Presidente, que quando for respondida levará esses *Dilingers* todos para a cadeia que é o seu verdadeiro lugar.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^e concederia um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com a permissão do Sr. Presidente, ouvirei o Senador Hélio Gueiros e a seguir farei terminado o meu pronunciamento.

O Sr. Hélio Gueiros — Senador Fábio Lucena, o pior é que, no caso específico da Colmeia, não faz um mês ou dois, quando houve a liquidação da Economisa, saiu uma nota oficial do BNH dizendo que estava encerrado todo o ciclo de punições, de interdições, de qualquer tipo de punição a essas cadernetas de poupança. Quer dizer, o Governo mente ao povo, descaradamente, em nota oficial. E quem acredita no Governo foi atrás da nota oficial do BNH e reforçou até mesmo os seus depósitos nessa Colmeia e nessa Haspa. Isto é que é um absurdo. Quer dizer, então não vale o argumento dado pelo depoente na Comissão do Senador José Fragelli, porque foi o BNH que naturalmente, depois de ter investigado a Colmeia e Haspa, deu a nota oficial tranquilizando todos os depositantes da caderneta de poupança, que podiam estar tranquilos, que estava tudo garantido, e o BNH dizia que estava encerrado o ciclo. Está-se vendo, Sr. Presidente, que não está encerrado coisa nenhuma. E outra vez o ilustre Presidente do BNH vem, de ontem para hoje, garantindo: "Fiquem tranquilos os depositantes que as outras todas estão muito bem situadas, não há perigo nenhum de quebra". V. Ex^e vai verificar se daqui a 15 dias não vai ter outra quebra espetacular entre as cadernetas de poupanças do Brasil.

O SR. FÁBIO LUCENA — Quinze dias, Ex^e? Eu não dou uma semana!

E ainda querem negociar com esse Governo que todos os dias dá provas provadas, comprovadas, não mais de incônia ou incompetência, mas de conivência com o processo de bancarrota em que esse Governo manirroto colocou o nosso País.

Eu indagaria, antes de conceder o aparte ao nobre Senador Henrique Santillo, se é possível conciliar, pelo menos conversar com um Governo assim, para compor... Mas compor o que? Apanhar o nosso PMDB, Partido de tantos sofrimentos, de tantas glórias, vitórias e angústias, e atrelá-lo a esses assaltantes? Não, Sr. Presidente. Não será com a minha conivência e não será sem o meu protesto veemente, protesto cabal e veemente. Haja o que houver, não vamos manter diálogo com assaltantes da força popular. Antes de pretender conversar com o PMDB, deve o atual Governo sanear-se primeiro. Não concebo que homens de mãos limpas do PMDB estejam dispostos a estender suas mãos a quem as mesclou, as enlameou com o suor, com o sacrifício e com o dinheiro do povo brasileiro.

Sr. Presidente, implorando por sua tolerância, ouço o aparte do nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Senador, o tempo de V. Ex^e esgotou-se há 12 minutos.

O Sr. Henrique Santillo — Será um aparte em questão de segundos, apenas para dizer que há fortíssimas evidências da incônia desse Governo, sobretudo nesta área. Veja V. Ex^e que, logo após a falência da Economisa, há pouco mais de 15 dias, uma das instituições citadas pelo BNH, para a transferência dos correntistas daquela insti-

tuição falida, foi a Colmeia, Caderneta de Poupança Colmeia. Isso há 15 dias da falência dessa outra instituição. Veja V. Ex^e a incônia desse Governo, veja V. Ex^e a incônia do próprio BNH, no caso.

O SR. FÁBIO LUCENA — Tem toda a razão V. Ex^e

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^e e dos nobres pares, mas, antes que o Governo baixe ao tumulto, é preciso que o PDS, por seus Deputados e Senadores que têm responsabilidade com os seus Estados e com o seu povo, é preciso que o PDS também reaja, para não ser levado de arrastão a essa cova fria, não apenas a um sepulcro, mas à fatal e inevitável condenação do povo e da História.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, estou encaminhando a V. Ex^e o seguinte requerimento:

Nos termos do artigo 195, item II, letra e, requerendo a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1980, que "regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências".

Sala das Sessões, 23 de maio de 1984. — Itamar Franco.

Para uma interpretação da Presidência acerca do Regimento Interno da Casa, consulto V. Ex^e sobre o seguinte:

Diz o art. 195:

Art. 195. A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das Comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

Vou saltar o item I para ler o item II.

II — por ato do Presidente, quando se tratar: e) de proposição da legislatura em curso se:

1) Passados 6 (seis) meses do início da tramitação no Senado, ainda não houver figurado em Ordem do Dia;

Consulto V. Ex^e o seguinte: "por ato do Presidente, seria um ato normativo, de acordo com o Regimento, ou uma deliberação apenas pessoal do Presidente?

Esse o requerimento que encaminho a V. Ex^e, tendo por base o art. 195, item I, letra e do Regimento.

É a consulta que dirijo a V. Ex^e.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A questão de ordem de V. Ex^e é complexa, mas asseguro que ainda no decorrer desta sessão eu darei os esclarecimentos necessários.

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, para uma breve comunicação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Galvão Modesto — Odacir Soares — Alexandre Costa — José Sarney — Guilherme Palmeira — Jutahy Magalhães — João Calmon — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

- Requerimento nº 89, de 1984;
- Redação final do Projeto de Resolução nº 127, de 1982; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — o eminentíssimo Senador Itamar Franco, na hora do expediente, enviou à Mesa um requerimento nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, nos termos do art. 195, item II, letra e, requeiro à inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1980, que regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.”

Ao encaminhá-lo, usando da palavra, o nobre Senador consultou a Presidência sobre a possibilidade do deferimento à sua solicitação.

A Presidência presta, agora, os esclarecimentos necessários à consulta formulada pelo eminentíssimo Senador Itamar Franco.

A proposição a que S. Ex^e se refere, o projeto de Lei do Senado nº 133, de 1980, recebeu, em regime de urgência, pareceres orais, contrários, das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Imediatamente após terem sido proferidos os pareceres, o então Senador Paulo Brossard, em questão de ordem, indagou se o parecer oral é o parecer da comissão técnica correspondente, diante do que a Presidência suscitou a tramitação da matéria até a deliberação da Comissão de Constituição e Justiça sobre a questão de ordem. A consulta foi formulada pela Presidência àquela comissão que, até agora, não se manifestou.

Dante disto, a Presidência informa ao eminentíssimo Senador Itamar Franco que gestionará, junto ao Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que apresse sua deliberação, a fim de que a matéria possa estar em condições de ser incluído em ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa, requerimento, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 89, de 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea “c” do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 18, de 1984, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 57.493.536.955,51 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e cinqüenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Sessões 23 de maio de 1984. — Aloisio Chaves — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com o disposto no art. 375 item III do Regimento Interno, este requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 90, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea “d”, do Regimento Interno, requeiro à inclusão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 13 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1984. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com a deliberação do Plenário, passa-se à apreciação, em primeiro lugar, do item nº 13.

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 1979, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá direito ao marido de segurada à assistência médica, tendo

PARECERES; sob nºs 1.365 a 1.367, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, pela prejudicialidade; e

— de Finanças, pela prejudicialidade.

(Tramitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1979, e com o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 1979)

Em votação o projeto.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Ex^e

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana passada este projeto veio a Plenário, e aqui se suscitou um largo debate sobre a conveniência da sua aprovação. Naquela oportunidade intervi para dizer que, salvo engano, projeto semelhante, também de minha autoria, havia sido convertido em lei.

Hoje, posso trazer a V. Ex^e à Casa os esclarecimentos devidos. Realmente, este projeto, que se discute, em um projeto de 1979, quando o projeto nº 5, de 1976 do dia 10 de março de 1976, mais amplo foi convertido em lei, na Lei nº 7.010, de 1º de julho de 1982, que diz:

LEI N° 7.010, DE 1º DE JULHO DE 1982

Acrecenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 11.

§ 6º O marido desempregado será considerado dependente da esposa ou companheira segurada do Instituto da Previdência Social — INPS, para efeito de obtenção de assistência médica”.

Art. 2º A assistência de que trata esta Lei será prestada na forma do artigo 46 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1982; 161º da Independência e 94º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Hélio Beltrão.

Assim, Sr. Presidente, este projeto pioneiro, de 1976, finalmente se converteu em realidade em 1982. Como de hábito, e tendo-se encerrado a legislatura anterior, em 1979 reapresentei o projeto.

O projeto que se discute é até menos amplo daquele que se tornou realidade, porque o em exame concede apenas direito à assistência ao marido da segurada. E o projeto que se tornou lei assegura esse direito, não só ao dependente da esposa, mas também ao dependente da companheira.

Por este motivo, Sr. Presidente, com estes esclarecimentos, acho que o projeto que está na pauta da Ordem do Dia, sob o nº 13, deve ser julgado prejudicado, porque a matéria, nela examinada, já foi convertida em lei.

Era o que tinha a dizer, prestando os esclarecimentos prometidos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Diante da evidência apresentada pelo nobre Líder Nelson Carneiro, a Lei nº 7.010, de 1º de julho de 1982, idêntica ao projeto em questão, a Presidência declara, nos termos do § 1º do art. 369 do Regimento Interno, a prejudicialidade da matéria, que será definitivamente arquivada.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 91, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea “d”, do Regimento Interno, requeiro à inclusão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 10 seja submetida ao Plenário em segundo lugar.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1984. — Hélio Gueiros.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em votação o requerimento que vem de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Vai-se proceder à verificação requerida. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de “quorum”, a Presidência irá suspender a sessão por alguns minutos e fará acionar as campainhas, a fim de convocar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Persistindo a falta de “quorum”, a Presidência deixa de realizar a verificação solicitada.

O requerimento de inversão fica prejudicado.

Em razão disso, as matérias constantes dos itens nºs. 1 a 12 constituídas dos Projetos de Lei da Câmara nºs. 82/81, 67/83, 51/78, 54/81, 58/81, 47/83, 5/81 e 10/83; Requerimentos nºs. 784/83 e 81/84; e Projetos de Lei do Senado nºs. 79/79 e 48/83, em fase de votação, têm sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passaremos, então, ao item nº 14, último da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de mas-

sa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs. 186 e 187, de 1983, das Comissões:

— de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e

— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PDS — PI) — Pronuncia o seguinte discurso. (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi da Associação Comercial do Piauí um pedido para que requeiresse junto ao Presidente do Banco do Brasil, o Dr. Oswaldo Colin, a manutenção de um pleito dirigido à alta direção do Banco, em fevereiro de 1983.

Naquela ocasião, a Associação Comercial do Estado do Piauí expôs a S. Exª que apenas 0,7% dos recursos totais do Banco do Brasil eram aplicados no Piauí e que o pedido da Associação, de interesse do comércio, da indústria e da agropecuária do meu Estado, que tem como principal suporte financeiro o Banco do Brasil, era de que, em 1983, o Banco destinasse ao Piauí um aumento de 0,1% das suas dotações, isto é, que em 1983 o Banco do Brasil passasse a destinar ao Piauí 0,8% da sua dotação nacional.

Em 1984, nós pedimos que isso fosse elevado para 0,9%, para chegarmos, em 1985, com uma dotação de 1% da aplicação total do Banco do Brasil. Era um pleito modesto, pequeno, insignificante quase, mas que atendia às aspirações da classe empresarial do meu Estado. Ora Sr. Presidente, qual não foi a nossa surpresa e a nossa consternação ao verificarmos que, no ano de 1984, Banco do Brasil iria destinar ao Piauí apenas 0,5%, ia haver uma redução, de 0,7% em 1983, para 0,5% em 1984.

É insuportável, verdadeiramente lamentável, o tratamento discriminatório que merecem as regiões pobres, os Estados pequenos deste País. O Nordeste inteiro sofre deste mal. Mas, principalmente são atigidos por ele, pela pouca atenção dos órgãos federais, os Estados pequenos como o Estado do Piauí. Podemos, Sr. Presidente, constatar a veracidade dessa redução. Temos, na minha região, na Cidade de Floriano, uma feira, uma exposição agropecuária que é um grande evento que reúne todo o empresariado, todos os criadores e os pecuaristas do sul do meu Estado e do Estado vizinho, o Maranhão. Pois bem! Este ano, comparecendo àquele evento, que se realizou de 9 a 13 de maio, o Banco do Brasil dotou 12 agências da região com apenas 40 milhões de cruzeiros — apenas 40 milhões de cruzeiros foi o que o Banco do Brasil deu para 12 agências financeiras os pecuaristas e os agricultores daquela região, isto é, mais ou menos 3 milhões e 500 mil cruzeiros para cada agência — cada agência da região teve apenas, do Banco do Brasil, 3 milhões e 500 mil cruzeiros para atender aos criadores, aos pecuaristas e aos agricultores do Sul do Estado do Piauí!

Não tenho nem dudos, Sr. Presidente, para fazer uma comparação com o que acontece, por exemplo, com as feiras de Uberaba, do Rio Grande do Sul, do Centro e do Oeste brasileiros mas, tenho a noção de que por 50 milhões de cruzeiros, qualquer reproduutor médio é ven-

dido nas feiras de Uberaba, um valor muito superior a toda a dotação que o Banco do Brasil levou para a minha região.

Assim, Sr. Presidente, gostaria, através desta Casa, de tentar sensibilizar o Sr. Presidente Oswaldo Colin, a cúpula financeira deste País, para que não deixem que esse problema continue crônico e sem solução: a falta de assistência às pequenas regiões brasileiras.

O ciclo da miséria é de aço, infrangível. É difícil quebrar-se o ciclo da miséria, Sr. Presidente. Nós não temos recursos porque somos pobres, nós somos pobres porque não temos recursos, e não podemos sair nunca desse ciclo vicioso.

Tudo isso é muito lamentável e eu gostaria, Sr., Presidente, de fazer um apelo dramático, um apelo sério ao Banco do Brasil, que tão bons e relevantes serviços tem prestado a todo o Brasil, principalmente ao meu Estado, Estado onde aprendemos a confundir o Banco do Brasil com o Tesouro Nacional, porque a presença constante no nosso crescimento, no nosso desenvolvimento, tem sido a do Banco do Brasil, através de suas agências pioneiros. Nós só conhecemos a ação do Governo Federal através do que o Banco do Brasil faz nas nossas cidades, na nossa região.

Então, Sr. Presidente, o pleito que renovo neste momento, reforçando o pedido da Associação Comercial do Piauí feito ao Presidente e à Diretoria do Banco do Brasil, é de que reconsidere o que foi feito e atenda agora, em 1984, ao pleito daquela Associação, isto é, que destine ao Piauí 0,9% da aplicação total do Banco do Brasil. Queremos apenas 0,9% neste ano de 1984, para atingirmos a 1% no ano de 1985.

Eram estas as palavras que queria pronunciar neste momento, nesta Casa, esperando que elas cheguem aos ouvidos do Presidente Oswaldo Colin e que sensibilizem S. Exª para esta reivindicação do Estado do Piauí.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC) — Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou regressando, neste instante, do meu Estado e pedi a palavra, pela ordem, para fazer uma rápida e breve comunicação a respeito de uma tragédia que acaba de ocorrer no meu Estado: uma tragédia de colisão de veículos.

À primeira vista, pode parecer simples, mas tem implicações que merecem uma comunicação urgente a esta Casa, porque essa tragédia ocorreu em um trecho da BR-364, em frente ao campus da universidade, e nela morreram trucidados e esmagados quatro jovens estudantes, sendo que um ainda está internado, em estado de coma, no serviço de urgência da cidade. As vítimas foram os jovens estudantes Edmar Lyra, José dos Santos, de 27 anos, José Walmir, de 23 anos e uma jovem de 23 anos que era filha única, todos estudantes de Matemática daquela universidade. O desastre ocorreu no momento em que um Fusca ultrapassava outro veículo, colidindo frente a frente com uma caçamba. Mas, a causa principal da colisão, segundo a perícia, Sr. Presidente, como diziam os jornais que estampam as imagens dantescas da tragédia, foram os buracos da rodagem, já que o Fusca dos estudantes bateu em um durante a ultrapassagem, colidindo com a caçamba.

Sr. Presidente, faço esta comunicação porque no exato momento em que estava ocorrendo o desastre, várias máquinas do 7º BEC, lamentavelmente, sem explicação — e isso será motivo de requerimento de informação que vou dirigir à Mesa ainda esta semana e também será motivo de pronunciamento meu a respeito dos trabalhos do

BEC, que estão deixando muito a desejar no meu Estado —, estavam trabalhando para uma firma particular, exatamente a AGRIDIESEL, fazendo terraplanagem no parque de estacionamento daquela firma particular.

Portanto, enquanto as máquinas do 7º BEC, que foram especificamente colocadas à disposição daquele Batalhão de Engenharia do Exército Nacional para feitura e conservação do trecho da BR-364 compreendido entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, ao invés de estarem conservando as estradas, estavam prestando serviços particulares, deixando a estrada em péssimo estado de conservação provocando, portanto, uma das suas deteriorações, uns dos buracos dessa estrada, a tragédia que acabamos de registrar, do qual exibimos aqui as fotografias estampadas nos jornais de hoje, da Cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Portanto, Sr. Presidente, por intermédio da Mesa do Senado, neste instante, solicito à Liderança do PDS para se comunicar urgentemente com o Sr. Ministro do Exército, o Sr. Walter Pires, com o Ministro Danilo Venturini, Secretário do Conselho de Segurança Nacional e Ministro-Extraditário para Assuntos Fundiários e com o Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, para imediatamente se explicarem sobre essa tragédia que ocorreu ontem, por volta das 11 horas, no meu Estado, e que até prova em contrário, eu responsabilizo o Exército Brasileiro, através do 7º BEC do meu Estado.

Portanto, nós do Estado do Acre, o povo do Estado do Acre, exigimos uma imediata explicação do 7º BEC, que é comandado pelo Sr. Coronel Coimbra, no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência alerta os Srs. Senadores de que estão abertas as inscrições para interpelação ao Sr. Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, da Previdência e Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando se iniciou a construção da Ponte Rio-Niterói, anunciada com a "obra do século" e a maior realização revolucionária no tempo do "milagre brasileiro", afirmava-se que ela seria autofinanceável, por via do pedágio arrecadado em dez anos.

Os dez anos se cumpriram este ano e cerca de cento e cinqüenta milhões de veículos, a partir de 4 de março de 1974, pagaram aquela taxa de uso, totalizando, no período, nove bilhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos e vinte e nove cruzeiros, conforme relatório do DNER, impresso, distribuindo-se dez mil folhetos.

Nessa publicação consta que, no período, trinta e duas pessoas morreram e noventa e quatro ficaram feridas em acidentes de trânsito na ponte, assim demonstrada sua segurança, tendo em vista o grande volume diário de tráfego.

A construção da obra levou cerca de cinco anos, com uma única interrupção, quando uma empreiteira foi afastada, por descumprir o contrato. Dez mil homens participaram do trabalho, cujo estudo, estimado em duzentos milhões, pelo Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andradeza, ultrapassou um bilhão de cruzeiros.

Desde 1974, a tarifa do pedágio subiu quarenta vezes, sem acompanhar os índices da inflação, prevendo-se, para este ano, uma receita de seis e meio bilhões de cruzeiros.

Mas a obra ainda exige novos investimentos, em matéria de segurança, devendo ser nela instalado um circuito de TV com câmeras colocadas em toda a extensão das pistas, para transmitir as imagens ao centro de controle operacional, junto à Praça do Pedágio, em Niterói.

A ponte custaria, hoje, cerca de quarenta bilhões de cruzeiros, cerca de cinqüenta milhões de dólares, não po-

dendo ser apontada, por isso, como tendo exercido influência maior em nosso endividamento externo.

Não pode, por outro lado, ser classificado de obra suntuária um empreendimento que contribuiu, decisivamente, para solucionar o problema dos transportes entre o Rio de Janeiro e Niterói e por onde, somente durante o ano passado, trafegaram mais de dezenove e meio milhões de veículos, arrecadando-se, de pedágio, quase quatro bilhões de cruzeiros, ou seja, dez por cento do valor atual do empreendimento.

Embora tenha recuperado, em dez anos, apenas uma quarta parte do dinheiro despendido em sua construção, mesmo que leve mais trinta anos para mostrar-se auto-financiada, a Ponte Rio-Niterói constituiu num dos grandes benefícios do poder central ao Rio de Janeiro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi, faz algum tempo, do Instituto dos Advogados Mato-grossenses uma cópia da Nota Oficial que o referido Instituto divulgou referente a luta pela eleição "Diretas já".

Poder-se-ia afirmar que o documento perdeu a oportunidade. Afirme que não, pois, sempre é bom gravar nos Anais do Senado, portanto do Congresso Nacional, as aspirações do povo brasileiro que nesta época, incontestavelmente, aspira a que se retorne a tradição do povo escolher, livremente, os seus dirigentes.

Alguns conceitos encontrados na citada "Nota Oficial" entre outros revelam que os Srs. Advogados de Mato Grosso, parcela ponderável da inteligência daquele terra, afinados com o ideal do povo reclamam a volta da democracia plena no Brasil. Reclamam mais ainda a "mudança já" daqueles que se eternizam no poder.

Eis algumas afirmações, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"Só o povo titular da soberania nacional tem poder legítimo para escolha do Presidente da República.

E é por isso que só o povo é titular da soberania nacional e não o Congresso, nem o Presidente da República ou os magistrados, que são meros delegados desse povo.

Só o povo na República nos parece ter o Poder Supremo. E tendo Poder Supremo, cabe aos seus representantes cumprirem a vontade do povo e não externar a vontade própria. Desrespeitar a vontade do povo é desacatar a Nação na sua soberania."

Termino, Sr. Presidente e Srs. Senadores, solicitando que a "Nota Oficial" seja no seu total anexada ao meu discurso a fim de que conste dos Anais, do Senado e seja página viva, no futuro para se analisar, estudar e comentar este período da História Pátria.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS MATO-GROSSENSES

Nota Oficial

As eleições diretas constituem a forma genial que a inteligência humana encontrou para escolha do Supremo Magistrado da Nação. Elas representam um aperfeiçoamento das instituições políticas, uma conquista da civilização.

Pode haver eleições indiretas honestas quando a escolha dos delegados votantes se processa na justa proporção entre o número de delegados e o número de eleitores. Mas este não é o caso das eleições indiretas preconizadas na Constituição brasileira depois que ela foi alterada por ato de força.

O Colégio Eleitoral que em nosso País, segundo enxerto feito no texto constitucional, deve escolher o Presidente da República, tem vício insanável desde a origem, porque ele se compõe de delegados eleitos parte em 1982, parte em 1978, e em parte de delegados que nem sequer foram eleitos.

Assim sendo é um Colégio que não representa a vontade atual da nação e a ciência política recomenda que em eleições, os eleitos devem representar a vontade da Nação na época da escolha.

É incompatível com o Direito moderno os eleitores concederem poderes discricionários. Ora, se os candidatos sequer eram conhecidos quando se elegeu o Colégio, a eleição pelo Colégio de Candidatos apresentados agora importa em verdadeiro abuso do mandato. Isso não é eleição indireta honesta, eleitor de anos atrás escolher delegados que só no próximo ano, vão fazer a eleição do candidato que julgar melhor. Em eleições indiretas honestas, o delegado é escolhido para votar em determinado candidato. Esse, evidentemente, não é o caso brasileiro.

Assim sendo, reconhecer a legitimidade do Colégio Eleitoral constituído de forma tão casuística é, na verdade, cassar o direito de voto de mais de cinqüenta milhões de eleitores.

A eleição indireta, tal como está prevista na Constituição, representa retrocesso, o qual, nas instituições, é mais danoso do que o retrocesso na linha da produção, porque representa um passo atrás no caminho da democracia.

O Colégio Eleitoral é detentor de um poder ilegítimo porque o Congresso não é titular da soberania, a não ser naquelas coisas que lhes sejam pertinentes, mas dentre elas não está a escolha do Presidente da República que, na tradição de nosso Direito, foi um poder exercido pelo próprio povo.

Só o povo titular da soberania nacional, tem poder legítimo para escolha do Presidente da República.

Todo poder presidencial que não emana do povo é ilegítimo. É mister que se expurgue da Constituição os dispositivos que foram nela enxertados indevidamente.

Povo não é só trabalhadores ou empresários, militares ou civis, médicos, engenheiros, juristas, lavradores, magistrados, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores, nem só portuários, estivadores, pecuaristas, professores, estudantes, motoristas, motoqueiros, carroceiros, ferroviários, aeroportuários, marítimos, e outras tantas centenas de profissionais aqui não mencionados, mas que poderiam ser incluídos, nordestinos, sulistas, mulheres e crianças, mas povo é tudo isso junto situado no território desta grande Pátria, com as suas leis, suas ciências, o seu passado, a sua tradição, os seus feitos.

E é por isso que só o povo é titular da soberania nacional e não o Congresso, nem o Presidente da República ou os magistrados, que são meros delegados desse povo.

Somente fazendo essa distinção, que é muito conhecida e curial a qualquer jurista, pode-se compreender o equívoco de pensar que é a mesma coisa exercer o poder de que se é titular e exercê-lo por delegação. Quando às constituições republicanas prescrevem que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, estão afirmando também que na República toda autoridade exercita uma delegação do poder, mesmo quando seja membro do poder, ainda que seja Presidente, deputado, senador ou ministro do Supremo.

Eram muitos os que pensam que cabe a eles decidirem sobre as eleições diretas ou indiretas, diretas já ou diretas depois, quando eles — considerarem convenientes.

Ouvimos há poucos dias fala presidencial preconizando que não seria conveniente as eleições diretas já. Entendemos que a matéria é da alçada do Congresso Nacional e sendo assim qualquer um pode opinar, mas o Presidente, não é qualquer um, e se ele representa o po-

der armado não deve manifestar quando a decisão é de outro poder, exclusivamente de outro poder. Há momentos em que se deve falar e há momentos em que o melhor é calar. Não vai aqui nenhuma crítica, mas apenas uma manifestação de alguém que busca o melhor caminho para todos, falando em tese.

Só o povo na República nos parece ter o Poder Supremo. E tendo Poder Supremo, cabe aos seus representantes cumprirem a vontade do povo e não externar a vontade própria. Desrespeitar a vontade do povo é desacatar a Nação na sua soberania.

Nem só a origem, como o exercício do poder revela o democrata que se distingue do ditador. Há Presidentes que foram consagrados nas urnas e tem espírito de ditador, revelando, quando, no exercício do poder fazem mais a vontade própria do que a do povo. Há ditadores que no exercício do poder negam a origem, quando põe a vontade do povo acima da própria vontade e das conveniências das agremiações partidárias. Esses talis são os verdadeiros democratas.

Assim dizemos, para concluir, que quando a maioria do povo brasileiro quer eleições diretas e as quer para logo, como já revelou suficientemente nas concentrações e pesquisas realizadas, ninguém tem autoridade para contrariar essa vontade sem revelar desapreço ao povo, ou seja, desapreço à Nação brasileira.

E magistrados, congressistas ou Presidente devem acatar, se quiserem tranquilidade, se quiserem paz, e não bairras e tumultos.

Ninguém tem autoridade, neste País, para dizer não ao povo, porque graças a Deus ainda somos senhores de nossos destinos e não tutelados e muito menos colonos.

O voto é uma decorrência da nossa liberdade.

Acatando as decisões do povo, qualquer autoridade não faz mais que cumprir seu dever, uma vez que qualquer poder por mais alto que seja que se opuser à vontade popular, será esmagado, e não resistirá ante o poder superior da soberania nacional.

Qualquer Presidente que se ponha no lugar devido, deve falar à nação, com respeito a humildade, ainda que seja eleito e consagrado nas urnas. Não somos militares.

Governar é sobretudo servir. Depois que o povo brasileiro foi desconsiderado na fala presidencial de 15 de março, porque a ele se ordenou uma verdadeira inversão de hierarquia.

Até o Sr. Reagan que, como Presidente dos Estados Unidos é, talvez, o homem mais poderoso do mundo, fala com respeito e consideração ao povo norte-americano e até quando se dirige a outros povos. O mesmo acontece com o Primeiro Ministro russo, Presidente da França ou a Rainha da Inglaterra. Porque tais Presidentes ou Primeiro Ministro citados refletem a vontade do povo de seu país e tremem ante as suas leis e instituições.

Governar é sobretudo servir, e de dois que tenham a boa intenção de servir, servirá melhor aquele que estiver bem preparado para a execução.

Dessa forma, o político afeito à coisa pública, desde jovem nas lutas partidárias, servirá bem melhor no governo que outro estranho a essas lides.

Cada um no que há de mister; deixemos a política aos políticos, as leis aos juristas, a defesa nacional aos generais, e assim por diante; somente dessa forma poderemos promover a grandeza da nossa Pátria.

O militar é um profissional que se prepara para a guerra, guerra que é violência, é desordem, é destruição; o político é homem por excelência das lutas da paz, a luta com ordem para que seja feita a justiça.

Cada um no seu lugar parece bem. Tão importante como a reconstrução nacional é a nossa defesa. Por tais motivos, é louvável a posição dos Srs. Ministros Militares cuidando da Segurança Nacional e não da política.

Cada um no seu mister.

Aconteceu isso que salientamos na fala presidencial do dia 15 de Março, porque não podia o Presidente justifi-

car o injustificável, qual seja a legalidade do Colégio Eleitoral criminoso que impingiram à nação contra a sua vontade.

A Constituição não é símbolo como a bandeira e sim realidade.

Assim como seria atentar contra a bandeira colocar nela expressões atentárias à moral, ou imagem indecente, atenta contra as nossas instituições enxertar a Constituição Federal princípio iníquo que ofende o postulado fundamental da igualdade de todos os brasileiros. Vamos explicar:

Constituição é código de princípios gerais que regulam a vida política do Estado fixando competência e limites de poderes entre os vários órgãos do governo.

Tal como a bandeira que contivesse dito imoral ou imagem indecente não poderia servir a um povo civilizado de símbolo, da mesma forma, a Constituição não pode conter princípio iníquo, sob pena de perder o respeito dos concidadãos. É um princípio iníquo aquele que, ao prescrever as eleições presidenciais, a pretexto de igualar o número de delegados de grandes e pequenos Estados, na verdade valorizou voto dos eleitores de pequenos Estados enquanto tira grande porção de votos, dos eleitores dos grandes Estados.

A Constituição é a suprema lei e como tal ela só deve conter princípios justos. A Constituição vigente está maculada com a enxertia de princípios indecorosos que ferem o postulado da igualdade dos cidadãos, o qual é fundamental para sobrevivência da república e por isso o povo está na rua protestando com justa razão. A expressão mais alta da soberania nacional é o exercício do sufrágio; povo que não vota para escolher o Presidente da República é povo amesquinado, tutelado no seu direito político.

Uma Constituição deve ser garantida pela espada, mas jamais as espadas dos generais podem fazer qualquer tipo de pressão ou ameaça, contra os representantes do povo no ato de votarem, para enxertia de qualquer princípio que seja, sem manchá-la, sem desonorá-la, sem conspurcá-la, tomando o Código assim votado, indigno e imprestável como Código de Honra de um povo livre.

Por tais motivos, de moral e de direito, consideramos um dever precípua decorrente de amor à Pátria, lutar pelas eleições Direta Já, e o Instituto dos Advogados Mato-grossenses, órgão de aprimoramento do direito, não poderia silenciar, jamais nesta campanha de recuperação democrática, e por isso expede a presente nota oficial que submete a consideração de toda comunidade mato-grossense.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA (PMDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quando o PMDB assumiu o Governo do Paraná, o Porto de Paranaguá estava à beira do caos, com um déficit da ordem de 500 milhões de cruzeiros e perdendo exportadores e importadores, que preferiam trocar de porto, em vista da ineficiência do trabalho ali realizado.

No entanto, em pouco mais de um ano, o saneamento financeiro e os investimentos ali realizados com recursos próprios — note-se! — viabilizaram a eficiência da administração portuária no Governo José Richa.

Para alcançar este excepcional saldo, foram necessárias medidas imediatas de retomada do trabalho com seriedade e de preservação dos recursos públicos, cortando todos os gastos considerados supérfluos, ao mesmo tempo em que se abria ampla campanha de conscientização do trabalhador desmobilizado pela administração anterior, para que todos entendessem que, se o porto é um prestador de serviços, deve prestar bons serviços, visto que desses bons serviços só advêm bons resultados e que os bons resultados são sempre distribuídos a todos.

Essas foram as diretrizes adotadas por José Vicente Elias, o Administrador do Porto de Paranaguá escolhido

pelo Governador José Richa e que, através de um trabalho eficiente, dinâmico, honesto, objetivando sempre maior produtividade para o trabalho portuário, conseguiu, utilizando-se sempre de recursos próprios — quando o cumum é ficar na expectativa do socorro federal —, levar o Porto de Paranaguá ao primeiro plano dos terminais marítimos brasileiros.

Como resultado da profusa atuação de José Vicente Elias à frente da Administração do Porto de Paranaguá, chegou-se ao superávit financeiro da ordem de 3 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, o que possibilitou o reinvestimento desses recursos em obras prioritárias, como a aquisição de equipamentos para melhorar as condições de trabalho nas operações de carga geral; a recuperação e troca de peças de todo o complexo de cereais, os "corredores de exportação"; a dragagem de cais; o aprofundamento, de 10 para 12 metros, de um trecho de cais junto ao "corredor de exportação"; a transferência e montagem do *Shiploader*, que irá aumentar de 3.500 para 4.500 toneladas/hora a capacidade de embarque no "corredor de exportação".

Esses investimentos, somados à dragagem de limpeza do canal de acesso, o de Galheta, único para o qual está sendo reivindicada também a participação do Governo Federal, representam, hoje, mais de oito bilhões de cruzeiros, executados exclusivamente com recursos próprios, gerados pelo Porto de Paranaguá, na administração de José Vicente Elias, em boa hora escolhido pelo Governador José Richa para dirigí-lo.

Esse resultado administrativo-operacional e técnico, alcançado pela Administração José Vicente Elias, no Governo José Richa, ganhou aplausos do próprio Ministério dos Transportes e da PORTOBRÁS, cujos dirigentes, em recente encontro, naquele terminal, para o lançamento do Programa de Desburocratização dos Portos, não pouparam elogios à maneira com que vem sendo conduzido o trabalho em Paranaguá. Resposta positiva, aliás, recebida também por parte dos usuários, que, em dezenas de telegramas e até moção ao Governo do Estado — assinada por oito Cooperativas da região oeste do Paraná, que formaram a Cotriguaçu —, manifestaram a satisfação de poder usar agora de um porto desemperrado, ágil e que abre diálogo ao usuário para que participe ativamente da administração, fazendo críticas e sugestões, todas sempre levadas em consideração e muitas delas efetivamente aproveitadas.

Internamente, por outro lado, neste seu primeiro ano de administração, José Vicente Elias procurou caracterizar o Porto de Paranaguá como uma grande empresa, executando medidas de disciplina, como a implantação de identificação funcional, exigência do cumprimento do horário de trabalho, mas, sobretudo, de maior produtividade. Em contrapartida, foi oferecido ao funcionário o abono de férias, a possibilidade de adquirir alimentos com prazo para pagamento e preços 30% em média abaixo dos do mercado, e, ainda, expansão do atendimento médico-dentário e a elevação, em 100%, do seguro pago pelo Porto para cada empregado.

Igualmente, também o Sindicato dos Arrumadores, que tem sua folha paga no Porto, ganhou, na renovação do convênio, a elevação da taxa, de 3 para 5%, sobre a remuneração bruta para a cobertura de material de proteção para os serventes avulsos.

Mas não ficou apenas nisso a atuação de José Vicente Elias, na direção do Porto de Paranaguá. No período 83/84, utilizando-se de "frentes de trabalho", o Porto de Paranaguá admitiu 792 trabalhadores desempregados no litoral para serviços que vão de manutenção e limpeza do complexo "corredor de exportação", da faixa do cais, até para preencher a grave lacuna da falta de operadores e conferentes. Estes trabalhadores braçais foram admitidos através do serviço de empreiteiras.

E tudo isso foi feito sem se recorrer a verbas federais, utilizando-se apenas dos recursos próprios gerados pelo Porto de Paranaguá.

Sucede, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que José Vicente Elias, além de competente administrador, já anteriormente revelado na Prefeitura de Paranaguá, traz em sua atuação a preocupação com o aspecto humano que toda atividade deve perseguir e que constitui uma das metas mais importantes de nosso Partido, o PMDB.

Para nós, o Estado deve subordinar-se ao interesse, ao bem-estar do cidadão. As empresas públicas devem buscar, sim, a maior rentabilidade, a maior produtividade, mas sempre objetivando direcionar esses resultados em benefício da coletividade e dos que se esforçaram para que eles fossem atingidos.

E essa tem sido sempre a marca da atuação de José Vicente Elias, em toda sua vida pública, dedicando seus esforços principalmente para a satisfação dos anseios coletivos. Homem do povo, afinado com as aspirações mais sentidas da coletividade, José Vicente Elias, através de uma atuação que se caracteriza pelo dinamismo e coragem, já operou a esperada reversão de expectativa quando foi designado para a direção do Porto de Paranaguá, e estamos certos de que, na continuidade desse trabalho profícuo, o principal terminal portuário paranaense breve capitaneará os canais de ingresso de divisas para o Brasil, como primeiro porto exportador do País.

Estão, pois, de parabéns, Paranaguá, e o Administrador de seu Porto, o Paraná, o Governador José Richa e o Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A CONTAG emitiu, no último dia 16/5, nota oficial referente aos trabalhadores rurais assalariados dos Municípios de Guariba e Jaboticabal, em São Paulo, e Santa Helena, em Goiás, à qual desejo manifestar meu apoio e que passo a ler para conhecimento desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM SEU PRONUNCIAMENTO
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Nota Oficial

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — manifesta sua solidariedade aos companheiros trabalhadores rurais assalariados dos Municípios de Guariba e Jaboticabal, São Paulo e Santa Helena, Goiás, atualmente em campanha salarial.

Tanto em São Paulo quanto em Goiás os trabalhadores estão lutando contra o sobretrabalho a que estão submetidos pelo aumento das tarefas de 5 para 7 linhas no corte de cana, imposto pela classe patronal.

Este problema tem sua origem na expansão do cultivo de cana-de-açúcar em decorrência da política do Governo Federal de apoio à produção de álcool carburante. Como o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais vem denunciando em inúmeros documentos encaminhados às autoridades e dirigidos à opinião pública, a cana-de-açúcar vem atingindo seriamente a produção de alimentos e expulsando os trabalhadores rurais de suas terras. Sem alternativas, milhares de famílias de trabalhadores rurais tornam-se assalariadas, formando os chamados "bóias-fritas", "clandestinos", "avulsos" ou qualquer outra discriminação que tenham nas diversas regiões do País, à mercê do minguado salário oferecido pelos fazendeiros e latifundiários.

Por outro lado, no meio rural a remuneração do trabalho historicamente sempre se deu na base da produção e com tarefas estabelecidas unilateralmente pelos latifundiários preocupados, única e exclusivamente, em obter maiores lucros. O que ocorre é que essas tabelas são alte-

radas freqüentemente pelos fazendeiros, com o objetivo de anular, na prática, os aumentos salariais dos trabalhadores. Como, por exemplo, no Estado de São Paulo, Goiás e em outros Estados os fazendeiros que vinham utilizando, no corte de cana, o sistema de remuneração por 5 ruas ou 5 linhas passaram a utilizar o sistema de 7 linhas ou ruas. Essa alteração é prejudicial aos trabalhadores que vêm reduzidos, ainda mais, os seus ganhos.

A regulamentação das tabelas de tarefas sempre ocupou a atenção das organizações dos trabalhadores rurais. Desde o início da década de 60, que os trabalhadores rurais, em diversos Estados, desenvolveram lutas buscando unificar e disciplinar o volume de trabalho necessário para a execução de tarefas, reduzindo a intensidade da exploração a que vêm sendo submetidos ao longo dos anos.

— Sintomaticamente, os empregadores sempre resistiram a essa regulamentação. O mais grave é que o Poder Judiciário não percebeu a importância da necessidade de disciplinar as tarefas no meio rural. Tanto é que o Tribunal Superior do Trabalho, em julgamento realizado este ano, anulou uma das mais importantes conquistas dos canavieiros do Rio Grande do Norte, exatamente a tabela de tarefas. Igualmente, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo rejeitou, na campanha salarial do ano passado, a reivindicação relativa à regulamentação das tarefas no corte de cana.

Diante da intransigência patronal e da falta de sensibilidade do Judiciário, não restou aos trabalhadores outra alternativa senão a paralisação do trabalho, através da greve, interrompendo as atividades nas usinas São Martinho, Santa Adélia, Santa Luzia e São Carlos em São Paulo, e Usina do Município de Santa Helena, em Goiás.

É certo que a indignação e insatisfação dos trabalhadores levou alguns a imprevistos, manifestações, sobretudo no município de Guariba, São Paulo. É lamentável, entretanto, a atitude da Polícia Militar, de São Paulo e de Goiás, que usaram meios violentos e desnecessários para reprimir o movimento dos trabalhadores, ferindo à bala dezoito pessoas e provocando a morte de uma pessoa em São Paulo, e levando o pânico em Goiás, ao dissolver uma manifestação atirando a esmo.

Diante da gravidade dos fatos ocorridos, a CONTAG, na qualidade de legítima representante dos trabalhadores rurais brasileiros, exige dos Poderes Públicos, Executivo, Legislativo e Judiciário, a adoção de medidas capazes de disciplinar e regulamentar as tarefas do trabalho no meio rural. Adverte que, caso essas medidas não sejam tomadas de forma imediata, fatos semelhantes aos de Guariba e Santa Helena poderão repetir-se em diversas regiões do País.

Brasília (DF), 16 de maio de 1984. — José Francisco da Silva — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Celebrou-se recentemente o primeiro aniversário da atual administração do Município de Florianópolis, Capital do meu Estado, a cargo do Prefeito Cláudio Ávila da Silva.

O fato se reveste de maior significação justamente porque o atual prefeito é um exemplo típico, e brilhante, da renovação dos quadros políticos em nosso País. Há uma nova geração de líderes e administradores que surge, dentre a qual se destacam alguns valores que, pela sua competência e pelo seu talento, fazem-nos crer com redobrada confiança num futuro melhor para o País.

O jovem prefeito de Florianópolis, saído do movimento organizado da juventude em nosso Estado, a Juventude Democrática Catarinense, elegeu-se deputado estadual pela região da Capital e foi convidado em boa hora

pelo governador Esperidião Amin para exercer o cargo que ocupa atualmente.

Assinale-se a circunstância de que se trata do filho de um ilustre homem público catarinense, que já honrou esta Casa, como representante de Santa Catarina, o saudoso Dr. Renato Ramos da Silva. E vem se desincumbindo de sua missão, não obstante as dificuldades atuais, com inegável sucesso, como se poderá inferir do breve relatório que farei em seguida de sua atuação em 1983.

I — O PLANO DE TRABALHO

As metas estabelecidas para o exercício de 1983 estavam centradas no alcance do compromisso maior, cristalizado em um objetivo fundamentalmente dinâmico: a melhoria da qualidade de vida de nossa gente.

O programa proposto estava dirigido por uma estratégia ampla que envolvia direta e continuamente a participação da comunidade na tomada das decisões que lhes são de interesse direto. Para tanto, contudo, era indispensável um elevado grau de conscientização e motivação das pessoas envolvidas no processo de participação para que os objetivos fossem alcançados com eficiência e eficácia.

A partir da participação comunitária, a Prefeitura tratou de empreender ações em 3 direções: 1) desenvolvimento social, incluindo-se a saúde, organização comunitária e educação; 2) preservação do patrimônio histórico, cultural e turístico (preservação arquitetônica, valorização cultural, valorização do turismo); 3) ações básicas de urbanização.

II — AS REALIZAÇÕES

1.0 — Desenvolvimento Social

1.1 Saúde

No que concerne à rede básica de atendimento do Setor de Saúde, o Município é servido pela rede municipal.

Esta rede é composta por 33 postos de saúde, dos quais 87% estão localizados em zonas peri-urbanas e rurais.

Tais postos são mantidos pela Prefeitura Municipal em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social e o atendimento visa toda a população, prestando serviços ambulatórios, médicos, odontológicos e de enfermagem.

Atualmente o Departamento de Saúde Pública do Município vem passando por um processo de reformulação que visa reestruturar ou implantar os serviços que efetivamente contribuam com a melhoria do nível de saúde da população.

Os casos atendidos nas diversas áreas específicas, constante mostram os quadros abaixo, bem demonstram os resultados preliminares deste esforço:

SÍNTESE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Quadro comparativo dos Serviços de Saúde 1982/1983

Tipo de Atendimento	Nº Atendimentos	
	1982	1983
Consultas médicas	53.752	69.684
Consultas odontológicas	52.643	63.710
Consultas de Enfermagem	104.995	122.319
Exame preventivo de Câncer ginecológico	651	605
Projeto de Saúde Bucal (escolares 1º grau)	—	2.278
Exames Médicos Escolares de 1º Grau	—	3.806
Exames Antropométricos em escolares de 1º Grau	—	3.906
Vacinações (crianças de 0 a 4 anos)	2.024	2.498
Exames de Acuidade Visual (escolares de 7 a 14 anos)	—	3.053
Total	214.065	271.759

ATENDIMENTO EM ENFERMAGEM

Quadro Comparativo — 1982/1983

Tipo de serviço prestado	Nº Atendimento	
	1982	1983
Curativos	28.211	31.082
Nebulizações	33.374	38.242
Vacinas e injeções	22.200	24.858
Pequenas cirurgias	122	080
Outros serviços	19.807	28.057
Total	103.714	122.319

1.2 Organização Comunitária

No âmbito da Ação Comunitária a SESAS desenvolve três programas especiais: o Programa de Organização Comunitária, o Programa de Assistência Social ao Idoso e o Programa de Operacionalização de Obras com a participação dos beneficiados (mutirões de rua). Dentre os vários projetos desenvolvidos, o Programa atendeu um total de 59 grupos comunitários envolvidos em sua programação de trabalho desencadeada no período.

No projeto de Mutirão de Rua, um total de 13 obras foram inauguradas em 1983, beneficiando um total de 12.360 pessoas, apesar das dificuldades relacionadas com as condições de tempo ocorridas no período.

Oito obras encontram-se em fase final de execução e outras 23 foram iniciadas no período.

No campo de assistência e programação social a SESAS atendeu 2.614 casos em sua Central de Triagem, concedeu 4.959 atendimentos dentro do projeto de Passe Escolar, 919 casos de mendicância, 2.311 casos ligados ao projeto Plantão Social, atendendo, ainda, 637 casos ligados ao projeto Organização de Atividades — Vendedores Ambulantes.

1.3 Educação

No setor educacional, os resultados podem ser expressos nos seguintes dados: o nº de alunos matriculados na rede municipal de 1º grau foi de 6.765 alunos em 1983, contra 6.422 em 1982 e 6.413 em 1981.

O Pré-Escolar, no entanto, foi o que apresentou maiores índices de crescimento no período. A rede física conta hoje com cerca de 20 unidades, atendendo a 1.906 alunos.

Ainda no campo da educação, além das atividades de orientação e supervisão educacional, a Prefeitura desenvolveu, também, o Programa Bolsa de Trabalho, cuja meta prioritária não é somente subsidiar os estudantes carentes do 2º e 3º graus, mas abrir uma perspectiva de responsabilidade profissional. Assim, o programa visa: — desenvolver o estudante para a profissionalização;

— despertar o jovem para o trabalho;

— proporcionar experiências reais de trabalho.

No decorrer do período foram atendidos 500 estudantes dentro do programa.

O projeto teatro-socialização, por seu turno, objetiva o desenvolvimento da criatividade, do controle corporal e da autodisciplina, proporcionando, enfim, maior sociabilidade da criança. Neste projeto, mais de vinte atividades foram desenvolvidas no período, atendendo a diversas escolas da rede municipal.

No setor de educação física cerca de 55.000 participantes entre alunos, pais e professores estiveram desenvolvendo atividades ligadas ao esporte e à recreação e lazer com base numa intensa programação desenvolvida no período.

Com referência à merenda escolar, basta dizer que o programa atendeu, no período, um total de 8.809 alunos, servindo em torno de 2,2 milhões de refeições.

As hortas escolares, por seu turno, permitiram colher um total de Cr\$ 6,4 milhões em valores médios para um

total de 16 produtos básicos plantado durante o ano de 1983. Neste mesmo programa foram distribuídos 6.060 mudas e 5.485 envelopes de sementes com o apoio da Secretaria da Agricultura e da LBA.

A distribuição de alimentos aos filhos de mães carentes do interior da Ilha atendeu, no período, um total de 8.012 pessoas através da distribuição de 13,7 toneladas de alimentos.

O Programa de Bem-Estar do Menor objetiva executar, no âmbito do Município, a Política Nacional e Estadual de Bem-Estar do Menor. Para tanto, é necessário desenvolver projetos de caráter preventivo que impeçam o processo de marginalização do menor carente, proporcionando o atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente cujas famílias apresentam dificuldade sócio-econômicas e culturais.

Neste sentido, a SESAS vem desenvolvendo o Projeto CEBEN — Centro de Bem-Estar do Menor, e o Projeto Atividades Laboratoriais, com objetivos claramente definidos no sentido da integração do menor à sociedade.

Os cursos e treinamentos realizados atenderam um total de 384 menores além de outros 243 atendimentos juntos às respectivas famílias.

2.0 Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico

2.1 Preservação Arquitetônica e Natural

Os aspectos referentes à preservação arquitetônica e natural do Município estão contemplados nas propostas relativas aos Planos de Uso do Solo das áreas atendidas pelo trabalho do IPUF.

Neste sentido estão incorporadas na legislação a ser enviada à aprovação do Legislativo as diversas Áreas de Preservação Cultural — APC, nas quais a ocupação e uso devem ser compatíveis com o interesse de preservar valores arquitetônicos ou ambientes urbanos cuja importância transcende ao interesse individual.

No campo da Preservação Ambiental cumpre destacar o Convênio firmado em fins de 1983 com o Instituto de Pesquisa e Extensão da Pesca — IPEP, o que permitirá incrementar a fiscalização do Parque da Lagoa do Peri, bem como o seu repovoamento através da introdução de várias espécies de peixe.

Destaca-se também os trabalhos relativos à demarcação dos mangues e das dunas, já incorporados nas propostas da legislação de uso do solo com área de preservação permanente.

2.2 Valorização Cultural

As promoções e participações da Prefeitura na valorização cultural do município são da responsabilidade da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes — SETUR, que esteve presente em eventos importantes, tais como:

- Encenação da Peça Autos de Natal;
- Apresentação de Corais junto ao Presépio de Natal;
- Apresentação do Grupo Consciência Negra;
- Participação na realização da Peça Teatral Planeta dos Palhaços;
- Encenações do Teatro de Arena;
- Encenação do Grupo Teatral Armação;
- Participação na Semana do Folclore;
- Participação nas apresentações promovidas pela Pró-Música de Florianópolis;

2.3 Valorização do Turismo

Numerosas promoções e participações representam o esforço desenvolvido pela SETUR no sentido de dar atendimento às atividades ligadas ao Turismo. Entre elas, cumpre mencionar:

Participações:

- apoio à representante de Florianópolis no Concurso de Miss Santa Catarina;
- apoio à realização da Festa da Laranja através de auxílio financeiro;
- apoio à realização da 1ª Copa Catarinense de Surf;
- apoio à 1ª Regata de Remo de Florianópolis;
- apoio na realização do show Canta Brasil;
- participação no Encontro de Empresários de Turismo na Argentina e Paraguai;

— apoio à realização do III Circuito Cinófilo International;

— recepção a Jornalistas de Turismo do Paraná e Rio Grande do Sul;

— apoio à realização do Concurso do Samba-Enredo da Escola de Samba "Os Filhos do Continente";

— colaboração na Festa da chegada do Papai Noel/RBS no Estádio Orlando Scarpelli;

Outras participações:

— apresentação folclórica do Boi-de-Mamão nos seguintes eventos:

a) IV Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social;

b) II Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental;

c) Encontro Nacional de Alcoolismo.

Promoções:

— divulgação de filmes sobre Florianópolis;

— realização de feitos e celebrações, como a VIII Festa da Tainha;

— espetáculos públicos, como o show de abertura do Verão/84.

Participações:

— A Prefeitura Municipal de Florianópolis participou de numerosos eventos, prestigiando-os e, mesmo, apoiando-os materialmente. Entre eles pode-se destacar:

- concurso (concurso de Miss);
- festas tradicionais (Festa da Laranja);
- competições esportivas (regatas);
- apresentações folclóricas;
- congressos e reuniões;
- jornadas e encontros;
- feiras.

3.0 Ações básicas de urbanização

3.1 Manutenção

A cargo da COMCAP está o serviço de limpeza pública do município, que envolve capinação, espargem e varrição de logradouros e o serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos, o qual vem atingindo a média de 5.000 toneladas por mês.

É importante acentuar que neste período foi tomada uma série de providências preliminares envolvendo, inclusive, a solicitação de indicações às entidades representativas dos interesses comunitários para, em conjunto com os órgãos técnicos envolvidos, definir a localização mais adequada de um novo sistema de disposição final destes resíduos sólidos, cuja quantidade vem aumentando de forma acelerada, não apenas em função do crescimento normal da população, mas, sobretudo, pelas melhorias do sistema de coleta domiciliar implantadas no período.

Os serviços de manutenção realizados pela Secretaria do Estreito, Transportes e Obras — SETO, envolvem a área urbana e o interior da ilha.

Alguns dados são significativos na ação desenvolvida na manutenção da infra-estrutura na área urbana.

Assim, no período, foram recuperados 39.000m² de calçamento, 24.282 m² de área asfaltada, além de obras de drenagem, construção de muros de arrimo, patrulhamento de ruas e outras obras.

No interior da ilha, as obras realizadas absorveram mais de 20.100m³ de pedra pulmão e saibro e cerca de 3.230m³ de brita e pó de pedra.

Além do transporte e aplicação dos materiais acima discriminados, foram executadas inúmeras obras de drenagem, patrulhamento e mutirões de melhoramentos em várias localidades do interior da ilha e nos principais balneários.

A Secretaria de Urbanização e Serviços Públicos — SUSP, por seu turno, é a entidade encarregada da concessão dos transportes coletivos, da administração dos estacionamentos controlados, administração do Mercado Público Municipal, concessão de feiras livres e comércio ambulante e a manutenção de praças, parques e jardins. Compete, ainda, à SUSP a fiscalização da legislação urbanística, o que significou, neste período, a

aprovação de alvarás de construção para um total de 364.985,72m² e a concessão de "habite-se" para um total de 314.960,55m² de edificações construídas na cidade. Ainda neste setor a SUSP concedeu aprovação para 13 condomínios horizontais, 61 desmembramentos e 5 lotamentos, expedindo, no período, 2.342 consultas de viabilidade.

No setor de transportes urbanos foram transportados 45.768.004 passageiros num total de 1.229.706 viagens.

A taxa de ocupação anual foi de 46,52km e a quilometragem média rodada no sistema foi de 1.020.970 km.

O período foi marcado pela introdução de tarifas diferenciadas, fixados três valores para a tarifa social, permitindo, assim, maior justiça na distribuição dos encargos do sistema.

Outras melhorias foram introduzidas, visando a maior conforto do usuário. Entre estas melhorias vale lembrar a criação de horários especiais após as 24 horas e as modificações de percurso de algumas linhas, visando atender às inúmeras solicitações dos usuários.

O serviço de parques, praças e jardins vem mantendo o padrão de atendimento e manutenção desses logradouros, cabendo citar as reformas da Praça Getúlio Vargas, além de conservação dos 95.000m² de áreas verdes pertencentes à municipalidade.

3.2 Melhorias

No concernente às melhorias urbanas, entre as obras iniciadas na gestão anterior e que estão sendo terminadas no período do presente relatório, cumpre citar:

— drenagem e obras complementares da Estrada Rio Tavares—Lagoa;

— drenagem, pavimentação e obras complementares da Rodovia Virgílio Várzea, no Saco Grande;

— drenagem, pavimentação e obras complementares da Estrada de Canavieiras;

— pavimentação asfáltica da Rua Deputado Antônio Edu Vieira;

— pavimentação asfáltica e drenagem da Rua João Câncio dos Santos.

Além destas obras de maior porte, um conjunto de sete ruas foram concluídas na atual gestão, compreendendo a execução de drenagem, pavimentação a lajotas e obras complementares.

No período, a Prefeitura tratou, também, da conclusão de uma série de outras obras de drenagem e construção de Obras de arte em várias áreas do Município.

Numerosos projetos e estudos foram elaborados quanto a novas obras.

Ainda, no período, foi dado início às obras de recuperação de calçadas, recuperação do mercado público, assim como a construção de Bar/Sanitário em Canasvieiras.

No período, dentro da política de melhoramentos na infra-estrutura turística dos balneários, foi dado início à construção do Parque de Estacionamento e o Módulo de Serviços do Terminal da Praia da Joaquina, assim como a construção de Postos de Salva-Vidas em Canasvieiras, Joaquina, Ingleses, Barra da Lagoa e Armação do Pântano do Sul.

No setor de obras, a Prefeitura assumiu a responsabilidade da execução do trecho rodoviário de acesso à Praia do Campeche cuja conclusão está prevista para o início de 1984. Neste período, contudo, foram concluídas as seguintes edificações públicas:

— Núcleo de Educação Infantil, São João Batista, em São João do Rio Vermelho, com área de 150,68 m²;

— Creche do Sapé, área de 176,75 m²;

— Quádra de esportes da Escola Básica Leonor de Barros, em Itacorubi;

— Pintura externa do prédio da Câmara Municipal.

Além destas edificações, estão em fase de conclusão as obras de construção da Escola Reunida do Campeche e a Creche do Morro do Céu.

No setor de obras de saneamento, a Prefeitura executa, por administração direta ou por contrato, as obras de

drenagem do Centro Integrado de Cultura, o Canal da COHAB em Saco Grande, o Canal do Figueirense e o Canal do Kart Club de Florianópolis. Além de análises e aprovação de projetos de drenagem de loteamento e projetos de edificação e recuperação de prédios, a Prefeitura também elaborou projetos de obras de drenagem e implantação de vias, levantamentos, orçamentos e outras atividades correlatas.

Estas, Srs. Senadores, eram as considerações que desejava registrar quanto à elogável atuação do Prefeito da Capital de meu Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência designa para a sessão extraordinária anteriormente convocada, além das matérias anunciadas, o Requerimento nº 81, de 1984, constituindo assim a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 81, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, solicitando,

nos termos do art. 371, e, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº 8/4, de 1984 (nº 161/84, na origem), pelo qual o Governador do Estado do Pará solicita autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo exterior no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares), para o fim que específica.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 89, de 1984, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, e, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 18, de 1984, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 57.493.536,955,51 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e cinqüenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

— 3 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 180, de 1984), do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, que aprova o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1983 (nº 21/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Nairobi sobre Proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.)

Ata da 72^a Sessão, em 23 de maio de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furian — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número, regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 81, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, solicitando, nos termos do art. 371, e, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº 8/4, de 1984 (nº 161/84, na origem), pelo qual o Governador do Estado do Pará solicita autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de em-

préstimo externo no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares), para o fim que especifica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, o Ofício 8/4, de 1984, será incluído em Ordem do Dia na 4^a Sessão Ordinária subsequente, nos termos do artigo 380, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 89, de 1984, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, e, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 18, de 1984, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 57.493.536,955,51 (cinquenta e sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e cinqüenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, o Projeto de Resolução nº 18, de 1984, será incluído em Ordem do Dia na 4^a Sessão Ordinária subsequente, nos termos do artigo 380, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº

180, de 1984), do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, que aprova o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução nº 127, de 1982.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1984

Aprova o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978, destinada a investigar a concepção e execução do Acordo Nuclear firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.

Art. 2º A Mesa do Senado Federal tomará as providências necessárias ao atendimento ou encaminhamento das Conclusões e Recomendações constantes do mesmo Relatório, além de:

I — sem prejuízo da Recomendação nº 26 do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, e na forma do art. 239 do Regimento Interno, solicitar ao Poder

Executivo que proceda a uma reavaliação global do Programa Nuclear, remetendo os estudos e conclusões a esta Casa;

II — através da Presidência da República, enviar à Procuradoria Geral da República cópia de todos os atos e contratos que estabeleçam vínculos jurídicos para a Administração Direta ou Indireta, a fim de que seja apreciada a respectiva legalidade, com eventual adoção de medidas cabíveis, em especial quanto aos seguintes:

a) contrato firmado entre FURNAS — Centrais Elétricas S/A, e a Westinghouse Electric Corporation, associada à Westinghouse Sistema Elétrico Ltda., e à EBE — Empresa Brasileira de Engenharia Ltda., bem como os respectivos aditivos, para fornecimento de equipamentos e serviços eletromecânicos referentes à Usina de Angra I;

b) contrato firmado entre FURNAS — Centrais Elétricas S/A, e a Construtora Norberto Odebrecht S/A para execução de obras civis de Angra I, II e III;

c) contrato que permitiu a intervenção da Logos Engenharia S/A no gerenciamento do Projeto de Angra I.

Art. 3º Recebidas as informações solicitadas ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria Geral da República, a Mesa do Senado Federal as enviará à Comissão de Constituição e Justiça, na forma do art. 177 do Regimento Interno, a fim de que se pronuncie quanto às eventuais responsabilidades a serem apuradas, e à Comissão de Minas e Energia para o exame do mérito das respostas dadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1983 (nº 21/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Nairobi sobre Proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob. nºs 155 a 157, de 1984, das Comissões:

— de Relações Exteriores;
— de Educação e Cultura; e
— de Economia.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 29, DE 1983

(nº 21/83, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Nairobi sobre Proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Nairobi sobre Proteção do Símbolo Olímpico, concluído em Nairobi, a 26 de setembro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Os problemas econômicos dos países em desenvolvimento, e em especial os da América Latina, desde o pri-

meiro momento preocuparam o Parlamento Latino-Americano, que está completando agora vinte anos de sua reunião preparatória. Naquela oportunidade, quando mais afeitas eram então as consequências do protecionismo, focalizando a integração econômica, proclamavam os fundadores da entidade regional, e de que restam, no Congresso brasileiro, o Senador Aderbal Jurema e o autor deste breve relatório:

2 — INTEGRACION ECONOMICA

2.1 — HACIENDO SUYAS DETERMINADAS CONCLUSIONES APROBADAS POR EL COMITÉ DE CÓMERCIO DE LA CEPAL
EL PARLAMENTO LATINOAMERICANO, ACUERDA:

I — Hacer suyas las conclusiones aprobadas por el Comité de Comercio de la CEPAL, en cuanto establecen:

a) Se promueva el fortalecimiento del programa mundial de alimentos de las Naciones Unidas y de la FAO, como asimismo la participación en ese programa de organismos financieros internacionales a fin de facilitar la compra de productos básicos en países en desarrollo.

b) Se reconozcan los perjuicios que causan a los países en desarrollo las producciones antiéconómicas de los países desarrollados y se sugieren las modificaciones a las políticas proteccionistas de los mismos.

c) Se identifiquen los subsidios aplicados por los países desarrollados que perjudiquen las exportaciones de los productos primarios de los países en desarrollo y contribuyan a la caída de los precios mundiales de los mismos, y establezcan un mecanismo de consulta con los países en desarrollo que están o puedan verse afectados por los subsidios.

d) Se estudie y sugiera una fórmula financiera que permita a los países en desarrollo colocar sus productos básicos en igualdad de condiciones con los países desarrollados que mantengan en operación programas especiales de venta, y que se estudie, asimismo, el establecimiento de un mecanismo financiero que permita absorver excedentes estacionales producidos en los países en desarrollo.

2 — Reclamar de los países industrializados un tratamiento justo en los precios básicos de América Latina, subsanando así el arbitrario deterioro actual de los términos del intercambio, que trae aparejado como consecuencia el retardo en la evolución progresista de los países del Continente y la pauperización de sus pueblos.

3 — Declarar la decisión total da América Latina de afrontar con sentido de unidad continental la solución del problema que hace el deterioro de los precios en los productos básicos, reclamando de los países desarrollados un respecto que vaya más allá de las simples proclamaciones teóricas, concretadas en sucesivas reuniones internacionales, pero no cumplidas por sectores que están distorsionando con sus procedimientos comerciales el proceso evolutivo puesto en marcha por los países de este Continente.

4 — Estructurar un sistema de seguridad financiera latinoamericana, que establezca el pago y depósito de las mercaderías exportadas en las instituciones de los propios países productores, evitando así un desplazamiento que esteriliza el esfuerzo exportador y anula la posibilidad de aplicar esos recursos al desarrollo socio-económico de cada uno de los países.

Na Assembléia de Brasília

Na Assembléia realizada em Brasília, em 1968, sob a presidência do Deputado Ulysses Guimarães, foi aprovada a seguinte declaração:

2.4 — EL PARLAMENTO LATINOAMERICANO DECLARA:

Que los organismos financieros y económicos internacionales, como el Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial de Reconstrucción y Fomento, Banco Interamericano de Desarrollo aprovechando de la falta de recursos financieros de los países latinoamericanos para sus inversiones, introducen cláusulas que vulneran la soberanía, intervienen en la libertad de programas y hasta en la escogencia de los funcionarios encargados de ejecutar los programas, todo lo cual el Parlamento Latinoamericano CONDENA, ampliando en esta forma, la Declaración de la II Asamblea Ordinaria de Montevideo en el sentido de ratificar el principio de que los créditos no deben otorgarse en condiciones inconvenientes o lesivas para el país prestatario.

El Parlamento Latinoamericano manifiesta su decepción por los resultados de la Conferencia de Nueva Delhi, a pesar de las fundamentadas exposiciones y demandas de los países en vías de desarrollo, y hace una invocación a los países altamente industrializados para adecuar su actitud al momento actual de la humanidad lo que havia innecesarios los créditos, al obtener precios justos para nuestras materias primas o productos semielaborados.

A luta continua

Assim tem sido por diante. Sob a minha presidência, em junho de 1983, na VI Assembléia Conjunta dos Parlamentos Europeu e Latino-americano, realizada em Bruxelas, Bélgica, foi aprovada proposição recomendando "a negociação coordenada do reembolso da elevada dívida americana". No mês seguinte, em Curaçao, a Comissão Económica do Parlamento Latinoamericano apoiou "a criação de um Conselho Latino-americano de Coordenação da Dívida Externa", com a missão de "elaborar um planejamento conjunto latino-americano sobre os critérios e lineamentos comuns que devem presidir os processos de renegociação das dívidas dos países latino-americanos, em termos e condições gerais que não comprometam, como até agora, a segurança de seu desenvolvimento, o bem-estar de seus povos e a estabilidade de seus processos de afirmação e recuperação democráticas". E, depois de ratificada essa posição na reunião da Comissão Política, em outubro último, coube-me, como Presidente, juntamente com o Secretário-Geral, o ilustre Deputado Andrés Townsend, divulgar, por todos os meios de comunicação do continente, em 16 de janeiro deste ano, declaração que o nobre Senador Milton Cabral teve a gentileza de ler na tribuna desta Casa e que, por questão de método, ora incluo como parte deste relatório:

Declaração

"O Parlamento Latinoamericano considera que o endividamento sem precedentes dos países da região e os efeitos profundamente negativos que causariam o cumprimento total das condições fixadas pelo Fundo Monetário Internacional impõem uma solidariedade ativa, inteligente e imediata dos países da América Latina e reforçam, com extraordinário vigor, a necessidade da integração econômica, política e cultural de nossos povos, objetivo essencial de nossa Organização.

Está em jogo o desenvolvimento de nossos países e estão em perigo de agravar-se, até o intolerável, situações de pobreza extrema suportadas por vastas maiorias populacionais da América Latina. As renegociações da

dívida, em forma bilateral e conforme as exigências estriadas do Fundo, ao anular a produtividade, criar o desemprego e semear a miséria e a desesperança, não resolvem, antes negam as perspectivas dos países e organismos credores que desejam recuperar suas inversões. Nunca se cobrou uma dívida estrangulando o devedor.

O Parlamento Latinoamericano, como órgão comunitário e de plural opinião política, fez pública, faz tempo, sua preocupação frente ao endividamento externo e os modos efetivos de resolvê-lo. Propôs, em junho de 1983, na Conferência Interparlamentar Europa-América Latina e logrou, com respaldo unânime do Parlamento Europeu, que se recomendara "a negociação coordenada do reembolso da elevada dívida latino-americana". Em julho do mesmo ano, em Curaçao, a Comissão Econômica de nosso Parlamento recomendou "a criação de um Conselho Latino-americano de Coordenação da Dívida Externa", encarregado de "elaborar um planejamento conjunto latino-americano sobre os critérios e lineamentos comuns que devem presidir os processos de renegociação das dívidas dos países latino-americanos, em termos e condições gerais que não comprometam, como até agora, a segurança de seu desenvolvimento, o bem-estar de seus povos e a estabilidade de seus processos de aspiração e recuperação democráticas". A Comissão Política, em outubro passado, manifestou-se no mesmo sentido.

A Conferência Econômica Latinoamericana, reunida em Quito em janeiro deste ano, formulou propostas e recomendações inspiradas nesses mesmos princípios de coordenação, solidariedade, defesa do desenvolvimento e do bem-estar de nossos povos, que hão sido expostos, com rigor técnico e clara compreensão de sua urgência histórica, pelo Sistema Econômico Latinoamericano.

Em consequência, a Junta Diretiva do Parlamento Latinoamericano, leal aos princípios integraçãoistas e democráticos de seu Estatuto, resolveu:

1º) Sugerir aos parlamentos membros da América Latina que assegurem vigoroso respaldo político e multipartidário aos termos consagrados pela Declaração Econômica de Quito e sua realização pelo Sistema Econômico Latinoamericano;

2º) Saudar, como um exemplo de autêntica fraternidade latino americana, a oportuna ajuda dada pelo México, Brasil, Colômbia e Venezuela à República Argentina;

3º) Dirigir-se ao Congresso dos Estados Unidos para encarecer, em nome da solidariedade democrática e da pacífica coexistência hemisférica, seu apoio político a soluções equitativas para a dívida latino-americana, pois seu malogro resultaria em grave prejuízo à paz social, à ordem democrática e à estabilidade do continente. Fazê-lo igualmente ao Parlamento do Canadá e continuar e aprofundar os critérios adotados de acordo com o Parlamento Europeu.

4º) Fazer sentir ao Fundo Monetário Internacional a necessidade de aceitar fórmulas inovadoras e criativas para resolver o problema da dívida externa, que torna tão vulnerável a situação econômica, social e política de importante setor do mundo em desenvolvimento, e constituído pelos países da América Latina."

A visita aos Estados Unidos

De há muito sentia a presidência do Parlamento Latino-Americano a necessidade de realizar uma conferência destinada exclusivamente a estudar o problema do endividamento externo da região e das medidas protecionistas impostas pelos países credores, acolhendo várias sugestões, inclusive do eminente Deputado Ulysses Guimarães. A Declaração Econômica de Quito, de janeiro passado, subscrita por altos representantes dos Governos da América Latina, reclamava a manifestação conjunta de solidariedade política dos Congressos da região.

Durante a presença, no Brasil, de Sua Excelência o Presidente do México, D. Miguel de La Madrid, e aten-

dendo à minha solicitação, Sua Excelência recebeu em audiência especial, não só o Presidente do Parlamento Latino-Americano, como igualmente os nobres Deputado José Carlos Teixeira, presidente do Grupo Brasileiro, e Senadores Milton Cabral e Roberto Saturnino. Foi nesse encontro que a suprema direção do Parlamento Latino-Americano concluiu pela urgência da elaboração de um documento comum, que parlamentares latino-americanos levariam ao conhecimento dos membros do Congresso e dos altos funcionários do Governo norte-americano, além dos dirigentes dos bancos internacionais sediados na grande República do norte.

As providências foram tomadas com a maior brevidade, sempre com a prestimosa colaboração do Deputado Andrés Townsend Ezcurra, e já nos dias 3 e 4 de maio se reuniam na sede do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em Caracas, as delegações do México (Senadores Celso Humberto Delgado e Patrocínio Gonzales Blanco), da Argentina (Senador Luis Leon, ex-Presidente do Parlamento Latino-americano), do Peru (Deputados Andrés Townsend Ezcurra, Guillermo Larco Cox e Gilberto Muriz, e Senadores Moises Woll, Enrique Rivero, Gaston Acurio e Manoel Ulloa), da Venezuela (Deputado Humberto Celi, 1º-Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, e Gustavo Tarre), da Colômbia (Senador Humberto Peláez, 3º-Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano), do Equador (Deputado Marco Proaño Maya, 4º-Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano), das Antilhas Holandesas (Senador J.A.O. Bikker, Presidente da Comissão Econômica do Parlamento Latino-Americano), da República Dominicana (Deputado Ambriorix Dias Estrella, 3º Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano), e do Brasil (Deputado José Carlos Teixeira, presidente do Grupo Brasileiro, Senador Roberto Saturnino e Deputado Pratini de Moraes). Coube-me presidir os trabalhos na sede do SELA, contando com a valiosa e indispensável colaboração de seu Secretário Permanente, Embaixador Sebastian Alegre e sua equipe técnica.

Ainda que o nobre Senador Roberto Saturnino haja incluído, em seu veemente pronunciamento da sessão de dezessete do corrente, a íntegra da Declaração levada aos Estados Unidos, sinto de meu dever reproduzi-la a seguir, para não deixar dispersos os vários documentos, redigidos em espanhol e inglês, e relativos a tão importante iniciativa. Ela, em sua íntegra, na versão original:

"DECLARACIÓN DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO

La Delegación del Parlamento Latinoamericano, organización en la que participan todos los Congresos y Asambleas libremente electos de América Latina, llega a Washington inspirada por un alto propósito de convivencia hemisférica, y para advertir que sus valores esenciales se encuentran en grave riesgo.

Las relaciones económicas entre Estados Unidos y América Latina, que nunca han sido totalmente satisfactorias ni equilibradas, han llegado ahora a un punto crítico cuya proyección amenaza la estabilidad institucional de nuestros países.

Es motivo de gran preocupación la crisis económica internacional y su más grave efecto regional: la exorbitante deuda externa de los países de América Latina. Su volumen que supera ya los 350 mil millones de dólares, las altas tasas de interés, los recargos y las comisiones que la incrementan, así como las condiciones del Fondo Monetario Internacional para contribuir al refinanciamiento de dicha deuda, están provocando en América Latina situaciones de incertidumbre, de desesperanza y hasta de violencia, como la registrada en los últimos días en la República Dominicana.

El agravamiento de esta situación llevará a la imposibilidad colectiva de que los países de América Latina paguen su deuda.

Nuestro planteamiento no es desconocer la deuda ni dejar de pagarla. Pero nunca se ha cobrado una deuda estrangulando al deudor. Las normas del Fondo significan detener el desarrollo de nuestros países, sembrar la desocupación y sumirlos en una frustración que es prólogo del caos.

Estos principios, reiterados varias veces por el Parlamento Latinoamericano y por sus órganos autorizados, fueron reafirmados solemnemente por la Conferencia Económica Latinoamericana, reunida en Quito a comienzos del presente año e integrada por representantes de muy alto nivel de los Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe. Dicha Conferencia adoptó un conjunto de criterios básicos en los cuales debe inspirarse la renegociación de la deuda externa de los países de la región, criterios que pueden resumirse de la manera siguiente: el servicio de la deuda no puede comprometer sino una parte moderada de los ingresos de divisas de los países deudores; los intereses, las comisiones y los recargos deben reducirse sustancialmente; los plazos deben ampliarse en forma compatible con las posibilidades de los países deudores; debe asegurarse un flujo neto y creciente de nuevos recursos financieros para garantizar el desarrollo económico y social de los países deudores; el proceso de renegociación debe acompañarse con medidas comerciales que permitan el acceso creciente de los productos de exportación de América Latina y el Caribe a los mercados mundiales, para lo cual es medida de urgencia inmediata la eliminación de las prácticas proteccionistas por parte de los países desarrollados.

La Secretaría Permanente del Sistema Económico Latinoamericano formuló recientemente una propuesta concreta sobre la renegociación de la deuda externa latinoamericana en la cual desarrolla los planteamientos básicos del Plan de Acción de Quito. Este planteamiento se funda en la necesidad de que el proceso de renegociación distribuya la responsabilidad de las soluciones de este problema entre acreedores y deudores, en forma equitativa. Para tal efecto se propone que se destine al servicio de la deuda un porcentaje moderado del valor de las exportaciones del país respectivo, compatible con sus necesidades de desarrollo; que haya un plazo de gracia suficiente, durante el cual sólo se paguen intereses; que luego comience la amortización del capital durante un plazo también suficiente; que si el porcentaje mencionado de los ingresos de divisas no alcanza para cubrir los intereses pactados, éstos no se paguen ni se acumulen a la deuda existente, pero que en todo caso se garantice a los acreedores una tasa mínima anual que impida su descalabro; y que tanto esta tasa mínima como el principal de la acreencia, sean garantizados por una entidad internacional. Un esquema de esta naturaleza responde a las posibilidades de los deudores y soluciona las incertidumbres y riesgos de los acreedores.

Consideramos nuestro deber señalar que la legítima aspiración latinoamericana en favor de regímenes democráticos estables puede derrumbarse ante el impacto devastador que tendría una aplicación, sin atenuantes, de las exigencias de la banca y del Fondo Monetario Internacional. Un conjunto de países desarticulados por una crisis de esta magnitud, pondría al Continente frente a un panorama colmado de peligros. No se puede mirar con tranquilidad esta perspectiva.

El Parlamento Latinoamericano considera que los Senadores y Representantes de los Estados Unidos son la vía más directa y plural de diálogo con quienes tenemos mandato popular en América Lati-

na. Esta presencia del Parlamento Latinoamericano y su diálogo con el Congreso de los Estados Unidos deben ser el primer paso de una relación institucional que permita el intercambio sobre temas de interés común.

Ratificamos, en nombre de más de 300 millones de latinoamericanos, que ya resultan inaceptables los desiguales términos del intercambio comercial, las altas tasas de interés fijadas unilateralmente por los Estados Unidos y las políticas proteccionistas que impiden nuestro desarrollo y hacemos un llamado a los Senadores y Representantes de los Estados Unidos para que, superando las limitaciones y obstáculos que se derivan de una actitud intransigente y rígida de los acreedores, comprendan que están en juego no solamente problemas cuantificables financieramente, sino un problema esencial de relación justa y pacífica entre la porción desarrollada y la subdesarrollada de América.

El Parlamento Latinoamericano, al examinar la problemática de la crisis, no ha querido encontrar explicación sólo en lo ajeno ni ocultar las fallas propias ni las nuevas y las antiguas insuficiencias. Estamos ciertos de que deben hacerse ajustes internos, eminentemente soberanos. Sin embargo, el proceso no puede imponer costos por encima de los límites de tolerancia social y de los compromisos mínimos de satisfacción económica.

La interdependencia de las naciones preside nuestro tiempo. Nadie es tan fuerte como para disponer todo y nadie es tan débil como para aceptarlo todo. El destino es la solidaridad."

O ilustre Presidente da Venezuela, Dr. Jayme Lusinchi, solidarizou-se expressamente com a missão do Parlamento Latino-American, e de Sua Excelência é a sentença de que "morto não paga".

Em Washington

Amplio foi o programa de visita dos membros do Parlamento Latino-americano em Washington: "Segunda-feira, 7 de maio — 9:00 horas — Encontro na Chancelaria da Embaixada do Brasil; 10:00 horas — Entrevista com o Secretário de Estado Assistente para Assuntos Económicos, A. Motcey; 11:00 horas — Entrevista com o Secretário de Estado Assistente para Assuntos Económicos, Richard T. McCormack; 12:00 horas — Entrevista com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Ortiz Mena; 15:30 horas — Entrevista com o Governador do Federal Reserve Board, Lyle E. Cramley; Terça-feira, 8 de maio — 10:30 horas — Entrevista com membros do Comitê de Bancos, Subcomitê de Instituições e Finanças para o Desenvolvimento Internacional, Investimentos e Política Monetária, Comitê de Relações Exteriores para Assuntos do Hemisfério Ocidental, da Câmara de Representantes; 12:00 horas — Entrevista com o Subsecretário R. T. McCormack e com o Secretário Assistente Mulford, do Departamento do Tesouro; 13:00 horas — Almoço oferecido pelos Diretores Executivos da América Latina no Fundo Monetário Internacional, com debates; 14:30 horas — Entrevista com o Presidente do Banco de Exportação e Importação (EXIMBANK), William Draper; 15:30 horas — Entrevista com o Secretário Assistente de Comércio para Política Económica Internacional, Joseph Denning; 17:00 horas — Entrevista com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, J. de Larosiere. Quarta-feira, 9 de maio — Café da manhã com o Deputado Sam M. Gibbons, Presidente do Subcomitê de Comércio da Câmara de Representantes, e outros deputados, de ambos os Partidos; 11:00 horas — Entrevista com o Senador Jake Garn, Presidente do Comitê de Bancos, Moradia e Assuntos Urbanos, e outros Senadores; 13:00 horas — Conferência de Imprensa, na Chancelaria da Embaixada do Peru, com numerosa presença de re-

presentantes de jornais americanos e de diversos países, do rádio e de vários canais de televisão; 15:30 horas — Entrevista com o Senador Lloyd Bentsen (Democrata do Texas), Subcomitê de Comércio Internacional, do Senado; 19:00 horas — Embarque para Nova York.

Em New York

Quinta-feira, 10 de maio — 10:30 horas — Entrevista com o Embaixador Javier Perez de Cuellar, Secretário-Geral da ONU; 11:30 horas — Entrevista com o Embaixador Porfirio Muñoz Ledo, Presidente do Grupo dos 77 na ONU; 15:30 horas — Entrevista com o Sr. Antony M. Solomon, Presidente do New York Federal Reserve; 18:00 horas — Recepção na sede da America Society; Sexta-feira, 11 de maio — 9:00 horas — Entrevista com o Sr. William Rhodes, Chairman do City Bank.

Registros Necessários

Para a elaboração do programa acima detalhado, contou a Presidência do Parlamento Latinoamericano com a colaboração da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, representada pelo Assessor Político George E. Brown e a assistência dedicada durante toda a permanência da delegação naquele País do 1º-Secretário James Bumps, acompanhando-a em todos os encontros e removendo ocasionais dificuldades. No almoço e na entrevista, no Fundo Monetário Internacional, contaram os parlamentares visitantes com a assistência do Sr. Alexandre Kafka, além dos demais delegados latino-americanos junto àquela entidade. Os representantes diplomáticos do Peru e da Argentina recepcionaram os membros do Parlamento Latinoamericano. Em New York, tiveram os brasileiros a constante visita do Ministro Dirceu Di Pasca. Por fim, vale ressaltar o quanto representou de oportuno e eficiente para toda a delegação, e em especial para a brasileira, o apoio do ilustre Embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Corrêa da Costa, e que, inclusive, se deslocou para New York, a fim de participar, debatendo, das entrevistas com os Srs. Antony M. Solomon e William Rhodes.

Os Resultados da Missão

O ilustre Senador Roberto Saturnino já resumiu, na tribuna do Senado, os resultados imediatos e mediados da visita dos parlamentares latino-americanos. O mesmo fez, na Câmara dos Deputados, o presidente do Grupo Brasileiro, Deputado José Carlos Teixeira, na última sexta-feira. Pela primeira vez, o problema do endividamento externo e da majoração constante e unilateral das taxas de juros foi exposto, nos Estados Unidos, em termos políticos, convocando a atenção dos países credores para as consequências de uma atitude generalizada da América Latina de suspender o cumprimento de seus compromissos, a fim de poder atender à inadiável reativação de seu desenvolvimento econômico e social. A linguagem franca dos parlamentares latino-americanos divergia profundamente da usada pelos negociadores habituais. E assinalava, a cada momento, que menos dispensável seria evitar a subversão do que tentar sufocá-la depois, com o alto preço de vidas, dinheiro, e desmoronamento das instituições democráticas. Também se repetia constantemente que o agravamento da recessão nos países da região não era remédio, mas provocação à revolta dos sem pão, sem trabalho e sem esperança.

A repercussão da visita de políticos latino-americanos, a primeira que se realizou, ao principal país credor, pode ser de logo constatada pela divulgação na imprensa internacional escrita, falada e televisada, e nela deve ter colhido elementos o Presidente Ronald Reagan, para seu recente pronunciamento sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento. O *Jornal de Brasília*, de sábado, 19, publica o seguinte despacho, das Nações Unidas: — "O Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, advertiu quinta-feira que há 'um clima de desânimo e

um senso de impotência' no mundo em desenvolvimento devido ao problema da dívida externa, que está retardando o crescimento econômico. 'Em muitas partes do mundo em desenvolvimento a situação econômica e social atingiu proporções de crise caracterizada por generalizada miséria e sofrimento', disse Perez de Cuellar a uma comissão da ONU integrada por especialistas econômicos. Acrescentou que as más condições sociais em muitos países prejudicam o desenvolvimento econômico e a interdependência está se tornando mais óbvia. Os países em desenvolvimento devem mais de 600 bilhões de dólares e a América Latina sozinha é responsável por metade dessa quantia".

Não será exagero incluir, como o resultado mais expressivo da missão do Parlamento Latinoamericano, a nota conjunta do último sábado, assinada pelos Presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, e a que certamente darão expressa solidariedade os Presidentes dos demais países da América Latina. A convocação, para o próximo mês de junho, de uma reunião, possivelmente em Buenos Aires, dos Chanceleres e Ministros responsáveis pela área financeira dos países latino-americanos apenas antecede à programada, para julho, em Costa Rica, do Parlamento Latino-americano.

O incontestável é que, depois da visita dos congressistas da América Latina aos Estados Unidos, o problema do endividamento externo e da majoração indiscriminada e unilateral das taxas de juros deixou de ser encarado apenas sob o prisma econômico, para ser enfocado como problema nitidamente político, dado o risco de inevitável desestabilização democrática em toda a região.

É, Sr. Presidente, o que, neste ensejo, nos cumpre relatar, para constar nos Anais da Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que amanhã, dia 24 de maio, às 14:30 horas, comparecerá ao Senado o Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Senhor Jarbas Gonçalves Passarinho, convocado nos termos do Requerimento nº 6, dc 1984.

De acordo com o disposto no art. 419, letra e, do Regimento Interno, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ FRAGELLI NA SESSÃO DE 22-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na verdade, desejo como que glosar um trabalho de Carlos Chagas, publicado no *O Estado de S. Paulo* de 17 de maio, no qual ele começa afirmando que:

"Um dos fatos políticos mais importantes e significativos do ano acaba de ser produzido, não por políticos, nem pelo Legislativo, ou sequer pelo Executivo, mas pelo Judiciário — e esse fato mais importante, quer me parecer, que está passando quase que em brancas nuvens da atenção, sobretudo, dos políticos. Trata-se da decisão do Superior Tribunal Eleitoral que 'Fulminou' o princípio da fidelidade partidária na noite de terça-feira." Portanto há uma semana.

Acrescenta o excelente artigo lançado pelo jornalista:

"Mais importantes, porém, do que contestar um artigo da Constituição e uma doutrina imposta pelo árbitrio e pelo casuismo, a suprema corte de justiça

eleitoral do País fez mais: considerou inconstitucional um artigo da Carta vigente. Não há precedente, na história do moderno Direito Constitucional brasileiro, ainda que a "negativa da cassação" se tivesse dado por outra consideração que não esta, de mérito, do caso.

O âmbito da questão está em que os Ministros do TSE fizeram severas restrições à fidelidade partidária e, mais do que isso, "propuseram" a sua não consideração, apesar de inscrita na Constituição."

Se não me engano, é no artigo 152, § 5º, da Constituição que está consignada a fidelidade partidária.

Porque os Srs. Ministros defenderam, e esse é um dos pontos mais importantes, Sr. Presidente, defenderam.

"A origem popular dos mandatos e definiram que esses mandatos legislativos pertencem ao mandatário e aos mandantes."

Acho essa manifestação do ilustre jornalista Carlos Chagas irrepreensível, do ponto de vista jurídico-constitucional:

"O mandato pertence ao mandatário e os mandantes, excluindo os partidos, no caso meros intermediários."

Realmente, Sr. Presidente, o mandato pertence, aos eleitos, e eu diria que, sobretudo, aos mandantes. Na melhor doutrina política e jurídica sobre a matéria, diz um dos nossos eminentes publicistas que é Themistocles Brandão Cavalcanti:

"O eleitorado é uma peça fundamental do regime democrático."

E para o grande constitucionalista Hauriau:

"É um dos poderes do Estado."

O eleitorado é um dos poderes do Estado porque —

...é o poder originário na democracia.

E para Willoughby:

"O eleitorado é o 4º Poder."

De sorte que essa doutrina exposta pelo TSE e aqui muito bem delineada pelo publicista encontra apoio, sem dúvida, fundamental na doutrina do Direito Constitucional.

Ainda:

"O eleitorado é um corpo representativo que tem existência própria, porque é o elemento gerador do sistema de organização."

E eu acrescentaria: de formação do poder nos regimes democráticos.

"É um poder político que integra o mecanismo democrático."

Sem eleitorado, sem eleitores, não poderia existir a democracia, não poderia existir o mandato, portanto, nem os eleitos, nem os mandatários do povo.

"E, por isso, Hauriau, comprehende, em seu todo, eleitores e eleitos."

De sorte que o mandato é como nós estamos vendo assim na doutrina política exposta pelos melhores constitucionalistas, estou citando por ora apenas dois, Themistocles Cavalcanti, e Hauriau: o mandato pertence ao eleito e pertence aos eleitores.

Willoughby o considera como um "branch of government, um ramo do governo.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ilustre constitucionalista, que não pode ser suspeito ao regime ainda vigente, no comentário que faz ao artigo 10, § 1º diz:

"Este princípio se completa pelo representativo. Igualmente se torna patente que é o povo quem é representado..." e veja bem, é o povo quem é representado, "...e não qualquer outra entidade, como a Nação e a classe."

E, acrescento eu, muito menos os partidos políticos.

"Como povo se deve entender o "conjunto dos cidadãos", que significa "o conjunto daqueles que gozam de direitos políticos."

E, mais especificamente, aqueles que gozam dos direitos políticos e o exercem através do voto.

De sorte que o mandato é mesmo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O mandato emana do povo e pertence ao eleitorado, como pertence ao mandatário.

E acho que, por duas ou três vezes, eu me manifestei nesse plenário contra esse - chamam de princípio, quando não é princípio -, contra essa aberração que é a fidelidade partidária. Eu acho que o homem público deve assumir a responsabilidade dos seus atos no exercício daquela responsabilidade que o povo lhe transfere para representá-lo. Se ele, no exercício do seu mandato, por razão procedente ou improcedente, entende de mudar de Partido Político, o mandatário deve, em primeiro lugar, assumir pessoalmente essa responsabilidade; e, em segundo, justificar-se perante o povo, o eleitorado que o elegera, mas não perante o Partido político, que não é senão um instrumento da democracia, é um meio para o exercício da representação popular.

O Sr. Gastão Müller - Permite V.Exº um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI - Pois não.

O Sr. Gastão Müller - Nobre Senador José Fragelli, o Senador Itamar Franco e eu pensamos a mesma coisa e transmitimos aqui, entre muros. Dentro das teorias apresentadas por V.Exº, e citando os autores, nós chegamos à conclusão de que não há necessidade de Partidos políticos, nós deveríamos voltar à época dos candidatos avulsos. Porque, aí sim, a representatividade do cidadão será totalmente de responsabilidade perante o povo. No sistema atual brasileiro, há necessidade do registro através do Partido. Quer dizer, o mandato de todos nós está vinculado a nossa organização partidária. Não sei se está certo, mas o fato é este. Nós, quando entramos num Partido político, aceitamos os princípios adotados por esse Partido político, sua ideologia, a plataforma política desse partido. De modo que tudo isso que V.Exº vem dizendo aqui, no momento, eu acho que tem sido feito no Brasil através dos Partidos políticos. Agora, eu quero aprender com V.Exº. Além disso quero esclarecer para ficar nos Anais.

O SR. JOSÉ FRAGELLI - É um modo de V. Exº pensar. Agora, que nós voltássemos, simplesmente, voltássemos, não, pois nunca existiu neste País e, eu não concordo com a democracia em que exista apenas candidatos avulsos. Não há Nação, no mundo, democrática em que existam candidatos apenas avulsos. A nossa legislação anterior admitia candidatos avulsos e a meu ver deveria ainda admitir, mas não é pelo fato de existência de candidatos avulsos que se vê dispensar a existência de Partidos políticos. Porque esses sempre existiram e são o único instrumento e meio para o exercício da democracia.

O Sr. Fábio Lucena - Permite-me V. Exº um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI - Pois não, dou, com muito prazer, o aparte ao nobre e brilhante Senador pelo Amazonas.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador José Fragelli, no meu modesto entendimento, a questão se resume em dois aspectos essenciais. Primeiro: o da sua gritante inconstitucionalidade, aliás, não seria bem inconstitucionalidade e sim anticonstitucionalidade, porque é uma norma constante da Constituição, que conflita com outra norma integrante da mesma Constituição.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — É esse o ponto a que eu quero chegar.

O Sr. Fábio Lucena — Então, é anticonstitucional. Se V. Exº compulsar a Constituição, art. 153, § 5º, lá está escrito: "É plena a liberdade de consciência". Então, a Constituição assegura a plenitude da liberdade de consciência. Logo, o cidadão, no caso, o detentor de um mandato eletivo, tem o exercício da sua liberdade de consciência não apenas em função da evolução dos valores da sociedade, mas porque o seu ego, a sua formação, também, lhe impõe o exercício desse dever indeclinável que é exercitar a consciência conforme os ditames da sua formação filosófica, da doutrina que ele espouse e do programa que ele adote. E, em segundo lugar, por isso é que é anticonstitucional, não se pode coagir um cidadão a atuar contrariamente aos ditames da sua consciência. O segundo aspecto é o da doutrina e o do programa do Partido político. Quando o cidadão ingressa num Partido político, desde que não seja ele um agente provocador ou um quinto-coluna, o pressuposto fundamental é que ele aceita as normas, o programa, a constituição do Partido político. Então, a fidelidade partidária, conforme nós a entendemos, se limita à obediência, à observância dos ditames do programa partidário que o cidadão jurou obedecer, ditamos aos quais ele jurou fidelidade. No caso do PMDB, dos Partidos políticos existentes no País, onde está consagrado o princípio da eleição direta, constitui sacrilégio o filiado a esse Partido advogar, defender qualquer forma de eleição indireta, uma vez que o programa do PMDB, por exemplo, estabelece como meta fundamental a eleição direta, em todos os níveis. Logo, a fidelidade partidária não é com relação à consciência do cidadão e sim relacionada com as figuras expressas no programa e no estatuto dos Partidos aos quais ele deve obedecer. Essa é que é a questão fundamental.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Parece que, inclusive, o próprio Procurador da República lembrou isso, que a fidelidade se prende a princípios programáticos e não ao Partido. E é justamente sobre isto que vou manifestar-me agora. V. Exº terminou o aparte?

O Sr. Fábio Lucena — Terminei, apenas gostaria de realçar esses dois pontos que são, no meu entender, fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O nobre orador, talvez, se usasse a tribuna, impediria que os nobres Senadores tivessem que ficar de costas para a Mesa ao apartá-lo.

É tão brilhante o discurso de V. Exº...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Atenderei a V. Exº (Pausa.)

Sr. Presidente, muito obrigado pela advertência de V. Exº que eu atendi.

O nobre Senador Gastão Müller e o ilustre Senador Itamar Franco têm uma longa vivência político-partidária e sabem muito bem que nem sempre a direção partidária está com a razão. Vemos que pela legislação em vigor as decisões do órgão executivo do Partido nem sempre atendem, em primeiro lugar, às aspirações populares e, em segundo lugar, até mesmo às regras do programa político do Partido.

Eu iria muito longe se viesse a descrever as distorções que existem na vida, no processo e nas deliberações do Partido.

Vou ler pequeno trecho de um livro que eu trouxe, de autoria do grande teórico dos partidos políticos, na atualidade, Maurice Duvergé, que diz:

"Em toda comunidade humana — prestem bem atenção, Srs. Senadores — "a estrutura do poder" — porque também nos Partidos políticos há uma estrutura do poder — "é o resultado de duas forças antagônicas: as crenças, por um lado; as necessidades práticas, por outro."

As crenças, eu acredito que nós possamos traduzir por programa do Partido; mas, além do programa, há as necessidades práticas do dia-a-dia político e partidário.

"Em consequência — continua Duverger —, a direção dos Partidos — como a da maioria dos grupos sociais atuais — sindicatos, associações, sociedades comerciais, etc. apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica."

Essa é uma verdade que ninguém pode contestar. Há, às vezes, com frequência maior do que seria de desejar, um poder oligárquico, nos Partidos, que tomam decisões à revelia do eleitorado partidário, das organizações partidárias estaduais e municipais e, às vezes, até de grupos mais influentes, como os próprios representantes do Partido, no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas.

Por isso mesmo, o nobre Senador Jutahy Magalhães apresentou um projeto que está por aí engavetado pela Maioria. Eu digo pela Maioria, porque ela não está interessada em que se vote aqui o projeto do ilustre Senador pela Bahia em que S. Ex^o estabelece que as decisões do órgão partidário competente não podem obrigar legalmente os senadores e deputados senão depois dessa decisão aprovada por esses representantes do Partido no Congresso Nacional.

Eu dei parecer favorável a esse projeto e ele até agora dorme, aqui, nas gavetas do Senado Federal, porque não saiu da Câmara Alta. Por quê? Porque não interessa ao sistema da oligarquia organizada, no Partido da maioria, como acredito que possa existir, também, no nosso, essa oligarquia pelo menos de duas faces no PDS; a do Planalto e a da direção partidária — não interessa a essa oligarquia partidária a aprovação do projeto do Senador Jutahy Magalhães.

De sorte, meu nobre Senador Gastão Müller, que essa é a realidade partidária que V. Ex^o conhece. Quantas vezes o deputado ou o senador pode estar certo e errado estar o Partido! Ele se rebela, como se rebelou o nobre Deputado Cury, cuja rebeldia corajosa e oportuna, aliás, oportuníssima, porque levou essa questão concreta ao conhecimento do TSE, que deu lugar a essa decisão que estamos comentando. Quem estava certo era o PTB ou o Deputado Cury quando S. Ex^o se negou a acompanhar o Partido na votação de um decreto legislativo que S. Ex^o julgava ser prejudicial vasta camada do povo brasileiro. Esta é uma das razões pelas quais eu não aceito a fidelidade partidária e acho que ela tem que ser uma questão de consciência e, sobretudo, de responsabilidade do representante do povo, e por ele posto no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas ou Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das questões levantadas por essa decisão do TSE (embora insistamos com o jornalista Carlos Chagas não tenha sido essa razão de decidir do acordão do TSE), decisão importante, e sem precedente na história do moderno Direito Constitucional, é a de ter julgado inconstitucional um dispositi-

vo da Constituição. A pergunta que se faz e que eu me fiz logo no primeiro momento é se um artigo da Constituição pode ser julgado inconstitucional. Acho que sim, e vou dar as explicações.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quis me socorrer do grande comentador da Constituição de 91, que foi Barbalho. Barbalho fez os seus famosos comentários quase sem recorrer aos subsídios da doutrina, da jurisprudência e, sobretudo, da literatura jurídica estrangeira. Mas as observações de Barbalho sobre a primeira Constituição republicana são modelares e talvez nenhuma mais instrutiva. Ele lembra muito bem no comentário ao artigo número um da Constituição, sobre regime representativo:

"É o regime em que o Governo é exercido por mandatários, representantes escolhidos pelo povo, agindo pelo povo soberano e em nome dele."

Estas não são palavras vãs, Srs. Senadores. Esta é uma das observações mais profundas de que tenho tido conhecimento na interpretação de um texto constitucional: O regime representativo é aquele exercido por representantes escolhidos pelo povo, agindo pelo povo soberano e em nome dele. É nisso que se funda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o regime representativo. É essa argumentação do TSE, é a argumentação do Procurador da República, Sr. Inocêncio Mârtires, que o mandato não é do Partido, o mandato é do eleitor e é do eleito. O mandato é do eleitorado, o mandato é do povo, porque, inclusive, o mandato é exercido em nome do povo, como lembrou muito bem Barbalho. Esta expressão sobre o "regime representativo" manifesta um dos preíncipios fundamentais da Constituição, ou seja o Príncípio Representativo, segundo o qual os poderes públicos são exercidos por via de delegação. Está consagrado na Constituição, além do art. 1º, nos arts. 15, 16 — II, 17 — III, da Constituição de 91, e ress umbra ainda do art. 63, como um dos princípios constitucionais da União, aos quais estão subordinados os Estados.

O art. 63 da Constituição de 91 é aquele que, parece à primeira vista, não ter nenhuma relação com a matéria de que estamos tratando. Mas logo veremos que está intimamente ligado à questão:

"Cada Estado reger-se-á pela Constituição e leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União."

Quer dizer, toda Constituição expressa princípios que são fundamentais e que, por isso mesmo, são chamados os Príncípios Constitucionais. São aqueles que têm que ser observados obrigatoriamente e que, se contrariados até por um dispositivo constitucional, este, frente àqueles princípios fundamentais, deve ser declarado fora da Constituição.

— Eu estou recebendo, com muito prazer, o apoio do nosso grande mestre, o Sr. Senador Nelson Carneiro, pelo seu gesto de aprovação a esta lição de Barbalho, de que estou apenas dando conhecimento ao Plenário.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^o.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador, V. Ex^o situa bem. Há na Constituição artigos que são dispositivos inatacáveis e que são demarcadores dos limites da atuação de todos os três Poderes.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito Bem!

O Sr. Nelson Carneiro — E há outros que são regulamentares, complementares. A Constituição brasileira é,

por isto mesmo, uma Constituição de numerosos artigos, ao contrário de outras que apenas contêm os princípios gerais. V. Ex^o situa bem. A coalização entre um artigo, digamos assim, secundário e aquele que é um artigo-chave da ordem democrática tem que perecer diante dele. V. Ex^o focaliza com a autoridade de sempre, um problema da maior importância e atualidade.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Nobre Senador, não tenho nenhuma autoridade, apenas a de um pobre advogado de província. Mas nós procuramos entender tudo aquilo que, de fato, é importante para o exercício do nosso mandato, para representarmos, da melhor maneira possível, o povo que nos elegeu.

Mas, continua Barbalho: "Respeitados os princípios constitucionais da União, e não respeitada a Constituição Federal". E ele pergunta: "Mas quais são esses princípios constitucionais da União? Está visto que não podem ser outros se não aqueles que a ela servem de base, sobre os quais ficou constituída pelo ato de 24 de fevereiro de 91. Percorrendo-se o texto constitucional de 91", — continua Barbalho — "desde o preâmbulo, vêm-se adotados os seguintes princípios constitucionais, ou fundamentais: A liberdade individual e suas garantias; a democracia — "regime em democrático"; a representação política — "regime representativo".

Quer dizer, o terceiro Príncípio Constitucional indicado por Barbalho, no exame da Constituição, é justamente o quê? A representação política, ou seja, o regime representativo.

Quarto e quinto princípios são a forma republicana e o regime federativo, respectivamente. Esses princípios deviam ser observados pelo Estados, porque "são garantias supremas, cuja ausência fraudaria o regime estatutário".

Assim, Sr. Presidente, quando um dispositivo constitucional, como o § 5º do art. 152 da Constituição estabelece a chamada fidelidade partidária e declara que a violação partidária leva à cassação do mandato do representante do povo, este dispositivo está, nas expressões muito bem empregadas por Barbalho, fraudando o regime democrático estatuído pelo Constituição brasileira.

O Sr. Gastão Müller — Senador José Fragelli, este dispositivo é discriminatório, portanto é antipático. Ele prevê somente fidelidade partidária para os parlamentares em seus vários níveis. Quer dizer, um prefeito que foi eleito pelo PMDB, no Mato Grosso, no outro dia da posse virou para o PDS. Para raciocinar pelo absurdo, o Presidente Figueiredo pode amanhã virar para o PMDB e nada acontece...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Eu não gostaria, que isto acontecesse porque teria que mudar de Partido. (Risos.)

O Sr. Gastão Müller — Mas, eu disse que era um raciocínio pelo absurdo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — E pela segunda vez, eu que jamais quis trocar de agremiação partidária.

O Sr. Gastão Müller — A infidelidade partidária é incentivada pelo Poder Executivo, mas é considerada uma coisa gravíssima para nós do Poder Legislativo. Portanto, esse dispositivo constitucional sendo discriminatório já é antipático e deve ser extirpado do nosso Direito.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Agradeço o aparte de V. Ex^o que, de fato, traz mais um argumento de valor à tese que aqui estou defendendo.

E prosseguindo para terminar:

"Se são princípios que as Constituições deviam acatar..."

Por exemplo, se as Constituições estaduais violassem qualquer desses princípios, elas seriam declaradas in-

constitucionais. Se é certo que, uma Constituição estatal, infringindo esses princípios fundamentais da Constituição seria declarada inconstitucional frente a Carta Federal, com igual senão maior e melhor razão devem ser esses princípios básicos observados, cumpridos e jamais descumpridos pela própria Constituição Federal.

De sorte que Srs. Senadores, mais uma vez, e nesta oportunidade, rendendo as minhas homenagens à decisão do TSE e ao parecer do Procurador da República, é que me manifesto aqui contra a fidelidade partidária que considero até um dos casuísticos do regime, do qual estamos procurando sair agora.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Odacir Soares — Tenho a impressão de que V. Ex^t está interpretando de forma muito liberal a decisão do TSE, porque ela, na verdade, não entra no mérito da discussão da fidelidade partidária, ela fica nas preliminares. Tenho a impressão de que V. Ex^t está sendo excessivamente liberal na apreciação dessa decisão.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não, não estou sendo liberal, acho que V. Ex^t é que não atentou para aquilo que, de fato, se passou no julgamento do processo referente ao Deputado Jorge Cury. Eu disse de início, Senador Odacir Soares — e talvez V. Ex^t não tenha ouvido — ...

O Sr. Odacir Soares — Pode ter ocorrido.

O Sr. José Fragelli — ...que a razão de decidir não foi esta, mas não só o Procurador da República como, pelo menos, três dos Srs. magistrados do TSE se referiram expressamente ao dispositivo constitucional por mim citado, que é o art. 152, § 5º, e manifestaram assim as suas opiniões e os seus votos, não de decidir, mas os seus votos de que a infidelidade partidária, ou este dispositivo que consagra a infidelidade partidária, é inconstitucional. E vou ler aqui.

O Sr. Odacir Soares — Eu já me sinto satisfeito com as explicações de V. Ex^t que, na realidade, confirmam o que acabo de dizer: V. Ex^t está sendo excessivamente liberal com a decisão, porque lamentavelmente ela não decide conforme seria do agrado de V. Ex^t.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas não há nenhuma dúvida de que decidirá desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas, Fazendo soar a campainha.) — A Presidência solicita dos Srs. Senadores que não aparteiem mais o orador.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — E o que vale aqui, nobre Senador, é a exposição da matéria jurídica sobre o assunto. Veja V. Ex^t essa "manifestação" do Procurador-Geral da República, ...

O Sr. Odacir Soares — Nós estamos falando sobre decisão, nobre Senador...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — ... até para V. Ex^t...

O Sr. Odacir Soares — ... e não a opinião do Procurador ou de um ou outro juiz individualmente.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — ... Inocêncio Mártires Coelho que diz:

"O princípio da fidelidade partidária não deve violentar a consciência do filiado quando adotada à margem ou contra o programa do partido"; "o mandato" pertence ao parlamentar, que o obteve junto ao povo, não ao partido".

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Solicito ao orador que não conceda mais apartes, o seu tempo já está esgotado.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não vou entrar em maiores considerações...

O Sr. Odacir Soares — É porque desta parte V. Ex^t não tem razão.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não, tenho inteira razão e V. Ex^t, se quiser ter um ato de coragem, pode dar um voto aqui contra uma decisão do seu Partido, recorrendo ao TSE, que não vai perder o mandato.

O Sr. Odacir Soares — Nós não estamos discutindo isso. Nós estamos discutindo a decisão do TSE que V. Ex^t está interpretando com excessiva liberalidade. O objeto da discussão é este.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não, estou interpretando com todo o rigor:

Como bem salientou o Ministro do TSE Neri da Silveira, a "fidelidade partidária" significa "a volta do mandato imperativo, que só os regimes totalitários, de Partido único, adotam".

Se esta manifestação do ministro não indica para V. Ex^t o rumo do entendimento do TSE sobre a matéria, então é V. Ex^t quem não está sendo liberal, mas sim, partidário empedernido, sobretudo um empedernido, defensor do sistema que ainda vigora no País.

O Sr. Odacir Soares — Eu queria que V. Ex^t fosse apenas fiel à decisão. E V. Ex^t não está sendo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Estou sendo rigorosamente fiel, é desafio a V. Ex^t que traga,...

O Sr. Odacir Soares — O jornal que V. Ex^t está lendo é uma prova de que não tem razão.

O SR. JOSÉ FRAGELLI ... da decisão do TSE e das manifestações dos votos dos eminentes magistrados, algo em apoio à sua opinião, e contra a minha tese.

O Sr. Odacir Soares — O mesmo jornal que V. Ex^t está lendo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sr. Presidente, para concluir o mandato imperativo nós todos sabemos qual era: era aquele mandato que o povo outorgava a um seu representante e que este deixava na mão dos seus eleitores através de um documento que, se ele votasse contra as instruções dos seus eleitores, perderia o mandato. Hoje, a doutrina da Constituição, em boa hora, entendida por inconstitucional, porque antidemocrática, estabelece a fidelidade partidária, e apenas difere do mandato imperativo, porque substitui o povo, que detinha nas mãos a sorte do eleito, através do mandato imperativo, substitui o povo pelo partido político.

Sr. Presidente, o articulista mostra muito bem que na esteira dessa decisão, e pelo entendimento que a ela se deve dar, está prestes mesmo que o Tribunal Superior Eleitoral considere, como realmente o é, inconstitucional o Colégio Eleitoral. De sorte que ele, antes de ser implodido pela ação dos políticos — há de sê-lo por uma decisão da mais alta Magistratura que, já no caso da união entre os dois maiores Partidos da Oposição, teve aquele gesto de altanaria, de coragem e de decisão firme contra todos as pressões do Poder Executivo. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que atrás dessa decisão, que praticamente julgou a infidelidade partidária como inconstitucional, também votará o Colégio Eleitoral como um corpo estranho à Constituição democrática do Brasil, apenas dos seus grandes ressaibos de autoritarismo. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 22-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Previdência Social continua com sombrias perspectivas para firmar-se no contexto da seguridade social em nosso País.

Procura-se, para salvá-la, as fórmulas mais inusitadas. Essa instituição destinada à proteção do trabalhador, a ampará-lo em razão da contribuição salarial que dele aufera, muito pelo contrário, a cada dia que passa, oferece menos proteção ao segurado.

E a capacidade administrativa dos nossos homens públicos tem sido bem abalada face o caos em que se encontra o sistema previdenciário brasileiro. Mesmo aqueles em que lhes se possa reconhecer competência ou mesmo boas intenções, se enredam, se perdem, desanimam, no trato com a Previdência Social. Gerir a massa fulida da instituição previdenciária, sobretudo a partir da gestão do Sr. Ministro Jair Soares, tem sido árdua tarefa e de tal modo que, amiúde, os seus síndicos, ou pedem para deixar o cargo, ou dele são demitidos.

A seguridade social no País, inegavelmente, muito avançou. E teria de ser assim. Dos vinte mil associados das antigas Caixas de Aposentadoria, hoje, são, talvez, 30 ou 40 milhões a necessitarem da Previdência Social.

Entretanto, algo se passa nos meandros da administração da Previdência Social que, por mais se mude o seu comando, não se encontram as soluções adequadas para o seu normal funcionamento. Seu déficit orçamentário vem atingindo cifras em termos de trilhões. Na realidade, essa liga mestra da proteção social, no País, ameaça ruir. E é conhecido de todos o dístico de que se utiliza a Associação Internacional de Seguridade Social, alertando que "sem justiça social não há paz social; e sem segurança social, não há justiça social". Assim, há que se atentar para o que se passa em nossa Previdência Social, evitando-se que a paz social no País não se veja mais ainda abalada do que já está, em razão de modelos político e econômico não condizentes com o desejo do povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito se anunciou sobre os novos rumos da Previdência Social quando da sua unificação administrativa, isso nos idos de 1966. Mas não parece que tenha surtido efeito tal evento. Aí está o pensionista, o aposentado, ao sabor de fórmulas as mais diversas para a salvação da Previdência Social ficando, ele, segurado, apenas na expectativa de que lhe seja oferecido proteção social a que faz jus por força da contribuição salarial que vai para os cofres da Previdência Social.

Argumenta-se, em favor dos que comandam os destinos da Previdência Social, não serem irrisórios os benefícios pagos aos pensionistas e, sim, os salários dos trabalhadores é que são baixos. Diz-se até que, em relação a sistemas de previdência social de outros países, a remuneração dos benefícios, no Brasil, é razoavelmente elevada.

Mas, é a partir dessa afirmação dos que gerem a previdência social — de que os benefícios são bem remunerados, o salário do trabalhador é que é irrisório — que não se comprehende possa a se vir adotar uma política relacionada com os seus reajustes não compatível com os novos índices do salário mínimo. É uma posição inadmissível e que leva o segurado a sofrer ainda mais em sua já precária situação de aposentado. A insignificância do salário, soma-se, então, índices irrealis nos reajustes de seus benefícios.

A procura de meios para salvar a Previdência Social não pode ter como fonte de receita, para equilíbrio de seu superdeficitário orçamento, a remuneração dos benefícios pagos aos segurados.

Tentou-se, recentemente, aplicar uma sangria no bolso do segurado. Sabe-se que o Decreto-lei nº 2.087, na sua primeira edição, pretendeu reduzir de dois por cento os reajustes dos aposentados. Mas o repúdio à medida foi imediato e, veio, então, o Decreto-lei nº 2.113 que revogou o art. 2º do Decreto-lei nº 2.087. Entretanto, ao se dar nova redação àquele art. 2º, fez-se com que permanecesse o reajuste dos benefícios sob critério merecedor da mais energética crítica, pois estabelece o decreto-lei, na sua nova edição, que esse reajuste dar-se-á com base na evolução da folha de salários das contribuições dos segurados ativos.

O próprio Ministro Jarbas Passarinho, em entrevista, ("Visão" — 6-2-84), confessa sua inquietação com essa nova fórmula para minimizar o reajuste dos benefícios.

Textualmente, assim se expressou o Ministro da Previdência Social, referindo-se ao reajuste dos benefícios considerando a evolução de folha de salários.

"Essa é a minha maior preocupação. O Decreto-lei nº 2.065 achatou os salários, mas não os benefícios. De acordo com a lei, a folha de salários do país é reajustada pelo fator 0,88 — portanto com uma perda de 12% do INPC — enquanto a folha de benefícios (de um a três salários mínimos) tem um fator de reajuste de 0,96. Estou com uma defasagem de 6% em relação ao que recebo e pago. Se a previdência fosse uma empresa privada, já teria falido há muito tempo".

Observa-se, então, que o Ministro da Previdência, ele próprio, sente-se pouco à vontade com a possibilidade de redução dos benefícios. Aliás, segundo os experts no assunto, mantida a posição preconizada pelo art. 2º, do Decreto-lei nº 2.087, seria nada mais nada menos do que reeditar o art. 44, do Decreto-lei nº 2.064, de tão triste memória, rejeitado, aliás, pelo Congresso Nacional.

Enquanto a Previdência Social não encontra uma solução para o seu déficit, medidas outras vão reduzindo os benefícios, reajustados em desfavor do segurado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora mesmo, a imprensa noticiou que o aposentado está sendo reajustado em seus benefícios abaixo dos índices já precariamente adotados pela política salarial. A nova tabela dos reajustes é calculada, não no novo salário mínimo, mas, sim, no salário mínimo baixado em novembro do ano passado. Dessa maneira, os inativos continuam a ser espoliados. E, diga-se, que essa forma de reajuste, abaixo dos índices dos novos salários mínimos, já vem ocorrendo há cinco anos, o que dá de fato uma subtração de valores dos reajustes dos benefícios, pela décima vez, nesses cinco anos.

Ademais, esses reajustes na forma como estão sendo feitos, revestem-se de uma ilegalidade patente. Temos uma portaria que baixa as tabelas contrariando a lei. E é muito fácil provar-se essa assertiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A Consolidação das Leis da Previdência Social que, por sua vez, comprehende as disposições da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) — assim se expressa em seu art. 30:

"Art. 30 O valor do benefício em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo.

§ 1º O reajustamento de que trata este artigo será devido a contar da data em que tiver entrado em vigor o novo salário mínimo, arredondado o total obtido para a unidade de cruzeiro imediatamente superior."

Vê-se, assim, que a lei é clara. Mas a portaria que baixou as novas tabelas de reajuste de benefícios não a observou.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um dado interessante com respeito a esses reajustes de benefícios baseados em índices não condizentes com a política salarial em vigor. Um dado que mostra o Governo Federal usando dessa política salarial, ao seu alvedrio, conforme os seus

interesses, não importando que o assalariado, com isso, seja prejudicado.

Sabe-se que as montadoras, recentemente, firmaram acordo com os seus empregados. Pois bem, o Governo Federal, conforme se sabe, não aceitou esse acordo, porque feito em base além dos índices fixado pela política salarial. É a empresa privada sentindo-se em condições de oferecer mais aos seus empregados e o Governo não deixando, sob o argumento que esse plus está em desacordo com os índices previstos pela política salarial.

No entanto, no caso dos reajustes dos benefícios dos pensionistas da Previdência Social, é o próprio Governo Federal que põe de lado o sistema que adotou quanto à política salarial, para proceder aos reajustes abaixo dos novos salários mínimos, em flagrante desrespeito à lei.

Assim, para tentar cobrir um déficit que já ultrapassa de um trilhão de cruzeiros, enquanto não são encontrados outros meios para a cobertura dos "rombos" da previdência social, os pensionistas aposentados, que vivem a vida interna contribuindo para a Previdência Social vão sendo subtraídos em seus direitos de segurados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos esperar que novas formas de suprir o orçamento da Previdência Social — que não essas em detrimento dos aposentados, dos segurados — possam surgir para se salvar o combatido sistema nacional de previdência e assistência social.

E vamos esperar, também, que a solução para a previdência social funcionar não se situe sob a ótica de que para equilibrar o seu orçamento, seja preciso que este ou aquele Ministro tenha livre trânsito pelos corredores da Secretaria de Planejamento, como se um auxiliar do Presidente da República — como o é um Ministro de Estado — necessitasse, também, da confiabilidade e da complacência da SEPLAN.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOYSIO CHAVES NA SESSÃO DE 22-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA. Como Líder, para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não havia, pensava eu, razão para intervir diretamente no encaminhamento desse requerimento, porque a matéria já foi aqui esclarecida, de maneira cabal, à semana passada, pelo nobre Senador Octávio Cardoso.

A versão do Senador Hélio Gueiros é a versão de quem está empenhado, em servindo ao seu Governador, em obter, como é natural, a aprovação rápida desse processo de autorização de empréstimo de 60 milhões de dólares ao Governo do Estado.

Ocorre que esse processo, quando chegou ao Senado, Sr. Presidente, ia ser distribuído ao nobre Senador Gabriel Hermes. O Presidente da Comissão, o Senador Itamar Franco, pediu ao Senador Gabriel Hermes que abrisse mão dessa designação porque o Senador Hélio Gueiros desejava relatar esse processo. E assim foi feito, para que o Senador Hélio Gueiros, do PMDB, relatasse o processo de empréstimo de 60 milhões de dólares ao Governador Jader Barbalho, do PMDB.

S. Ex^o recebeu esse processo no dia 14 de abril. A comissão já se reuniu várias vezes durante esse período, e até hoje o nobre Senador não apresentou o seu parecer, sob a alegação de que o Senador Gabriel Hermes pretendeu pedir vista deste processo.

É a primeira vez que vejo nesta Casa, Sr. Presidente, querer — se impedir que um Senador, no plenário ou no âmbito da comissão, peça vista de um processo para examiná-lo.

Se o nobre Senador Hélio Gueiros já tivesse apresentado o seu parecer, qualquer diligência solicitada pelo Se-

nador Gabriel Hermes já teria sido atendida, de maneira que o Plenário pudesse decidir sobre a autorização.

Declarei ao nobre Senador Hélio Gueiros que tão logo este processo fosse examinado pela Comissão, estaria pronto em concordar com a sua inclusão na Ordem do Dia. Porque, assim como há o do Pará, há de dezenas de outros municípios e de alguns Estados da Federação, pedidos para autorização de empréstimo interno e externo.

Esta foi a nossa posição, absolutamente correta e irrepreensível, quer do ponto de vista da tramitação do processo, quer do ponto de vista regimental.

Ocorre que na minha ausência de dois dias, porque viajei na quarta-feira, para tratar de interesse particular, para uma representação nos Estados Unidos da América, em Nova Iorque, em chegando fui surpreendido com o requerimento, assinado pelo Senador Gastão Müller, no exercício da Liderança do PMDB, pedindo urgência, urgência que depende da aprovação da Maioria e que só o PDS pode dar neste plenário.

Comuniquei ontem, segunda-feira, imediatamente ao nobre Senador Humberto Lucena que nós não poderíamos considerar essa matéria examinada apenas pelo ângulo apresentado pelo nobre Senador Hélio Gueiros. Com argumentos que são argumentos para impedir o exercício do mandato do nobre Senador Gabriel Hermes. Como representante, também, do Pará, S. Ex^o tem o direito de examinar os processos e de pedir vista. Tanto mais, que a autorização dada pela Assembléia Legislativa, pura e simples, é de 1979, à época em que o Governador do Pará era o Sr. Alacid Nunes. E o plano de aplicação que se anexou a esse processo é um plano simples e singelo, com uma mera referência a determinados tópicos para a aplicação destes recursos, da ordem de 60 milhões de dólares.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia, como disse ao Senador Humberto Lucena, receber, com surpresa esse requerimento, na minha ausência, e concordar, não só com a votação como com a inversão da Ordem do Dia. Mas, estava pronto, como continuo, e o disse ontem ao nobre Líder do PMDB, a examinar em conjunto não só este pedido como outros pedidos de interesse da Prefeitura de São Paulo, do interesse do Estado do Rio Grande do Sul, do interesse do Estado do Paraná, do interesse do Estado de Minas Gerais, outros que estão nas comissões ou alguns já ultimada sua apreciação da Comissão, para que nós, aqui no plenário, decidamos sobre todos eles. Mas não desta maneira particular, sob o fundamento de que não se apresenta na Comissão um parecer porque um Senador pode pedir vista desse parecer.

É com este fato, Sr. Presidente, que nós não podemos concordar, e é por este motivo que nós não podemos dispensar esse tratamento isolado. Não vou invocar razões, e poderia citar aqui, documentadamente, Sr. Presidente, que nem só, primeiro, o Estado não me parece em situação tão afeitiva, o Estado, em face das despesas, inclusive, que está realizando, no momento, como uma delegação de 7 membros à União Soviética, com passagens pagas pelo Estado, com diárias em Paris e outras partes, como também outros fatos que comprovam dificuldades que nós temos em fazer o acompanhamento sem um plano de aplicação criterioso desses recursos que se pretendem destinar ao Estado.

Esta é a posição da Liderança, eu fui aqui citado pelo nobre Senador Hélio Gueiros como tendo pretendido demover o Senador Gabriel Hermes, e na realidade nada tendo feito nesse sentido.

Declarei, e reitero, que esse processo apreciado pela Comissão entrará imediatamente em apreciação do Senado. Declarei, ontem, ao nobre Líder Senador Humberto Lucena, e reitero, que a Liderança do PDS está pronta a examinar não só este caso, como todos os demás, para que, de comum acordo entre os Partidos nesta Casa, se organize a pauta da Ordem do Dia para apreciação e decisão da matéria.

Era o que me competia informar, Sr. Presidente, à Casa, como Líder do PDS.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ODACIR SOARES NA SÉSSÃO DE 22-5-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ODACIR SOARES (PDS-RO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sopram ventos de mudança na Organização dos Estados Americanos, a mais antiga das entidades políticas internacionais.

Em decisão de dimensões históricas, os Estados membros daquele organismo, reunidos em Assembleia Geral, indicaram, por unanimidade, o nome do Embaixador João Clemente Baena Soares para o cargo de Secretário-Geral da Organização.

Contando com o apoio de toda a comunidade continental a eleição do diplomata brasileiro, além de significar o acerto da política externa do Itamaraty, e a confiança que essa política inspira aos demais países do sistema interamericano, revela, igualmente, o alto preço das nações do Hemisfério pelos raros dotes pessoais e pelas altas qualidades morais e intelectuais que emolduram a personalidade do Embaixador Baena Soares, estadista que, com a segurança de vontade e acentuado descritivo político, assinalados serviços tem prestado à causa da Paz e do entendimento entre os povos.

Constitui, ademais, prova eloquente da firme disposição de que os governos americanos se acham imbuídos no sentido de dar cunho operativo aos propósitos da Carta da OEA, maior dinamismo aos seus programas de cooperação, e, no quadro amplo da integração do continente, encontrar bases sólidas para um novo diálogo fraterno, franco e objetivo.

Sob essa ótica, se é verdade que a eleição do Embaixador Baena Soares constitui resultados da louvável política de aproximação do Brasil com as nações irmãs do continente — sempre defendida pelo atual Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores — reflete, também, a certeza de que sua presença naquele alto posto, mesmo diante de uma realidade internacional em constante mutação, permitirá que se estreitem os laços de amizade entre os diversos países membros da Organização; que os princípios gerais da Carta da OEA — princípios que não vivem exclusivamente no mundo do direito, mas decorrem da consciência de um patrimônio comum — serão reforçados; que a cooperação para o desenvolvimento econômico e social será revigorada, em clima de autêntica solidariedade e em consonância com os anseios e legítimas aspirações dos povos americanos.

Mais do que isso, sabem as nações do Continente que, frente aos desafios que se acumulam no universo político, a presença do Embaixador Baena Soares na Secretaria Geral da OEA representa a garantia de que o organismo regional reafirmará, sem tergiversações, seus compromissos com os fundamentos do seu estatuto maior, vale dizer, com os preceitos da não-intervenção nos assuntos internos dos países, da autodeterminação dos povos, e da igualdade soberana dos Estados. Tornará mais efetivo seu apoio com vistas à solução pacífica das controvérsias entre nações do Hemisfério. Redobrará seus esforços para manutenção da paz e da segurança internacionais. Reforçará seus programas de cooperação para o desenvolvimento. Não negligenciará seus compromissos no campo da promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Não desconhecemos, Sr. Presidente, o fato de que, no longo caminho percorrido, a OEA tem recolhido notórios títulos de que se pode orgulhar.

Inscritos na sua Carta estão ordenamentos que, estruturando a colaboração continental e a convivência pacífica entre nossos povos, memoráveis diretrizes incorporaram ao pensamento jurídico mundial.

Tendo, efetivamente, na solidariedade e na cooperação entre Estados soberanos a razão filosófica de sua existência, a OEA marcou o Direito Internacional com normas que, igualando a medida de grandeza da Améri-

ca, definem contribuições primordiais do Continente para o aprimoramento das relações entre países.

Volhada para o Homem — que deve ser o princípio, o meio e o fim de toda organização política — a OEA tem procurado manter-se fiel aos ideais que presidiram à formação de sua estrutura política, acreditando no primado da liberdade e da dignidade humana, que estão implícitas no destino de grandeza das nações americanas.

Assim, tanto em nível técnico, quanto em nível político, tem-se desincumbido a contento da tarefa de encontrar o denominador comum das aspirações de nossos povos, sem prejuízo da soberania e da identidade de cada um dos Estados que a integram.

Tem buscado realizar, em síntese, a vontade política de contribuir os povos americanos para o equacionamento dos grandes problemas internacionais, perseverando no desbravamento de novos caminhos para o entendimento e o diálogo.

Este, aliás, é o grande papel reservado à OEA no cenário da vida continental: o de foro da liberdade e cooperação, onde se conjuguem os pontos de vista e os interesses dos países da área, e se enfatize o exemplo da convivência pacífica, para a criação harmônica do futuro.

Mas isso não basta, como não basta a continuidade de sua existência e de sua forma mais ou menos tradicional de atuar no mundo dos povos americanos.

Como agência política de indiscutível relevância, assentada sobre um rico patrimônio jurídico e cultural, e construída à custa de grande esforço e não pouco sacrifício, a OEA, do ponto de vista institucional, precisa, contudo, ajustar seus mecanismos e renovar as estruturas que estiverem desatualizadas, a fim de melhor atender às exigências dos tempos modernos.

Em que pese a tantos aspectos positivos, ninguém desconhece que a Organização regional atravessa um dos seus momentos mais críticos, seja pela iminente situação de conflito e controvérsia entre numerosos países da área, seja pela necessidade de que venham a ser revigorados seus instrumentos de cooperação e ampliada sua ação em favor do desenvolvimento e da justiça.

Sabemos, Sr. Presidente, que muitos países do Continente estão a atravessar profundas modificações em sua ordem econômica e social, sendo grande o descompasso entre a urgência para solução dos problemas de desenvolvimento e a lentidão dos resultados, mesmo modestos, dos programas de cooperação, sob a égide da OEA. Não ignoramos que, embora o aperfeiçoamento político da sociedade americana exclua o uso arbitrário da força na relação entre os Estados, a persistência de situações de conflitos, mesmo não declarados, zonas de atrito e raízes de graves dissidências, perturba o aprofundamento do processo de aproximação entre os povos da região, prejudicando o desempenho da instituição, consagrada ao serviço do progresso e da paz.

Nesta ordem de idéias, ninguém põe em dúvida o fato de que, embora aberta ao diálogo e à procura de soluções efetivas para os grandes problemas da atualidade, talvez a própria aceleração do processo histórico e a mutabilidade dos valores no cenário internacional, tenham deixado a OEA impossibilitada de realizar, em toda a sua plenitude, seus objetivos supremos.

Na conjuntura particularmente séria em que vivemos, em que as relações internacionais parecem ensejar mais desalento que esperança, é preciso, entretanto, que o sistema interamericano reencontre suas raízes, voltando a exercer sua efetiva vocação para o encontro de soluções pacíficas e consensuais diante dos casos concretos que estão a estolar os fundamentos da paz regional.

No contexto deste Continente inquieto e insatisfeito, a eleição do Embaixador Baena Soares representa a certeza de que medidas práticas para a correção dos fatores de desequilíbrio da Organização serão postas em prática.

Acreditamos que, sob sua inspirada direção, a vida e o funcionamento da entidade, sua mecânica e as forças que a impulsionam serão objeto de dinamização e aper-

feiçoamento, e que o ordenamento de seus programas — alguns mal definidos, irrealistas, obsoletos e inúteis — será revisto, para que alcancem maior dose de racionalidade.

Os problemas do presente e as perspectivas do futuro, nessas condições, tornam a eleição do Embaixador Baena Soares peça fundamental para ajustar a Organização às exigências profundas e abrangentes da vida contemporânea.

É chegado o momento de a OEA, edificando sobre o terreno de sua experiência e de seus valores, expandir as áreas de entendimento entre os povos do Continente, intensificar as consultas e o diálogo político entre seus governos, estabelecer laços culturais mais sólidos entre os diversos países americanos, desenvolver novos padrões de cooperação entre as nações integrantes do sistema regional.

Dando novo e mais rico sentido à caminhada histórica da Organização, o Embaixador Baena Soares tem condições de fazer da OEA o organismo por excelência da cooperação, da solidariedade e do entendimento.

Num aforismo, Sr. Presidente, que ficou clássico, um ex-Secretário-Geral da instituição disse que a OEA seria o que os Estados-Membros quisessem que ela fosse. Nesta linha de pensamento, estamos seguros de que o Embaixador Baena Soares saberá responder aos desafios da hora presente, e, traduzindo em ação a vontade política do Continente, não obstante a crescente complexidade das relações internacionais, saberá ficar à altura das aspirações e dos objetivos políticos dos povos americanos.

Sem se afastar da essência do humanismo, que está no cerne de sua ação diplomática, e falando a linguagem da verdade e da sinceridade, o Embaixador Baena Soares saberá impedir que pontos conflitantes venham a comprometer as bases do sistema, dando adequada solução aos problemas de natureza multilateral, promovendo esquemas de cooperação e defendendo o direito e os ideais dos povos americanos.

Guardando o sentido dos valores morais e intelectuais que honram o Brasil, o Embaixador Baena Soares, no cumprimento da desafiante missão, será digno da tradição diplomática do País, em seus momentos mais significativos, como na infância da nacionalidade, no manifesto às nações amigas, inspirado por José Bonifácio e Gonçalves Lôdo; no Brasil Império, combatendo as tiranias e exaltando o Direito; na atuação do Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa, revelando ao mundo o Brasil pacifista, propugnador invariável da arbitragem e da solução jurídica dos conflitos internacionais.

O Sr. João Lobo — V. Ex^e permite um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com muita honra, sobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Odacir Soares, interrompido o brilhante pronunciamento de V. Ex^e apenas para parabenizá-lo, quando ressalta destaca a personalidade do Embaixador Baena Soares ao ser guindado à Secretaria Geral da OEA. Todo o Brasil — por que não dizer?

— o mundo americano principalmente conhece as peregrinas qualidades do Embaixador Baena Soares. Tenho certeza de que a sua atuação à frente da OEA dará um enorme destaque ao nosso País, uma vez que recebemos com grande honra e consideração para nosso País a eleição por indicação, por unanimidade, de Baena Soares para conduzir os destinos da OEA dos próximos anos. Parabéns a V. Ex^e pelo equilibrado e brilhante discurso que produz neste momento.

O SR. ODACIR SOARES — Muito obrigado, sobre Senador João Lobo. Na realidade, V. Ex^e disse-o muito bem que a própria vida profissional do Embaixador Baena Soares é uma segurança, é uma garantia de que a sua presença à frente da Secretaria Geral da OEA constitui uma certeza de que aquela instituição, que inclusive vem passando por momentos críticos na sua vida e na sua his-

tória, adotará uma nova linha de ação, procurando conciliar os interesses das nações que compõem o nosso Continente. Fico muito honrado com o aparte de V. Ex^o, que incorporo ao meu discurso.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com muita honra, nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Odacir Soares, o meu aparte ao brilhante discurso de V. Ex^o se impõe por dois motivos. Primeiro, em homenagem à seriedade e importância com que V. Ex^o se comporta nesta Casa em seus pronunciamentos na tribuna do Senado. V. Ex^o traz à baila mais um assunto da mais alta importância numa hora dramática para o mundo, e especialmente para as Américas. Em segundo lugar, nobre Senador Odacir Soares, porque eu desejo apenas lembrar à Casa que o ilustre novo Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos é um paraense de nascimento, de uma ilustre família do meu Estado, que se dedicou à diplomacia, e é hoje um dos nomes mais respeitáveis no relacionamento internacional do Brasil. E quero destacar o momento difícil que o mundo atravessa, especialmente no relacionamento dos Estados Americanos, o que porá à prova toda a capacidade, lucidez e discernimento do Embaixador Baena Soares. V. Ex^o sabe que, desde o episódio das Malvinas, o relacionamento entre as nações da América foi se deteriorando e chegou a um ponto perigoso. Agora mesmo, além desse episódio das Malvinas, que já é um pouco remoto. Agora, o episódio da discussão da dívida externa dos países da América Latina é outro ponto nevrágico no relacionamento entre as nações americanas, porque, sabe V. Ex^o muito bem que os Estados Unidos, embora um país da América do Norte, é quem comanda toda esta política de juros e da dívida externa da América Latina. Desta maneira, embora congratulando-me pela eleição quase de forma inédita do Embaixador Baena Soares, eu quero, como V. Ex^o, encarecer a seriedade e importância do momento. Mas, estou certo, como V. Ex^o, de que o Embaixador Baena Soares colocará todo o seu patriotismo, toda a sua capacidade, toda a sua lucidez, para que haja uma melhoria nesse relacionamento entre as nações do Continente americano.

O SR. ODACIR SOARES — Muito obrigado, Senador Hélio Gueiros. O Embaixador Baena Soares, efetivamente, é um dos paraenses mais brilhantes da sua geração; o seu trabalho, não apenas na carreira diplomática, mas, especialmente no presente, como Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, como eu já disse, é uma certeza de que a OEA transformar-se-á no fórum de debates dos grandes problemas do nosso hemisfério, possibilitando, inclusive, que problemas como o da dívida externa dos países sul-americanos possam ser objeto de conversações multilaterais, permitindo que se encontre caminhos comuns para esse grave problema que está a afligir, não apenas o nosso País, como outras nações do hemisfério americano.

Como V. Ex^o, o Embaixador Baena Soares é um ilustre, brilhante e inteligente paraense, de modo que o Pará, hoje, ao final desta sessão, exatamente pelo fato de estamos discutindo a assunção do Embaixador Baena Soares como Secretário-Geral da OEA e pela intervenção oportuna e honrosa de V. Ex^o, não sairá tão mal, conforme V. Ex^o vinha dizendo no curso desta sessão, pelo fato de aquele famoso empréstimo não ter sido até agora liberado, ou apreciado pelo Senado.

Portanto, agradeço a V. Ex^o o aparte e V. Ex^o sabe do grande apreço que lhe tenho.

Prosseguindo, Sr. Presidente, concluo o meu discurso.

Temos a certeza de que o período a iniciar-se em junho vindouro, com a posse do novo Secretário-Geral, haverá de ficar na história da OEA como o tempo em que se construiu a grandeza da Organização.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

TRECHO DA ATA DA 59^a SESSÃO, REALIZADA EM 10-5-84, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN (SEÇÃO II) DE 11-5-84:

REQUERIMENTO N° 66, DE 1984

Nos termos do art. 371, letra b, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1981 (nº 1.909-B, de 1979, na origem), que "acrescenta parágrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940".

Sala das Sessões, 9 de maio de 1984. — **Murilo Badaró** — **Marcondes Gadelha** — **Hélio Gueiros** — **Enéas Faria** — **Passos Pôrto** — **Amaral Furlan** — **Guilherme Palmeira** — **Pedro Simon** — **Alfredo Campos** — **Martins Filho** — **Helvídio Nunes**.

REQUERIMENTO N° 67, DE 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 15, de 1984, que "denomina um dos corredores do 'Anexo Dois' do Senado Federal, onde se situam gabinetes dos Senadores 'Ala Senador Teotônio Vilela'".

Sala das Sessões, 10 de maio de 1984. — **Humberto Luccena**, Líder do PMDB, — **Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

ATA DA 59^a SESSÃO, REALIZADA EM 10-5-84

(Publicada no DCN (Seção II) de 11-5-84)

RETIFICAÇÃO

Na página 1163, 1^a coluna, no item 2 da Ordem do Dia,

Onde se lê:

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem),...

Leia-se:

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem),...

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 13, DE 1983, DESTINADA A INVESTIGAR A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA NO NORDESTE.

6^a Reunião, realizada em 8 de novembro de 1983.

Aos oito dias do mês de novembro do ano mil novecentos e oitenta e três, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães (Relator), Cláudionor Roriz, Eunice Michiles e Alberto Silva, (Presidente), reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 13, de 1983, destinada a investigar a Persistência da Pobreza Absoluta no Nordeste.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lins, Marco Maciel, Lourival Baptista, João Lobo, Alfredo Campos, Hélio Gueiros.

Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Alberto Silva, declara abertos os trabalhos da Comissão, passando, em seguida, a palavra ao Dr. Valfrido Salmito Filho, Superintendente da SUDENE.

Inicia seu depoimento elogiando o Senhor Senador Alberto Silva que, quando Governador do Estado do Piauí, deixou obras duradouras e de efeito permanente.

Faz uma síntese dos trabalhos realizados pela SUDENE ao longo dos planos regionais de desenvolvimento, chamados Planos Diretores.

Primeiro Plano Diretor, período de 1960 a 1962.

Criação da SUDENE, a ação desse órgão seria o Plano Diretor plurianual, onde se discriminariam, pelos diferentes setores, os empreendimentos, trabalho e medidas diversas destinados ao desenvolvimento da região.

Segundo Plano Diretor, período de 1963 a 1965.

O segundo Plano Diretor foi, substancialmente, um desdobramento do primeiro Plano, cujas diretrizes foram basicamente mantidas na formulação da política de desenvolvimento regional.

Considerou, isolada e especificamente, o problema do desenvolvimento da pesca no Nordeste, referido no Primeiro Plano como parte da política de abastecimento.

Terceiro Plano Diretor, período de 1966 a 1968.

Tem por objetivo propor uma atualização do plano e redefinir seus mecanismos de operação.

Continua seu depoimento, falando sobre o Quarto Plano que segue, basicamente, as linhas do Terceiro.

O Senhor Presidente agradece, em nome da Comissão, pela exposição clara e objetiva onde faz o retrospectivo da atuação da SUDENE.

Prosseguindo, passa-se à fase interpellatória quando usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputados José Luiz Maia, Senador Milton Cabral, Deputado Ossian Araripe, Deputado Carneiro Arnaud, Deputado Mansueto de Lavor, Deputado Antonio Dias, Deputado Jorge Vianna e Senador Jutahy Magalhães.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 6^a REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 13, DE 1983, DESTINADA A INVESTIGAR A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA NO NORDESTE, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR VALFRIDO SALMITO FILHO, SUPERINTENDENTE DA SUDENE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO:

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
RELATOR: SENADOR JUTAHY MAGALHÃES**

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUÍGRAFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Sr. Superintendente da SUDENE, nosso amigo, Dr. Valfrido Salmito, esta Comissão sente-se muito honrada com a presença de V. Ex^o, hoje, aqui, sabendo todos nós que o seu trabalho naquela área é um trabalho difícil, duro, permanente, diário, com cinco anos de calamidade que assola aquela região, e naturalmente o seu tempo é inteiramente dedicado a atender às solicitações de uma região tão sofrida como a do Nordeste. Mesmo assim, V. Ex^o atendeu à nossa convocação, que muito nos enche de satisfação, de estar hoje aqui.

Pedimos desculpas por não termos um número maior de assistentes dos nossos convidados, porque esta Casa tem inúmeras comissões e os nossos Senadores e Deputados estão sempre fazendo parte de duas, três, quase que

ao mesmo tempo. Entretanto, agradeço a presença aqui dos nossos membros desta Comissão, tais como a Senadora Eunice Michilles, nosso Relator e os Deputados que aqui compareceram nesta manhã.

E para que não nos alonguemos mais, gostaríamos de ouvir a exposição que V. Ex^e naturalmente preparou para esta reunião de hoje. A partir deste instante V. Ex^e pode dispor do tempo que desejar para fazer sua exposição e, em seguida, nós organizaremos um debate com perguntas que, naturalmente, farão parte desta reunião de hoje.

Concedo a palavra ao Superintendente da SUDENE, Dr. Valfrido Salmito.

O SR. VALFRIDO SALMITO FILHO — Exm^o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Alberto Silva; Exm^o Sr. Relator da Comissão, Senador Jutahy Magalhães; Exm^o Sr. Senadora Eunice Michilles; Exm^s Srs. Deputados Federais; minhas Senhoras e meus Senhores:

Realmente, Sr. Presidente, aqui me encontro pela convocação feita, mas devo dizer, de início, que é muito difícil trazer uma contribuição nova às investigações que vem fazendo a Comissão presidida por V. Ex^e. E a razão principal é que aqui se encontram homens públicos de uma vivência tão grande, tão profunda na região, que fica difícil a qualquer executivo, mesmo de um órgão regional, trazer maiores novidades.

Recordo-me da passagem de V. Ex^e no Governo do Estado do Piauí, que se caracterizou por uma administração extremamente profícua, graças à competência e amor à coisa pública.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Obrigado.

O SR. VALFRIDO SALMITO FILHO — Mas não só isto, à criatividade que fez multiplicar os parcos recursos que V. Ex^e utilizou na administração, deixando marcas indeléveis na infra-estrutura do Estado e em outros setores da própria economia. Então, V. Ex^e, talvez até melhor do que o próprio Superintendente, sabe, muito bem, com que parcos meios conta um administrador na região nordestina, uma vez que, governando um Estado pobre como o Piauí, sabe das dificuldades para exercer um mandato em benefício do povo, deixando obras duradouras e de efeito permanente. Reitero que estou cumprindo um dispositivo legal, perante os Senhores, homens públicos, senadores, ex-Governadores, aqueles que militaram na política, a vida inteira, até chegar a este posto, que conhecem profundamente as dificuldades com que se administra a coisa pública no Nordeste.

Para o desempenho de minha tarefa, Sr. Presidente, tomamos a decisão de trazer algumas informações relacionadas com o trabalho que foi feito pela Superintendência ao longo desses anos e procurando sintetizar, porque não só V. Ex^e já o conhecem, como também o próprio Senado Federal já liderou trabalhos anteriores, como o da COCENE, que refletem numa análise completa e profunda aquilo que se realizou lá na região. Somente por uma questão de metodologia de trabalho, talvez com efeito de tornar mais compreensível nossa tarefa agora, que continua com muitas limitações, talvez seja inevitável fazermos esse retorno muito breve ao que se realizou lá na região.

É sabido que a SUDENE é um órgão de planejamento regional que tem, desde 1960, atividades ininterruptas naquela área. Então, com certeza, V. Ex^es querem saber também quais foram os resultados desse trabalho de planejamento, até que ponto esse trabalho foi válido, até que ponto o trabalho não trouxe resultados que a comunidade da região e do Brasil espera. E, certamente, também, cumpre investigar que medidas devem ser tomadas para que esse trabalho tenha resultados mais eficazes para o futuro, em virtude da persistência dessas carac-

terísticas de pobreza absoluta que mantêm o Nordeste, sobretudo o meio rural, num nível extremamente insatisfatório de desenvolvimento.

Em 1959, à época mesmo em que se discutia no Congresso Nacional o projeto de Lei do Executivo criando a SUDENE, um centro de estudos norte-americano designou um de seus integrantes para realizar levantamentos em alguns países da América do Sul, do que resultaria um livro que, em português, denominou-se "Política Econômica na América Latina".

Seu autor, o conhecido economista Albert O. Hirschman, diz na introdução à obra que, ao aceitar o encargo, tinha em mente, também, "aprender alguma coisa sobre as aptidões das autoridades latino-americanas na solução de problemas, sobre as condições propícias ao apacimento e crescimento dessas aptidões, e sobre os meios e modos característicos pelos quais elas se afirmam".

Ora, entre as "aptidões" a serem examinadas, estava o que tem feito o Brasil para fortalecer a situação econômica de seus estados nordestinos assolados pela seca.

Quando da nossa vinda para depor, ante esta Comissão de Inquérito Destinada a Investigar a Presidência da Pobreza do Nordeste, lembramo-nos de uma frase de Hirschman, em seu estudo sobre o Nordeste brasileiro, a Colômbia e o Chile, que, juntos, foram o universo do seu livro:

"Em início e em seu decurso, os processos de desenvolvimento econômico e modernização aos encarregados de tomar decisões uma ampla variedade de problemas políticos; o êxito da promoção do desenvolvimento depende nitidamente, em grande parte, de como tais problemas são enfrentados e conduzidos."

Não passou despercebido ao estudioso norte-americano que a preocupação governamental no Brasil, e também no exterior, aumentara com relação ao Nordeste brasileiro, em função de problemas recentes, cuja face mais dramática era, então, representada pelas reivindicações camponesas na zona canavieira. Mas reconhecia, entretanto, que aquela região já se vinha "constituindo" um problema nacional por todo o transcurso dos últimos oitenta anos, desde a longa e cruel seca de 1877-1879.

Acreditamos não estarmos violentando a memória nacional ao recorrer a um *brazilianist* para recordar esses problemas nordestinos e, portanto, tão brasileiros. É que, com efeito, nós todos temos uma tendência bastante acentuada para esquecer o nosso passado ainda recente, de forma que nos parece animador que um economista dos Estados Unidos da América do Norte tenha vindo ao nosso País para escrever sobre eles.

Falando daquela seca, que durante três anos se abateu sobre o Nordeste, ao final da antepenúltima década do século passado, anota Albert Hirschman que, então, o Governo Central estabeleceu a Primeira Comissão Nacional de Inquérito sobre os problemas dela decorrentes, além de um levantamento de engenharia do que iria resultar a construção do grande açude de Quixadá, a partir de 1884.

As obras daquele açude, porém, logo seriam paralisadas, por falta de verbas, até que outra grande seca — a de 1888-89 — criasse novo clamor nacional sobre o Nordeste, promovendo-se a organização de nova Comissão para reiniciar aquela importante obra.

Todos os que conhecem o livro do autor citado sabem como os especialistas podem forçar argumentos que se venham encaixar em suas teses universitárias. Na realidade, algumas iniciativas governamentais importantes em benefício do Nordeste brasileiro foram tomadas, sem que houvesse, na mesma ocasião, uma seca calamitosa. Assim foi em 1909, ano de fundação da IFOCS, Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, ou em 1915, quando a nova agência atingia uma elevada média de gastos

públicos. Neste, como em outros casos, a explicação adicional do autor é de que havia algum nordestino ocupando altos cargos na Administração Federal, seja como Vice-Presidente da República (caso do pernambucano Rosa e Silva), seja como Ministro de Viação e Obras (caso de Francisco Sá).

Melhor tratamento obteve o Nordeste, segundo o esquema aqui sintetizado, nos momentos em que coincidiu a ocorrência de seca com a presença de políticos nordestinos em altos cargos da Administração, seja na própria Presidência da República (Epitácio Pessoa), ou no Ministério de Viação e Obras (o também paraibano José Américo de Almeida).

Sem pretender discutir, nem sequer completar o esquema hirschmaniano de explicação para o interesse do Governo brasileiro com os problemas do subdesenvolvimento do Nordeste, o que se pode extrair de incontestável, na sua apresentação, é que os esforços em benefício da região depauperada não vinham obtendo continuidade, pelo menos no período de tempo por ele estudado — e que atinge até a grande seca de 1958, com a criação da SUDENE, sem esquecer o estabelecimento da Comissão do Vale do São Francisco e da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, ambas em 1948, e o estabelecimento do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952.

Caberia, portanto, a nós, em continuação ao que disse Hirschman, analisar a situação do Nordeste a partir de então, na tentativa de concluir sobre esse fato de capital importância: se tem havido continuidade da preocupação com os problemas da região, agora não mais em função da pessoa que ocupa postos-chave no Governo, mas como consequência da institucionalização do planejamento — como forma de atentar as disparidades econômicas que separam a região do restante do País em termos de benefícios sociais do próprio desenvolvimento nacional.

Tendo assumido a Superintendência da SUDENE há cinco anos, poderíamos nos eximir de analisar a situação do órgão, como coordenador dos investimentos federais na região, em todo o período que vai de 1960 a 1979. Não o faremos, porém, pois, no nosso entendimento, um órgão de planejamento é muito mais do que o seu dirigente máximo, que, pela natureza mesma do cargo, é mutável.

Mas devemos fazer, pelo menos, uma síntese para V. Ex^es desse trabalho realizado ao longo dos planos regionais de desenvolvimento, chamados Planos Diretores, cujo primeiro abrange o período de 1960 a 1962.

I Plano Diretor (1960-62)

De acordo com o art. 18 da Lei 3.692, que criou a SUDENE, o instrumento de ação desse órgão seria o Plano Diretor plurianual, onde se discriminariam, pelos diferentes setores, os empreendimentos, trabalhos e medidas diversas destinadas ao desenvolvimento da região. Os Planos deveriam ser anualmente reformulados para abrangerem um período mínimo de três anos. O primeiro deles ficou consubstanciado na Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e, de imediato, reconhecia que a SUDENE deveria tornar-se, progressivamente, o "grande órgão de estudos, informação, planejamento, coordenação e controle do Governo Federal no Nordeste", fixando o princípio da unidade e integração quanto ao planejamento. A execução caberia a órgãos especializados ou a empresas por ela própria criadas, com fins específicos. Por outro lado, fixava que os estímulos à iniciativa privada deveriam constituir parte essencial da política de desenvolvimento da região.

Devemos dizer também que, na verdade, trabalhamos com essa base de planos de desenvolvimento regional, de 1960 até 1968, no máximo 1969. Portanto, foram oito anos apenas em que os trabalhos realizados ali eram resultados de um plano aprovado pelo Congresso Nacional, acompanhado por este, tanto pela Câmara dos De-

putados quanto pelo Senado Federal e também fiscalizado pelo Congresso. A partir desse período, com menos de dez anos de vigência dessa política, instituiu-se no Brasil um sistema diferente, do Plano Nacional de Desenvolvimento, e as regiões periféricas, tanto o Nordeste, como a Amazônia, perderam a importância e a relevância, a prioridade dentro do contexto nacional, uma vez que os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que não se transformaram em lei pelo Congresso Nacional, também mudaram o enfoque do desenvolvimento. Quer dizer, a prioridade conferida nesses Planos Nacionais foi a prioridade setorial, relegando a prioridade regional a um segundo plano. E por culpa disso também, mesmo projetos regionais das áreas mais ricas do Brasil, projetos setoriais, eram notadamente no fundo apenas grandes projetos regionais de desenvolvimento das áreas mais ricas, em detrimento daqueles planos regionais das áreas mais pobres.

O Plano teve sua estrutura assentada, em boa parte, no diagnóstico da economia nordestina, formulado pelo GTDN. Foi a primeira tentativa de formulação detalhada de uma política de desenvolvimento para a região, baseada nos três pontos seguintes: a) o Nordeste é uma das regiões do mundo onde mais precárias são as condições de vida de sua população; b) a região apresenta reais possibilidades de desenvolvimento, quer por seus recursos naturais, quer pela aptidão de sua gente para assimilar técnicas modernas; c) a liderança do Poder Público, no processo de formação do capital, é condição necessária para diminuir as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Em síntese, a política do I Plano Diretor foi orientada para: criação da infra-estrutura econômica, aproveitamento racional dos recursos de água, reestruturação da economia agrícola, colonização, racionalização do abastecimento, industrialização, aproveitamento dos recursos minerais, saúde pública, educação de base e levantamento cartográfico.

A política estabelecida no Plano, no que diz respeito aos investimentos em transportes e energia, obedeceu às seguintes diretrizes: orientar os investimentos públicos, visando a dotar o Nordeste de uma rede prioritária de rodovias e ferrovias, cuja função principal seria unificar a região em um só mercado; promover a melhoria das interligações marítimas e terrestres do Nordeste com o Centro-Sul; concentrar os investimentos de caráter pioneiro, no setor de transporte, ao sistema rodoviário, estabelecendo uma Rede Rodoviária Prioritária Básica do Nordeste; orientar os investimentos no setor portuário para que a região passasse a contar com portos capazes de operar com real eficiência; elevar a oferta de energia elétrica no Nordeste, pelo maior aproveitamento do potencial hidráulico do submédio São Francisco; promover a unificação das tarifas, em grosso, da energia de Paulo Afonso, a fim de evitar que a oferta de energia viesse a atuar no sentido de promover excessiva concentração da atividade econômica, criando desequilíbrios intra-regionais.

Na época, naturalmente, não havia ainda um Ministério de Minas e Energia, nem a ELETROBRÁS, só a SUDENE teve que liderar os investimentos necessários, não só para expansão das unidades geradoras de Paulo Afonso, mas também, posteriormente, para implantar a Hidrelétrica da Companhia de Boa Esperança, hoje ligada ao sistema CHESF.

A formulação de uma política de aproveitamento racional dos recursos hidrológicos foi reconhecida como prioritária, estabelecendo-se as seguintes: iniciar a ativação de um sistema de coleta de dados básicos, envolvendo as fases do ciclo hidrológico, dando-se ênfase especial aos trabalhos de hidrologia, água subterrânea, evaporação e pluviometria; avaliar os recursos hidrológicos das bacias do Jaguaribe, Piranhas e Açu e dos aquíferos

nos bacias do Araripe, Apodi, Ibiapaba, Iguatu e Baixo Jaguaribe, bem como as possibilidades de sua utilização.

Ora, é sabido que o impacto intermitente das secas e a incapacidade estrutural para responder às solicitações do mercado revelam, em síntese, a problemática agropecuária regional. Em face da baixa capitalização e da escassez de terras acessíveis à agricultura, o Plano orientou a ação da SUDENE numa tríplice direção: aumento da oferta de terras disponíveis para a agricultura, tanto nas zonas úmidas — área litorânea e vales maranhenses — como na zona semi-árida. Neste último caso, pelo aproveitamento intensivo das possibilidades de irrigação nas bacias dos açudes e no baixo e submédio São Francisco; reorganização da economia da zona semi-árida, fazendo-a mais resistente às secas pela introdução de forrageiras em larga escala e pelo aumento da produtividade no cultivo de bens comercializáveis, como o algodão arbóreo, mamona e oiticica; reorientação e intensificação da pesquisa agronômica e da experimentação de novos métodos, visando ao aumento da produtividade.

Com o objetivo de absorver parte dos excessos populacionais do Nordeste em zonas produtoras de alimentos fora da zona semi-árida, ampliando a fronteira agrícola da região, as diretrizes da política de colonização deram prioridade aos investimentos voltados para: pesquisas de pré-colonização que identificassem a potencialidade de recursos naturais de espaços ainda não ocupados; projeto-piloto de povoamento do Maranhão.

Por outro lado, a insuficiência da oferta regional de alimentos e sua distribuição ineficiente, em todos os escaleões do fluxo, provocando um baixo índice dietético, requereram a atuação da SUDENE em três níveis, consoante as seguintes diretrizes: atuação sobre a produção (proporcionar o aumento da oferta de gêneros alimentícios pela utilização de novas áreas agrícolas, pela melhor adequação do crédito e pelo desenvolvimento de pesquisas agropecuárias); atuação sobre a distribuição (regularizar o fluxo de gêneros alimentícios, pelo controle estatístico da oferta e da procura, para equilíbrio do mercado, e pela intervenção do Governo a qualquer sinal de manobras altistas); atuação sobre o consumo (orientar investimentos para aqueles ramos da produção cuja expansão permita atender ao desenvolvimento das tendências de diversificação do consumo regional, notadamente a pesca, a rizicultura e a pecuária).

Admitiu-se que a industrialização do Nordeste, reconhecida como condição indispensável ao desenvolvimento regional, dispõe de bases econômicas para afirmar-se, tanto do ponto de vista de mercado local, para produtos de consumo geral, como da disponibilidade de matérias-primas e da oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos. Acrecenta, ainda, a vantagem representada por uma mão-de-obra abundante. A política de industrialização, formulada pelo Plano desenvolveu-se, assim, em torno dos seguintes objetivos: coordenação dos incentivos proporcionados pelo setor público à iniciativa privada; modificação da estrutura industrial, mediante a criação de indústrias básicas altamente germinativas; reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais, com real viabilidade econômica, na região; aproveitamento, em grande escala, de matérias-primas locais de oferta estruturalmente excedentárias, visando a estabilizar a atividade do setor primário; reestruturação das atividades artesanais, visando a elevar a renda de importante grupo de população que nelas encontra meios de vida; formação de mão-de-obra especializada ou semi-especializada, tanto para as novas indústrias, como para aumento de eficiência das indústrias artesanais.

O Plano conferiu alta prioridade ao levantamento e aproveitamento econômico dos recursos minerais do Nordeste e preconizou a realização de um programa de pesquisas, com o objetivo de indicar as reais possibilidades

da região como produtora de minérios: estudos básicos (levantamento geológico básico do nordeste, levantamento das ocorrências minerais conhecidas, prospecção sistemática); estudos e pesquisa (tratamento prioritário atribuído às seguintes jazidas minerais conhecidas: fosfato, sais potássicos, sal-gema, enxofre, ferrosos, ferro, manganês, cromo, gipsita, scheelite, pegmatitos e placers — minerais pesados — materiais industriais e refratários) e estudos complementares das minas em funcionamento, tendo em vista aumentar a recuperação no beneficiamento, bem como racionalizar e aperfeiçoar os métodos de mineração, além de estudos de novos projetos.

A análise das condições sanitárias do Nordeste demonstrou a necessidade de uma ação imediata para suprir de água potável as populações nordestinas, dada sua baixa disponibilidade. Esse problema agrava-se com o aumento da urbanização e, consequentemente, da densidade demográfica. Entre aqueles que ainda apresentam extraordinária gravidade, destacam-se na região os da mortalidade infantil e das helmintoses. Relacionando a má qualidade da água consumida como a origem dos males apontados, a SUDENE estabeleceu como política, no campo da saúde pública, concentrar esforços, com vistas a melhorar o abastecimento de líquido, formulando as seguintes diretrizes: melhorar as redes de abastecimento de água existentes e tornar mais eficientes os serviços de manutenção; concluir as obras já iniciadas; promover o atendimento às cidades mais populosas e de maior incremento demográfico; atender aos pequenos núcleos urbanos pela intensificação da perfuração de poços; organizar agências regionais e sociedades de economia mista, de maneira a tornar econômica a administração e a manutenção dos serviços de saneamento.

Nesse particular, demos início conseguindo financiamentos internacionais, como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, obtendo os recursos financeiros e repassando ao Banco do Nordeste que, naturalmente, canalizava esses empréstimos para os governos estaduais.

A SUDENE propôs-se realizar estudos sistemáticos das condições de vida da população rural nordestina, de seus hábitos de trabalho e de suas reações em face das mudanças tecnológicas necessárias. Visava a executar programas de educação de base para capacitar o homem ao uso de técnicas que lhe permitissem melhorar, por conta própria, suas condições de vida. O Plano previu, também, a execução de um projeto-piloto de educação de base, em cooperação com órgãos especializados, dentro das seguintes linhas de ação: alfabetização de adultos; noções sanitárias e de cuidados médicos; noções técnicas agropecuárias; criação de atividades artesanais, organização de cooperativas de crédito, produção e consumo; promoção de atividades culturais em base comunitária.

A execução de um plano de desenvolvimento pressupõe conhecimento sistemático do território regional, daí resultando a importância fundamental de uma representação cartográfica precisa. Dessa forma, para assegurar o êxito da política de desenvolvimento regional e garantir à SUDENE e aos outros órgãos responsáveis por investimentos públicos no Nordeste, e também à iniciativa privada uma adequada base de informações cartográficas, o Plano previu a criação de um Setor de Cartografia na SUDENE. O Setor de Cartografia atenderia às necessidades iniciais decorrentes da aplicação do Plano e se encarregaria dos levantamentos cartográficos indispensáveis para o futuro.

Bom, essa foi a linha básica que se procurou seguir de 1961 a 1963, com a atualização anual dessa programação.

Segundo o Plano Diretor, que se estende de 1966 a 1965, seguiu-se mais ou menos uma mesma linha, uma

vez que as necessidades de infra-estrutura básica da região ainda exigiam a continuidade desse esforço em infra-estrutura.

Naturalmente, o Plano foi enriquecido com algumas outras ações, tanto a nível dos estados, como a nível dos órgãos federais, como os Senhores podem perceber das informações registradas no texto a seguir que peço permissão para não ler, porque realmente acho que não se faz necessário.

II Plano Diretor (1963-65)

O II Plano Diretor, aprovado pela Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, foi, substancialmente, um desdobramento do I Plano, cujas diretrizes foram basicamente mantidas na formulação da política de desenvolvimento regional.

Entre as inovações de tipo institucional introduzidas, caberia destacar a criação de dois fundos financeiros, destinados: um, à ação de emergência (Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste — FEANE), o outro, a cobrir riscos especiais e a reforçar a iniciativa privada em certos setores (Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste — FIDENE). Também foram criadas duas empresas de economia mista: CERNE (Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste) e PENESA (Pesca do Nordeste S/A).

O II Plano Diretor continuou dando ênfase à criação de capital social básico e, sem prejuízo dos resultados a alcançar, destinou a esse setor um percentual menor dos investimentos previstos, fruto da maior eficiência e regularização das obras alcançadas com a execução do I Plano. A Rede Rodoviária Prioritária Básica do Nordeste passou a ser incorporada ao Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias Federais e foi apresentado o Plano Prioritário de Aeroportos, com base em recursos do Ministério da Aeronáutica e participação da SUDENE. No setor portuário, o Plano preconizou a construção do Porto Salieno de Areia Branca (RN). No setor de energia elétrica, além da preocupação anterior de elevar a oferta, o Plano previu o desenvolvimento de um programa especial de eletrificação de pequenas comunidades, para o que foi criada a Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), sociedade de economia mista, subsidiária da SUDENE.

O II Plano Diretor revelou uma preocupação mais ampla no que se refere ao conhecimento e aproveitamento dos recursos naturais do Nordeste, sistematizando a programação dos trabalhos de levantamento cartográfico, das pesquisas hidrológicas e de recursos minerais.

A política de educação estabelecida no I Plano Diretor visava especificamente a programas de educação de base orientados para o setor rural. O II Plano reconheceu a necessidade de formação de pessoal, com vistas à eliminação de pontos de estrangulamento, resultantes da inadequada oferta de pessoal qualificado ou da incapacidade do sistema para responder às necessidades do processo de desenvolvimento. A programação educacional do II Plano Diretor contemplava os seguintes objetivos: aumento das matrículas do ensino primário; ampliação e reequipamento da rede de escolas industriais e agrícolas de nível médio; melhoria do ensino técnico de nível superior; formação de pessoal para os Estados, Municípios e para a própria SUDENE.

As diretrizes políticas estabelecidas pelo primeiro plano, no tocante à reestruturação da economia agropecuária nordestina, foram ampliadas e aperfeiçoadas pelo II Plano. O objetivo da ampliação da oferta de terras contemplou também o aproveitamento das terras públicas próximas aos grandes centros urbanos e dos tabuleiros costeiros, objeto de pesquisas e experimentação agropecuárias. Foram previstos, ainda, o estabelecimento de programas de extensão e organização rural e de programas que conciliassem a constituição e ampliação de reservas florestais à produção de frutas tropicais e forra-

geiras arbustivas. A política de irrigação, instrumento de reorganização da economia da zona semi-árida, preconizou estudos de exploração das potencialidades do vale do Jaguaribe (CE) e estudos de viabilidade de aproveitamento das águas represadas nos açudes do Alto-Piranhas (PB). O aproveitamento das águas subterrâneas do Nordeste e a adoção de técnicas de conservação de solos que permitam retenção de água, nas zonas semi-áridas, também foram objeto da atenção do Plano.

A política de industrialização não foi objeto de grandes modificações pelo II Plano. Nele foram previstos o aproveitamento industrial do sal e águas-mães de salinas do Rio Grande do Norte, estudos sobre oportunidades industriais do Nordeste e, no campo da reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais, foram contemplados, também, os ramos industriais de curtumes e óleos vegetais.

O II Plano Diretor considerou, isolada e especificamente, o problema do desenvolvimento da pesca no Nordeste, referido no I Plano como parte da política de abastecimento. Com base em estudos realizados, a SUDENE pretendia desenvolver, objetivando ampliar a produção pesqueira nordestina, ampla ação voltada para a expansão das unidades públicas frigoríficas e produtoras de gelo, adequação dos portos ao serviço da pesca e intensificação de pesquisas e preparação de pessoal especializado, bem como a criação de incentivos à Pesca do Nordeste S/A (PENESA), empresa de economia mista, subsidiária da SUDENE.

Ampliando sua atuação no sentido de dotar o Nordeste de condições sanitárias que não entorpecessem o desenvolvimento regional, a SUDENE, pelo II Plano, acrescentou ao programa de abastecimento de água a diretriz segundo a qual aqueles serviços fossem acompanhados da instalação de esgotos sanitários. Considerou-se que a necessidade de implantação desse serviço aumentou, pelo fato de que nos grandes centros urbanos começaram a surgir indústrias, com os seus consequentes problemas de detritos, poluidores dos cursos de água.

Consequência da preocupação da SUDENE em promover a melhoria imediata das condições de vida da população nordestina, o II Plano acrescentou, às medidas anteriormente propostas, a realização de investimentos na construção de habitações populares. Procurou a SUDENE criar os mecanismos necessários a uma ação futura em larga escala, com vistas à eliminação do déficit habitacional, a partir de soluções conjugadas e programas de desenvolvimento econômico que tivessem por base a efetiva e crescente capacidade de pagamento dos beneficiados. A atuação da SUDENE orientou-se, então, para as seguintes realizações: projetos de casas operárias, associados a projetos de indústrias que se instalassem ou se expandissem na região, através da concessão de financiamento a empresas industriais; projetos para funcionários públicos, estaduais e municipais, através da concessão de créditos aos respectivos governos e autarquias de previdência social; projetos ligados a esquemas de desenvolvimento e melhoramento comunitário.

Passamos então para o III Plano Diretor, que é de 1966 a 1968, que introduz novos ajustamentos no que fora preconizado até então.

III Plano Diretor (1966-68)

Ao elaborar a terceira etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE teve oportunidade de, com base na experiência vivida e com maior conhecimento da realidade nordestina, propor uma atualização do Plano e redefinir seus mecanismos de operação.

A análise da atuação da SUDENE no período 1960-65 evidenciou que, em suas linhas gerais, a política e os programas constantes dos dois planos anteriores constituíam uma forma adequada de enfrentar os problemas básicos da região. A execução dos programas e projetos indicou, porém, dificuldades operacionais que o III Pla-

no, aprovado pela Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, se propunha a remover e em torno das quais fez importantes constatações:

Inicialmente, foi comprovado que os órgãos públicos de desenvolvimento regional apresentavam deficiência de aparelhamento para as tarefas executivas, o que requeria maior agressividade da SUDENE quanto à organização administrativa das entidades executoras e à preparação de pessoal especializado.

Por outro lado, registrava-se a resistência de órgãos públicos e instituições privadas a uma ação coordenada, segundo os métodos do planejamento, em vista de o Plano propor a colaboração efetiva da SUDENE na preparação dos programas anuais de trabalho das entidades e órgãos federais, a definição de critérios para alocação de recursos e o estímulo às atividades de planejamento a nível estadual.

Outra questão destacada pelo III Plano foi a limitação dos instrumentos postos à disposição da SUDENE para superar a rigidez estrutural da agricultura nordestina. Preconizou, então, uma série de medidas diretas — atividades de extensão rural e aplicação de dispositivos do Estatuto da Terra — e indiretas, dependentes, em parte, da orientação dada ao processo de industrialização e da adoção de uma política de preços mínimos.

De grande relevo foi a constatação, pelo III Plano, de que o setor público, responsável no Nordeste por um montante ponderável de investimentos, não se vinha revelando capaz de elevar o seu nível de dispêndios na região, em razão das diretrizes da política econômica federal, da qual resultava uma insuficiência de recursos para a execução dos programas propostos pela SUDENE.

Esses dados levaram a SUDENE a abrir, no III Plano, novas frentes de atuação, identificando e mobilizando novas forças, pretendendo aproveitar potencialidades ainda não devidamente consideradas. O problema de escassez de recursos seria, em parte, solucionado, mediante a utilização de novas fontes, sobretudo de natureza externa, e o aumento da contribuição do setor privado.

Na verdade, no I e no II Plano um esforço maior havia sido exigido do próprio setor do Governo e agora identificamos não só a possibilidade, mas também a necessidade de um reforço imediato desses recursos externos, ampliando as fontes de financiamento, não só do Banco Interamericano, mas também do Banco Mundial, Crédit Lyonnais, Kreditanstalt e outras agências financeiras internacionais. Além, também, de tentarmos induzir o setor privado do Sul do Brasil a investir mais na região.

Novos meios para aumentar a produtividade de fatores produtivos foram indicados, promovendo-se, particularmente, o melhor aproveitamento do fator trabalho, mediante a adoção de funções de produção que assegurassem o uso da mão-de-obra e a criação de tecnologias adequadas às condições da região. No que diz respeito à adoção de novas formas de operação e métodos de abordagem do desenvolvimento regional, o III Plano previu maior descentralização administrativa, mobilização das comunidades para uma participação mais ativa nos programas de desenvolvimento e, por último, a utilização das técnicas de planejamento espacial. A aplicação de tais abordagens, mediante a identificação dos pólos de crescimento da região, em cada um dos Estados nordestinos, bem como das vantagens locacionais, permitiria a definição de áreas e programas prioritários para alocação de recursos.

Em termos globais, a política do III Plano Diretor considerou necessário diminuir os investimentos em infra-estrutura, cuja importância estratégica, no entanto, continuava a ser reconhecida, e aumentar os investimentos em recursos humanos, agricultura e abastecimento, mantendo as linhas gerais da política e programas dos Planos anteriores, de eficiência constatada.

A programação de infra-estrutura do III Plano apresentou algumas inovações. Previu a criação de uma rede

regional de comunicações, ao lado do sistema de transportes. Quanto à energia elétrica, foram consignados investimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, iniciada já no final do II Plano Diretor, além de pré-investimentos e obras de geração para construção de usinas de ponta e eletrificação rural. Também a reforma das redes de distribuição foi contemplada. Para atender à operação e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários foi criada a Companhia de Água e Esgotos Nordeste (CAENE).

A sistematização dos programas da SUDENE, no campo dos recursos naturais, iniciada já no II Plano, foi completada pelo III Plano que, além dos subsetores anteriormente considerados, inclui a realização de programas de botânica econômica, agrologia e aproveitamento das grandes bacias fluviais.

Com o III Plano Diretor, a SUDENE realizou um considerável avanço quanto ao equacionamento dos problemas que envolviam a elevação dos padrões de vida da população nordestina. Da ação isolada no campo da saúde e da educação partiu-se para uma programação cujo objetivo seria acentuar a valorização do fator trabalho no processo de desenvolvimento e orientá-lo em maior profundidade para benefício do homem.

O III Plano Diretor sugeriu um sentido bastante ampliado do conceito de recursos humanos. Estes passaram, então, a identificar-se com os setores de mão-de-obra e de emprego, considerando-os fatores que influem sobre a capacidade física, a qualificação, o grau de utilização e o aproveitamento do fator humano e as condições de bem-estar da população. Nesse sentido, a ação comunitária, objeto de especial atenção do III Plano Diretor, foi colocada como um dos instrumentos de valorização e de melhor utilização do potencial nordestino de recursos humanos.

Conseqüentemente, a programação do setor foi, por um lado, envolvida com mão-de-obra e emprego, e correspondeu, por outro, a uma programação social, considerando tanto a influência dos fatores sociais (saúde, habitação e educação) sobre a força de trabalho, quanto dos fatores sociais vistos como serviços finais oferecidos aos seres humanos para elevar o seu nível de bem-estar.

Admitida essa amplitude para a ação do planejamento, o III Plano revelou-se bastante abrangente, incluindo estudos de população, consideração dos problemas educacionais em todos os níveis, estudos e levantamentos ligados ao conhecimento e à avaliação de necessidades e oportunidades de treinamento, promoção de cursos e seminários, promoção dos serviços gerais de saúde, campanhas profiláticas, saneamento ambiental rural, habitação, ação comunitária, incentivos técnico-financeiros ao artesanato e implantação de sistemas de centros áudio-visuais.

As diretrizes da política de industrialização do Nordeste ampliam-se no III Plano, que considera a necessidade do estabelecimento de programas visando à realização de pesquisas industriais e prestação de assistência técnica à pequena e média indústria. Paralelamente, a diretriz de implantação de indústrias germinativas tomou corpo com a apresentação do projeto da Usina Siderúrgica da Bahia S/A (USIBA), financiado parcialmente pela própria SUDENE.

Quanto aos demais setores de atuação da SUDENE, o III Plano Diretor apenas atualizou a programação, tornando-a mais compatível com o aporte de recursos disponíveis e com os níveis de eficiência alcançados pela Autarquia.

O IV Plano seguiu basicamente as linhas do III, introduzindo ajustamentos, e aí encerramos o que podemos considerar hoje o breve ciclo do planejamento regional com as iniciativas a partir dos Estados e da região. Iniciamos um ciclo novo, diferente, que foi exatamente o ciclo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, em que

tanto o Nordeste quanto a Amazônia compunham apenas um capítulo do final do Plano e, na verdade, como já mencionamos, a ênfase era voltada para o desenvolvimento setorial no pressuposto de que o Brasil tinha alcançado um nível de desenvolvimento que precisava consolidar as suas indústrias básicas, depender menos de importações de produtos estratégicos e com isso consolidar o desenvolvimento econômico do País e, a partir dessa consolidação, o próprio País adquirir recursos e poderes para depois, já numa segunda etapa, extrapolar esse desenvolvimento para as regiões periféricas do Nordeste e da Amazônia.

Infelizmente, o que se constatou ao final desse período é que os Planos Nacionais marginalizaram o desenvolvimento regional, e a economia brasileira encontra-se hoje sem qualquer condição de, com os resultados obtidos, estender a ajuda àquelas regiões periféricas.

Para V. Ex's terem uma idéia mais concreta das repercuções dessa mudança de política talvez bastasse mencionar o que cabe à SUDENE como órgão de coordenação dos investimentos federais aplicar na área com a sua margem de manobra.

Naturalmente, poderíamos aqui mencionar quais foram alguns resultados obtidos com essa política de desenvolvimento regional, pelo menos no período inicial, em que a região se encontrava numa estagnação completa, em que as parcas poupanças eram desviadas da região para investimentos suntuários e imobiliários no Sul do País, em que não havia nenhuma confiança do setor privado em investir na região. Toda a indústria tradicional, principalmente a têxtil, a de confecção, de oleaginosos, de curtimento, que se havia exaurido após a II Guerra Mundial e encontrava-se completamente obsoleta e sem qualquer poder de competição com as indústrias dos mesmos ramos no Sul do País, estava sistematicamente fechando as portas por falta de competitividade. Basta lembrar o exemplo do Estado de Sergipe que, ao final da II Guerra Mundial, contava com 12 indústrias têxteis, inclusive a maior parte delas em cidades do interior do Estado de Sergipe, e já em 1960 essas indústrias estavam reduzidas a seis, com equipamentos obsoletos, filatérios e teares do século passado, com uma produtividade muito baixa e sistematicamente aumentando o número das fábricas que iam fechando por falta de poder de competição.

Então, o primeiro trabalho, como se mencionou, foi voltado para essas indústrias tradicionais.

Tentou-se restaurar a confiança na região. De todo modo, seja através do esforço do próprio setor público, seja através da iniciativa privada, das contribuições internacionais, o fato é que a região saiu da estagnação econômica completa e conseguiu crescer ao longo de 21 anos a taxas médias praticamente equivalentes às do Brasil, em torno de 6,8, até 1980, apesar das secas e inundações que ocorreram simultaneamente na área. Estados como a Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas foram duramente atingidos por duas inundações do Rio São Francisco nos anos de 1979 e 1980, simultaneamente com o ciclo de secas que ainda hoje persiste. Então, até 1980, ainda assim com secas e inundações, a economia da região conseguiu crescer.

A partir de 1981, retomamos ao período de características obtidas até 1958, 1959, quando a economia da região não mais crescia. Em 1981, a região teve um decréscimo de 0,5%, situação ainda um pouco melhor do que a da economia brasileira, que neste mesmo ano, teve um decréscimo de 1,9%.

Naturalmente, a sequência de secas, e a crise econômica do País repercutindo na região tornaram absolutamente impossível o retorno das taxas de crescimento do produto interno bruto da região e com isso, naturalmente, também vieram os reflexos muito negativos nos as-

pectos sociais, que já eram precários, não só da parte do desemprego.

E aí chegamos à situação atual, com uma situação inimaginável. Basta mencionar para V. Ex's que se somarmos as taxas de desemprego com as taxas de subemprego, vamos alcançar um índice um pouco superior a 45% da população economicamente ativa. É quase, na verdade, um milagre o Nordeste hoje ainda sobreviver com uma taxa tão alarmante e elevada de desemprego aberto somado ao subemprego.

O desemprego aberto, o desemprego total, tem uma taxa relativamente baixa, está em torno de 3%, mas os 42% que se agregam aos 3% refletem a precariedade da sobrevivência das populações economicamente ativa sobrevivendo às custas de biscoite, camelotagem e outras formas, eu diria, criativas e até imaginativas de sobrevivência.

Se passarmos para a análise de mortalidade infantil o quadro é alarmante. Independentemente da seca e das inundações, já havíamos alcançado o índice de 101 por mil, ou seja, um pouco mais de 10%, quando as estatísticas da própria Organização das Nações Unidas consideram não recomendável uma taxa de mortalidade infantil superior a 3%.

Neste período de apogeu do quinto ano consecutivo de seca, em algumas micro-regiões do Nordeste encontramos taxas de mortalidades que ascendem até 200 por mil, ou seja, mais de 20%, e em alguns casos isolados, segundo recentemente disse um Governador do Nordeste, essas taxas alcançam até 600 por mil. Naturalmente isso não é uma média nem se refere ao Nordeste, refere-se a uma microrregião, num período crítico. E é sabido também que mesmo em períodos normais de inverno, os meses de outubro e de novembro apresentam as maiores dificuldades para as populações rurais.

Se formos analisar estatísticas realizadas com a população rural economicamente ativa e com a receita, com a renda dessa população, realmente o quadro é extremamente desanimador, porque considerando remuneração até dois salários mínimos encontram-se contingentes da população rural economicamente ativa de cerca de 96%. Isso, comparado com as outras áreas do País, onde esse índice está em torno de 40%, revela a extrema fragilidade da economia regional, do ponto de vista também social.

Sei que V. Ex's estão ansiosos para perquirir o que a SUDENE fez e continua fazendo, a partir dessa mudança da prioridade regional, que, aliás, diga-se de passagem, foi exercida sem qualquer sacrifício para a política setorial, com essa passagem da prioridade regional para a consolidação da economia brasileira nos setores básicos das indústrias de bens de capital, sobretudo setores de infra-estrutura, que na verdade apresentaram e apresentam grandes projetos setoriais, mas que, de fato, são grandes projetos regionais das áreas mais desenvolvidas. Na verdade, tanto aqueles de energia, como de siderurgia ou de transportes, não são em si projetos setoriais da economia nacional. São muito mais projetos regionais das áreas mais ricas do que propriamente projetos setoriais da economia nacional.

É claro que com os recursos que a SUDENE pode disponer, é impossível exigir qualquer alteração do quadro. Para V. Ex's terem uma idéia, no ano passado, 1982, a SUDENE administrou de forma mais direta, ou seja, coordenando recursos da ordem de 188 bilhões de cruzeiros. Desses 188 bilhões de cruzeiros, cerca de 53 bilhões foram destinados à assistência às áreas das secas, restando 135 bilhões. Estes 135 bilhões incluem a administração de incentivos fiscais e financeiros da ordem de 75 bilhões de cruzeiros. São recursos destinados a projetos industriais, agroindustriais, de pesca e de hotelaria, projetos também de excessiva regidez, ou seja, a SUDENE praticamente tem muito pouca margem de manobra, porque esses 75 bilhões representam apenas 30% das

reais necessidades, isso porque também estamos seguindo uma política absolutamente restritiva de aprovação de projetos.

Paradoxalmente, neste momento, o Brasil encontra-se numa fase de economia recessiva, ou seja, pouco entusiasmo do setor privado para investimentos, sobretudo nas áreas mais dinâmicas, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o Nordeste por outro lado, encontra-se com essa mesma iniciativa privada entusiasmada, com projetos na SUDENE que estão retidos nas prateleiras exclusivamente por falta de recursos, de incentivos.

Então, não podemos nem nos queixar da falta de credibilidade da região, da falta de viabilidade, pois centenas de empresários regionais, nacionais e internacionais continuam acreditando nas potencialidades da região, não somente industriais, mas agroindustriais, de pesca, de hotelaria, etc, e que somos obrigados a reter e passar mais de dois anos com esses projetos retidos, não por carga burocrática, não por excessiva análise, mas simplesmente por inexistência de recursos, porque cada projeto aprovado significa um compromisso firme, assumindo, de liberação de recursos em prazo certo, em valores definidos e cumpridos religiosamente.

Então, desses 187 bilhões, tiramos 56 bilhões para a seca, sob os quais não temos nenhuma margem de manobra, é questão de salvar populações...

O SR. MILTON CABRAL - Isso em 1983?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não, nobre Senador, em 1982. Retiramos 75 bilhões para os incentivos fiscais, restando 48 bilhões para o desenvolvimento rural, 2 bilhões e 500 milhões para o desenvolvimento social e de infra-estrutura e 8 bilhões para a SUDENE, propriamente dita, ou seja, para arcar com os seus encargos administrativos, manter a estrutura de planejamento própria e dos Estados, financiar pesquisas setoriais e ainda pagar juros de dívidas externas assumidas junto a instituições internacionais para financiamentos destinados essencialmente à infra-estrutura, como são os casos dos empréstimos do Banco Interamericano etc.

Então, V. Ex's podem ver que com essas migalhas de recursos nada se pode exigir em termos de transformações. Isso para não falarmos no calcanhar de Aquiles, que é o setor rural, que continua extremamente frágil e para o qual a própria SUDENE, ao longo dos últimos 8 anos, voltou especial atenção, procurando identificar quais eram os pontos de estrangulamento desse setor rural. Porque, de um lado, verificou-se o seguinte: o setor industrial urbano teve uma resposta muito positiva. Conseguimos fazer o produto industrial do Nordeste crescer a taxas médias, ao longo de anos, em torno de 8%, até um pouco superiores às do Brasil. Se bem que, em termos relativos, isto não significa muito porque todo o produto industrial do Nordeste, somando-se da Bahia ao Maranhão, incluindo-se o moderno polo petroquímico da Bahia, tudo isto somado é inferior ao produto industrial do Estado do Rio Grande do Sul — nem é preciso falar São Paulo. Todo o esforço teve uma resposta muito boa, mas ainda foi extremamente modesta.

Consideramos que o Nordeste deu uma resposta extremamente eficiente em termos de indústria, trouxe a confiança para os seus investidores, para as poupanças regionais, criou, entre empregos diretos e indiretos, ao longo desses 20 anos, cerca de 2 milhões de novas oportunidades de trabalho. Diria, também, que multiplicou os frágeis núcleos de industrialização da região que se resumiam a Salvador e Recife. Hoje, nós temos núcleos industriais em áreas sertanejas como Montes Claros, Feira de Santana, Juazeiro e Petrolina e em capitais que eram essencialmente cidades de funcionários públicos, como Aracaju, João Pessoa e outras e, também, cidades de porte médio como Parnaíba, Sobral, Crato, Juazeiro, Mossoró e Campina Grande passaram a ter os seus núcleos incipientes de indústria que não existiam.

A identificação dos recursos naturais, recursos minerais da região, permitiam que o Nordeste passasse a explorar o cobre na Bahia, fazendo o Brasil reduzir a sua dependência do cobre importado do Chile; passasse a explorar o sal-gema em Alagoas, com as indústrias cloroquímicas que estão se transformando, agora, num polo cloroquímico; e passasse, também, a implementar o polo petroquímico da Bahia, muito controvérsio, segundo muitos economistas, mas, sem nenhuma dúvida, de grande contribuição em termos de economia brasileira para reduzir a dependência de importados petroquímicos, em valor superior a 1 bilhão de dólares e com a contribuição adicional de importações que, só no primeiro semestre deste ano, foi da ordem de 80 milhões de dólares. Passamos, também, a diversificar os empreendimentos industriais em todas as áreas. Ampliamos o número de fábricas de cimento de 4 para 14, fazendo não sómente ampliação das existentes mas implementando as unidades de cimento praticamente em todos os Estados, se considerarmos o Piauí, que tem a sua unidade em implantação neste momento. O cimento, como V. Ex's sabem muito bem, é simplesmente o calcário queimado e moído, de baixo valor e alto peso e seria portanto, extremamente antieconômico e irracional nós centralizarmos a produção nas 4 fábricas originais da Bahia, Pernambuco e Paraíba, quase inviabilizando o uso desse produto no restante da região.

Também, partimos para uma política racional de industrialização, no sentido de implementar distritos e áreas industriais. V. Ex's sabem muito bem o que ocorre hoje com São Paulo, onde há uma grande concentração industrial, sem planejamento, obrigando a grande massa operária a viajar cerca de 8 horas por dia, em média, para chegar ao trabalho e em casa e desenvolver uma jornada de trabalho de 8 horas. No Nordeste, através dessa política de planejamento com áreas e distritos industriais, que a SUDENE desenvolveu com a ajuda, inclusive, de países como Israel, porque não tínhamos a técnica, e com o apoio dos Governos estaduais, pelo menos localizamos as áreas em pontos adequados, contribuindo não só para aliviar o esforço humano das massas operárias, em termos de transporte e em termos de desgaste também, mas até mesmo em termos de poluição ambiental. Todo o Brasil sabe o que ocorre com a baixada santista, quando até a genética humana já foi afetada, exatamente pela falta de planejamento, de racionalização na implementação daquele parque industrial. Isto não ocorre no Nordeste, onde o policiamento com respeito à poluição já existia por parte da SUDENE, mesmo antes da criação da SEMA.

Com relação à infra-estrutura básica, o Nordeste também teve avanços consideráveis, não somente em energia, em transportes, mas, também, até, mesmo na formação de recursos humanos, na formação de equipes a níveis estaduais, para melhor administrarem os Estados, e a nível municipal. O nosso ponto crítico continua sendo o setor rural, não só por conta das secas e inundações, mas, também, por uma série de outros fatores que, talvez V. Ex's conhecem muito bem. Mas vale a pena repetir. Por exemplo: nós temos ali um verdadeiro paradoxo em termos fundiários. O Nordeste possui, hoje, cerca de 1 milhão e 600 mil propriedades, consideradas minifúndios, praticamente antieconômicos, convivendo ao lado de latifúndios, em grande parte improdutivos. Então, V. Ex's vêem que a pesquisa desse aspecto nos obriga a um reexame da estrutura fundiária, envolvendo duas ações quase opostas, simultaneamente: tanto o remembranamento dos minifúndios antieconômicos, como também o desmembramento dos chamados latifúndios improdutivos.

Também sabemos, hoje, que o modelo de extensão rural, desenvolvido em todo País, sobretudo no Sul do Brasil, onde conseguem elevar elevados índices de produtividade,

não tem nenhuma serventia e nenhuma aplicação com respeito ao semi-árido nordestino. Para o semi-árido nordestino, nós trouxemos equipes, missões técnicas internacionais de Israel, França, Espanha e muito pouco puderam essas missões, de fato, contribuir, a não ser naqueles solos sedimentares e aluvionais, porque, com relação ao cristalino propriamente dito, que constitui 52% da região de todo o Nordeste, não há nenhuma experiência internacional, nenhuma contribuição a ser feita. A própria experiência de Israel, com relação ao deserto de Neguev, não pode ser aproveitada, pois as missões que trouxemos para nos ajudar acabaram confessando que não podiam dar uma contribuição mais significativa, por conta da diferença da natureza dos solos. Naturalmente, o cristalino também tem as chamadas manchas de exceção — são os vales dos rios —, onde há formações sedimentares e onde pode ser desenvolvida uma agricultura mais moderna e com produtividade maior.

Mas, devemos ter presente que o grande problema não é esse. Para esse problema já há, pelo menos, um equacionamento com a irrigação, a grande irrigação estatal, conduzida seja pelo DNOCS, seja pela CODEVASF que, mesmo avançando a passo lento, pelo menos têm um domínio da técnica adequada e, aí, estão a depender exclusivamente do aumento da quantidade de recursos financeiros para ampliarem os perimetres irrigados e fazerem assentamento de coluna. O problema não reside aí, e sim no semi-árido, onde nós temos mais de 1 milhão e 500 mil pequenos produtores com glebas de terras que variam de 1 décimo de hectare — um fundo de quintal — até 50 ou 100 hectares nesse solo cristalino. Os trabalhos feitos revelam que mesmo essa área é economicamente viável desde que nós possamos criar uma massa crítica para ajudar esses pequenos produtores do semi-árido, através do tal modelo que pesquisamos ao longo de muitos anos e acabamos reconhecendo como, de fato, válido, porque, testado ao longo de 5 anos de seca, assegura a viabilidade dessas pequenas propriedades no semi-árido. É necessário, portanto, levar para esse pessoal não somente uma reestruturação fundiária, mas também o recurso técnico da pequena irrigação — a irrigação por gotejamento — que faça conviver uma parte de sequeiro com culturas xerófitas, adaptadas ou já introduzidas há muito tempo, com a pequena área verde onde se possa, também, desenvolver culturas alimentares, sobretudo uma pequena produção de grãos para os familiares. Já se sabe também que 67% da produção de grãos do Nordeste advém desses pequenos produtores. Quer dizer: quem dá, no final, a contribuição para as culturas alimentares básicas da região é o pequeno produtor.

É o modelo do Projeto Sertanejo, que foi estudado, pesquisado, etc, encontra-se no momento no seguinte dilema: foram instalados 107 núcleos de equipes técnicas no semi-árido nordestino, cada núcleo com 12, ou 15 técnicos, do agrônomo ao engenheiro, economista e assistente social, que vai fazer o primeiro contacto junto ao pequeno produtor, e essas equipes técnicas estão produzindo, quer dizer, inventariando os trabalhos junto aos pequenos produtores, orientando, formulando a solução adequada, e encontram depois um estrangulamento insuperável, que é o do crédito para o pequeno produtor, com encargos financeiros por ele suportáveis. Então, nós temos hoje uma situação de gravíssimo desequilíbrio entre uma estrutura técnica montada para atender o semi-árido e a absoluta insuficiência de recursos, de créditos para assistir esse pequeno produtor. Nós nos encontramos num impasse tão grande, que já houve até uma sugestão de se extinguir o Projeto Sertanejo, em função de ele funcionar apenas para assegurar empregos dessas equipes técnicas, e muito pouca serventia trazer para os pequenos produtores.

Então, meus Senhores, nós aí indentificamos, praticamente, a causa fundamental da persistência da pobreza

absoluta no Nordeste, ligada ao meio rural — e aí nós temos que fazer intervenções não somente no setor econômico — social na estrutura fundiária, mas também no levantamento cultural deste homem que é analfabeto, que não precisa apenas ser alfabetizado, mas tem de ser levantado no seu padrão cultural, começando até mesmo por conferir-lhe os direitos de cidadania, de participação mínima dentro da própria vida comunitária. Aí nós identificamos, talvez, o principal fator da persistência da pobreza absoluta no Nordeste.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nós queremos agradecer ao Dr. Valfrido Salmito essa exposição clara, objetiva, onde ele faz o retrospectivo da atuação da SUDENE até a identificação, como ele acaba de fazer, do que ele imagina e os seus técnicos como sendo a causa principal da persistência da pobreza nordestina.

Mas, eu creio que os nossos companheiros que estão aqui gostariam de aproveitar essa oportunidade para fazer algumas perguntas ao nosso conferencista de hoje. Eu pediria que rapidamente se identificassem os que desejam fazer uma interpelação para que nós pudéssemos anotar, e pedindo naturalmente que fôssemos breve, porque o tempo está se esgotando. De qualquer forma, é uma oportunidade excelente de se fazer perguntas ao homem que hoje detém a parcela de maior responsabilidade na manutenção de uma região com quase 2 milhões e meio de homens vivendo de frentes de emergência e uma quantidade enorme de carros-pipa levando água para a sobrevivência dessa gente.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, enquanto colhe a lista de inscrições eu gostaria de informar aos demais Senadores e Deputados aqui presentes que nós, aproveitando o bom exemplo dado pela Comissão Especial das Polonetas, mantivemos entendimento com o pessoal do PRODASEN, para termos também o nosso banco de dados aqui na Comissão. E há possibilidade de conseguirmos isso, inclusive com a ajuda do pessoal da SUDENE, com as informações que irão nos prestar através de pedidos que faremos.

Mas, eu queria aproveitar para pedir aos Srs. Deputados e ao Senador Milton Cabral para nos ajudarem fazendo as indagações, a partir de hoje, para colhermos esses dados todos. Cada um procura ver quais são os dados mais importantes para ficarem aqui no banco de dados, que serão comparados com as demais informações que nós estaremos recebendo no decorrer dos nossos trabalhos. Vamos procurar colher o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu gostaria de colocar esta informação do nosso Relator, Senador Jutahy Magalhães, aos nobres Deputados que nos honram com sua presença aqui nesta Comissão, hoje.

Com a palavra o nobre Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Superintendente:

O que se sente, realmente, é que o grande problema do Nordeste é a falta de recursos para desenvolver os nossos programas. Nós temos programas, projetos, e não dispomos infelizmente, dos meios para acionar, ou para aplicar na solução do nosso problema.

Eu queria apenas indagar ao Superintendente, qual, efetivamente, a necessidade que teria o FINOR para atender aos projetos que se encontram nas prateleiras da SUDENE, que, evidentemente, não estão sendo analisados? Porque, como disse o Superintendente, é um compromisso que teria a autarquia de liberar recursos para a sua correta implantação.

E outro ponto é o andamento do Projeto Sertanejo, ou do Projeto Nordestão, que seria a consolidação desses programas especiais, evidentemente que tentando a sua

agilização, ou a melhor eficiência na correta solução desse problema nordestino. Seriam essas as informações que eu gostaria de ouvir do Superintendente, porque considero, inclusive, que a unificação desses programas especiais em um só talvez possa até torná-los mais eficientes desde, evidentemente, que sejam garantidos recursos para aplicação na solução dos problemas.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luiz Maia, há duas indagações de V. Ex^e a primeira relativa, a quais os recursos do FINOR necessários para os projetos que se encontram hoje nas prateleiras da SUDENE, aguardando recursos para a aprovação. De fato, há um levantamento nosso, relacionado com esses projetos: são projetos industriais, agroindustriais, de pecuária, de hotel, de pesca, de avicultura, de suinocultura e de produção de grãos, também.

A estimativa, a preços atuais, é da ordem de 600 bilhões de cruzeiros, então já vê V. Ex^e que esses projetos devem permanecer nas prateleiras ainda por muito tempo, em função da inexistência dos recursos, até para a conclusão dos projetos atuais. Nós, no momento, estamos apoiando cerca de 785 empreendimentos, da mesma ordem, industriais, agroindustriais, de pecuária, suinocultura, avicultura, hotel e pesca, e para esses projetos em implantação já estamos com um déficit muito grande. Então, não há outro caminho, primeiro, senão elastecer os cronogramas e o elastecimento dos cronogramas traz muitas consequências negativas: retardamento da conclusão, retardamento da geração dos efeitos econômicos e sociais positivos, tais como a geração de tributos e a criação de empregos; são efeitos que vão sendo retardados, penalizando a região. E muito mais ainda com relação às cartas consultas e projetos que se encontram nas prateleiras.

Em termos de projeto de pecuária, por exemplo, nós estamos com uma média de quase dois anos para podermos aprovar um novo projeto, não por qualquer carga de exigência burocrática, mas simplesmente pela inexistência dos recursos com essa finalidade.

Quanto à outra colocação de V. Ex^e indagando sobre o Projeto Nordeste e os efeitos sobre unificação dos programas especiais, nós gostaríamos de esclarecer à Comissão, aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados, que, de fato, está em pleno andamento a etapa inicial de formulação deste Projeto, envolvendo equipes técnicas dos Estados, de todos os Estados, e envolvendo também equipes técnicas de vários setores do Governo Federal, basicamente com a finalidade de reavaliar tudo que foi feito na região, quais os pontos de estrangulamento que retardaram o melhor desenvolvimento social e econômico da região, depois também com o objetivo de atualizar uma proposta a ser trazida para o Congresso e uma definição de política econômica e social atualizada. Portanto, e aí partindo não somente da necessidade de unificação desses programas especiais que estão voltados para o meio rural, como os programas do Projeto Sertanejo, POLO-NORDESTE, zona canavieira, recursos hídricos e até mesmo assistência da seca, mas também, como mencionamos aqui, um reexame dessa situação fundiária, notadamente do semi-árido nordestino, onde temos uma permanente fragmentação das glebas de terra, e que até no primeiro momento não interessam nem ao latifundiário, nem ao minifundiário, quer dizer, no primeiro momento, quando ocorre a primeira sucessão hereditária, ou até a segunda, na verdade, não há nenhum interesse do latifundiário com esta sucessão, com essa fragmentação pela sucessão. O que acontece é que, a partir da segunda sucessão, como se inviabiliza a pequena propriedade, então, inevitavelmente, uma parte dos herdeiros abandona, vai embora, tenta vender, e como a outra parte não consegue comprar, então se reforça o latifúndio do Nordeste. Esse é um problema que tem de ser resolvido ao mes-

mo tempo, simultaneamente, nas duas partes como mencionamos: junto ao pequeno e minifundiário, e junto ao grande produtor.

Então, esse reexame da estrutura fundiária atual do Nordeste também está sendo feito, embora nós tenhamos já identificado, antes mesmo desse trabalho, todas as áreas de tensão social do Nordeste. São cerca de 67 áreas de tensão social, quer dizer, onde há uma disputa por terra, da parte de não-proprietários, de produtores rurais sem terra, e onde também nós já não só identificamos, mas levamos o assunto para o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, para ver se o Ministério ajuda na solução desses problemas.

Agora, também queremos ressaltar para os Srs. Senadores e Deputados que o Projeto Nordeste encontra-se numa formulação de fases setoriais. No momento, nós não temos um documento pronto, mesmo em caráter preliminar, para trazer para os Srs. Senadores e Deputados, porque as equipes que o estão elaborando, estão trabalhando em segmento setoriais isolados: tem um grupo de estrutura fundiária, outro está examinando o crédito rural, outro está examinando o setor de cooperativismo, o outro está examinando a irrigação, recursos hídricos, implicações no semi-árido, etc. Então, esses estudos estão se desenvolvendo simultaneamente, não temos nenhum pronto ainda, em versão preliminar sequer, para trazer para os Srs. Senadores e Deputados. Pedimos então, um pouco de compreensão da parte de V. Ex^e e antes do trabalho ser considerado mesmo acabado obviamente estará sendo trazido a V. Ex^es.

No momento, a SUDENE está recebendo uma série de solicitações de Senadores e Deputados, às quais, infelizmente, não podemos atender porque não temos ainda nenhum documento preliminar pronto. São equipes que estão trabalhando na Bahia, na SEPLAN-BA; em Fortaleza, no Banco do Nordeste; lá no Recife, na SUDENE; mas não temos ainda um documento preliminar pronto.

Estamos também diante de um dilema: é que o próprio Banco Mundial quer iniciar o financiamento do setor rural e quer também já avançar especificamente com relação ao pequeno produtor. A SUDENE tem uma visão concreta, realista de quantos milhares ou milhões de pequenos produtores deveriam começar a ser assistidos, e essa assistência estender-se pelo horizonte durante, pelo menos, 15 anos, para que nós possamos obter uma transformação deste setor rural semi-árido, sem o que o Nordeste permanece estrangulado, como se encontra hoje, e com a pobreza cada vez mais chocante com relação ao setor urbano.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Satisfeito?

O SR. JOSÉ LUIZ MARTINS — Satisfeito com as informações.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, Dr. Valfrido Salmito, tenho algumas indagações, mas antes de entrar nessas indagações, consequentes da exposição feita pelo ilustre conferencista, eu queria perguntar a respeito de uma informação que me chegou por telex, do Sr. Ministro Mário Andreazza, comunicando que houve uma reformulação do trabalho das frentes. Diz o seguinte:

“Considerando a aproximação do período chuvoso, na região Nordeste, recomendamos à SUDENE proceder à liberação dos trabalhadores rurais, inscritos nos programas de obra de emergência, durante dois dias por semana, a partir de novembro vindouro, sem prejuízo da remuneração mensal.”

Isso já entrou em funcionamento, Sr. Superintendente?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Já, Sr. Senador. A partir do dia 1º de novembro, nós expedimos uma orientação a todos os órgãos executores para que os trabalhadores inscritos nessas obras públicas de natureza hídrica trabalhem apenas 3 dias por semana, ficando o restante da semana disponível exatamente para ocupação nos seus roçados, nas suas atividades agrícolas. Três dias obrigatórios, ficando liberados os demais. V. Ex^e referiu-se a dois dias de liberação, porque, na verdade, Sr. Senador, o fim de semana já era liberado, sábado e domingo já eram liberados, então com a liberação de mais dois dias, ficaram apenas três dias obrigatórios e o restante da semana liberado para as atividades agrícolas normais.

O SR. MILTON CABRAL — Muito obrigado. O Sr. poderia esclarecer quanto o Governo está despendendo com a assistência direta a essa população da região?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Pois não, Senador. Na verdade, nós temos ano a ano, mês a mês, eu não trouxe aqui a relação completa, mas posso mencionar para V. Ex^e o seguinte: no ano passado, o Governo Federal despendeu, a preços de 82, cerca de 53 bilhões de cruzeiros o ano todo. Este ano, em função da elevação do salário, como ocorreu já 4 vezes, 2 vezes ano passado e 2 vezes este ano, e em função também do agravamento intensíssimo da situação, porque o ano de 83 não foi apenas o quinto ano de seca, foi o quinto e o pior deles, com índice de frustração geral de cerca da 80% das lavouras, com prejuízos da ordem de 8 milhões de toneladas de grãos, afora outras lavouras, outras produções agrícolas, nós chegamos agora, no mês de outubro e novembro, ao chamado apogeu da crise, então, somente no mês de outubro, foi necessário o Governo mobilizar cerca de 400 bilhões de cruzeiros, não somente para o pagamento de aproximadamente 2 milhões de trabalhadores recebendo cerca de 15 mil e 300 cruzeiros mensais — só aí, V. Ex^e percebe que ultrapassa 30 bilhões de cruzeiros — mas também para os custos de administração do Exército, DNOCS, CODEVASF e governos estaduais, que representam 5% desse encargo, desse ônus. Temos também a realização das obras de abastecimento de água, quer dizer, no momento são cerca de 3 mil e 40 caminhões-pipa, jamanas, rede ferroviária, levando água de graça a essa população, ao meio rural. Temos ainda, nesse valor total, recursos para a conclusão de uma série de obras: aquedutos, perfuração de poços, construção de adutoras, subadutoras, que estão sendo construídas também com recursos da seca, construção de cacimbões, cacimbas, etc. Incluindo a verba para mão-de-obra, a verba para construção de adutoras, a verba para ação-drenagem, cacimbas, cacimbões, transportes de água, o custo desses transportes, fabricação de pipas, etc. deu uma quantia dessa ordem somente no mês de outubro.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, aproveitando a indagação do Senador Milton Cabral, na qualidade de Relator, gostaria de pedir uma complementação para esta resposta.

Esses recursos são provenientes de que fonte? Até outubro, quanto foi despendido neste ano?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, esses recursos são chamados recursos da União, que vinham sendo utilizados da chamada reserva de contingência, até naturalmente a exaustão dessa reserva.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Tem alguma coisa a ver com o FINSOCIAL?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não, Ex^e. O FINSOCIAL não contribui em nada com essas obras. Apenas devo esclarecer a V. Ex^e que já agora, do mês de setembro para outubro, nós solicitamos e obtivemos uma

parcela do FINSOCIAL no valor de 7 bilhões e 500 milhões para comprar feijão, arroz e outros gêneros alimentícios para revender aos trabalhadores. Foi a contribuição do FINSOCIAL, mas que funciona como fundo rotativo. Neste momento, o produto desta venda está sendo recolhido para recompra dos mesmos gêneros alimentícios.

Posso dizer a V. Ex^e o seguinte: que no primeiro semestre deste ano, fruto da seca de 1982, que veio terminar em março ou abril deste ano, tivemos aproximadamente 40 bilhões de cruzeiros. Já no segundo semestre, o agravamento foi tão grande, mês a mês, e, como eu disse, começamos julho com 10 bilhões, fomos subindo, quando chegamos a outubro já estávamos com 40 bilhões. Mas eu me comprometi perante V. Ex^e a mandar, mês a mês, o ano de 1983 e o total até outubro.

O SR. MILTON CABRAL — Provavelmente esses valores ultrapassam 200 bilhões este ano?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, eu acredito que sim.

O SR. MILTON CABRAL — O ilustre conferencista falou que os recursos alocados da SUDENE em 1982 foram da ordem de 188 bilhões. Qual é a previsão para 1983?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Poderíamos dar a V. Ex^e uma estimativa de projeção, até dezembro, da ordem de 200 bilhões para a seca...

O SR. MILTON CABRAL — Isto é fora. Eu digo para a SUDENE.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não, nós incluímos aqui, Sr. Senador.

O SR. MILTON CABRAL — Essa assistência aos flanelados não se confunde com o orçamento da SUDENE.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não, mas nós incluímos aqui Sr. Senador. Quando nós mencionamos 187 bilhões em 1982, nós incluímos 53 bilhões destinados à seca.

O SR. MILTON CABRAL — Considerando então que será também incorporado em 1983, qual seria a projeção?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Nós temos, estimativamente, 200 bilhões da seca — eu acredito que um pouco menos, mas vamos estimar por alto — temos 150 bilhões do FINOR, o que daria 350 bilhões, e temos ainda os chamados programas especiais, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, PROCANOR, recursos hídricos, que devem alcançar cerca de 85 a 90 bilhões de cruzeiros. Em termos de recursos que a SUDENE pode dispor para fazer pesquisas, fomentar pequenas empresas, pagar juros de dívidas, pagar seu próprio pessoal, isso não deve dar mais do que 15 bilhões de cruzeiros.

O SR. MILTON CABRAL — Então, são 455 bilhões, dos quais 200 entrariam para a assistência direta às secas, sobrando 255 bilhões para o orçamento propriamente dito da SUDENE, e todas suas atividades, o que é inferior à correção monetária. Esta é a constatação a que nós chegamos.

Então o orçamento de 1983 não corresponde às reais necessidades, é inferior, em termos reais, ao orçamento de 1982. Essa é uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — V. Ex^e quer dizer mais alguma coisa?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Eu realmente só queria colaborar com V. Ex^e, porque há outros dados

aqui que confirmam exatamente, Sr. Senador, que tem havido variações de ano para ano, não somente neste período que V. Ex^e analisou, mas em outros períodos também...

O SR. MILTON CABRAL — Não corresponde à correção monetária?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não corresponde sequer à correção. Houve ano aqui que nós caímos no nosso orçamento, propriamente dito, e não pudemos ter nenhuma margem de manobra, destinar recursos para pesquisas para recursos humanos, etc. Caímos de 4 bilhões para 1 bilhão.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Com 2 bilhões em 1980, nós estamos abaixo do índice de preços reais.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, eu estou aqui um pouco pressionado, porque tenho mais três perguntas mas não quero mobilizar o tempo, porque há outros Parlamentares. Mas há uma indagação aqui que me parece válida. É que a política atual da SUDENE não contempla especialmente as empresas em dificuldade, pelo menos, que permitisse a elas assegurarem o emprego e não fecharem. No caso da Paraíba, sem medo de errar, provavelmente um pouco mais de 50% das empresas instaladas sob os auspícios da SUDENE estão fechadas.

O sistema FINOR é muito rígido, ele impede flexibilidade. A SUDENE não tem como atender a essas empresas, pelo menos para assegurar empregos e impedir que elas fechem.

Eu perguntaria se há alguma novidade nesse sentido, se a SUDENE já pensou nisso, se há alguma ação efetiva prática para favorecer as empresas em dificuldade?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, realmente confirmado o que V. Ex^e disse, o FINOR não contempla recursos para recuperação de empresas em dificuldades. O que nós estamos fazendo, neste momento, é examinar, juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil, com o Banco do Brasil, com o BNDES e com as Federações de Indústrias do Nordeste qual o esquema que se adequaria para a recuperação dessas empresas, que fecharam por múltiplas causas. Em grande parte, talvez a maior causa delas, a mais importante, sejam os reflexos da crise econômica brasileira. São empresas que, de repente, perderam o mercado e resolveram fechar porque a persistência em mantê-las funcionando resultaria em prejuízos insuportáveis para seus empreendedores. Essa é, sem nenhuma dúvida, a principal causa.

O SR. MILTON CABRAL — Mas existe alguma proposta para contornar esse problema?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Ainda não temos nenhuma conclusão, Sr. Senador.

O SR. MILTON CABRAL — Eu acho que essa Comissão Parlamentar de Inquérito daria uma grande contribuição se realmente propusesse uma fórmula. Eu imagino, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que uma parte do FINOR poderia ser reservada para uma conta especial no Banco do Nordeste com esta finalidade. Porque não há obrigatoriedade de aplicar todos os recursos do FINOR em investimentos através de ações, ou estou enganado?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Realmente V. Ex^e tem razão. A lei contempla também a alternativa de de-bentos.

O SR. MILTON CABRAL — Mas esse é um ponto que eu deixaria à consideração da Comissão.

Finalmente, Sr. Presidente, eu vou desprezar mais duas ou três perguntas que eu tinha alinhavado para fazer uma última. É que me impressionou muito a afirmação do Sr. Superintendente da SUDENE, quando ele esclareceu que estão instalados 107 núcleos do Projeto Sertanejo, com as equipes técnicas trabalhando, mas o trabalho está estrangulado por falta de crédito, absoluta insuficiência de recursos financeiros. Realmente isso é um desastre. Eu perguntaria: este é o único complicador, em relação ao Projeto Sertanejo?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, do nosso ponto de vista, é o principal, porque neutraliza todo o esforço que se faz no soerguimento desses pequenos produtores. Só para V. Ex^ª ter uma idéia, por exemplo, para este ano de 1983, o orçamento de crédito para o Projeto Sertanejo é da ordem de 11 bilhões de cruzeiros. Sabe muito bem V. Ex^ª que o Banco do Nordeste, por exemplo, já em setembro ultrapassou o saldo de aplicação de 1 trilhão de cruzeiros. O Banco do Brasil vai chegar ao fim do ano com um saldo de aplicação superior a 4 trilhões de cruzeiros. Ora, todos nós reconhecemos que o semi-árido nordestino é o pequeno produtor representantem neste momento o principal problema social e econômico do Brasil. Nós temos ali, sabe muito bem V. Ex^ª, conhece bem a região, pelo menos 11 milhões de seres humanos periclitando a sua sobrevivência e, esse a meu ver, deveria ser um caso de alarme nacional, que justificaria, sem nenhuma dúvida, a multiplicação desses 11 milhões por dez, por vinte, porque é a forma de resolver.

V. Ex^ª perguntou quanto nós aplicamos em outubro. Aplicamos 40 bilhões de cruzeiros. Ora, veja V. Ex^ª, aplicamos 40 bilhões e estamos fazendo o malabarismo de conciliar a salvação dessas populações com a realização de obras que permaneçam para beneficiá-las, mas que não representam a solução.

O SR. MILTON CABRAL — Só para esclarecer, esses 40 milhões não têm nada a ver com o Projeto Sertanejo.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não têm nada a ver com o Projeto Sertanejo. Então, o crédito para o ano todo, para o exercício todo, que vai de abril de 1983 a abril de 1984, é de 11 bilhões de cruzeiros. Até setembro nós tínhamos mais de 6 mil propostas desses pequenos produtores, propostas prontas, elaboradas, nas carteiras dos agentes financeiros, sem recursos para que fossem aprovadas e se começasse a transformação. Agora, veja V. Ex^ª, 6 mil é um número mínimo, desprezível diante de um universo de mais de 1 milhão.

Então, nós consideramos, de fato, um estrangulamento nefasto, uma coisa extremamente prejudicial a todos os programas, inclusive trazendo o descrédito para o próprio trabalho técnico. A esta altura, essas equipes técnicas encontram-se desmotivadas, desacreditadas porque fizeram um trabalho e não tiveram nem a oportunidade de verificar se o trabalho é válido.

Agora, quando se confere essas necessidades do semi-árido, em termos de mais de um milhão e 500 mil pequenos produtores que nós temos de soerguer — do contrário, chegamos ao ponto que nos encontramos hoje —, constata-se que esse é um dos principais fatores da persistência da pobreza, mas não é só gerador de pobreza, é ao mesmo tempo um fator de expansão e divulgação da pobreza, porque a pobreza gerada no semi-árido extravasa para as cidades de médio porte e para as capitais, quer dizer, é também um fator de produção e de expansão desta pobreza absoluta. E o Projeto Sertanejo, não vamos considerá-lo aqui o salvador absoluto, mas é até agora o instrumento mais eficaz e identificado juntamente com a necessidade no reexame da estrutura fundiária desse semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Está satisfeita, nobre Senador Milton Cabral?

O SR. MILTON CABRAL — Lamento a exiguidade do tempo, Sr. Presidente, mas, dentro da realidade, resta-me apenas agradecer a atenção e as boas respostas do Sr. Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o nobre Deputado Ossian Araripe.

O SR. OSSIAN ARARIPE — Sr. Superintendente, da precisão da palestra de V. S^{ra}, eu teria muito pouco a acrescentar, apenas pequenas considerações a tecer. Evidentemente depreendeu-se de forma muito imediata que o problema do Nordeste é acima de tudo problema de recursos financeiros. É profundamente lastimável que um episódio como o da Coroa-Brastel tenha absorvido 8 orçamentos anuais do FINOR. Lamenta-se também que, diante do êxito daqueles programas Sertanejos, recursos hidráulicos, POLONORDESTE, diante da eficiência comprovada de forma absoluta, haja carência de recursos para continuação dos mesmos.

Eu conheço de perto a obra de V. S^{ra} e proclamo o seu esforço, o seu interesse em minimizar o sofrimento do nordestino. Repeto-lhe até um financeiro, porque, com a pobreza de recursos financeiros V. S^{ra} tem feito algo extraordinário no Nordeste. Mas postas de lado essas circunstâncias, eu teria apenas duas perguntas a formular: a primeira é qual foi o prejuízo real, à redução real dos recursos financeiros ou do FINOR? Com a extinção do sistema 3418, e com a criação do FINOR, foram-lhe atribuídos recursos que, pelo menos à primeira vista, pareciam suficientes. Esses recursos foram pôdidos, foram cortados em favor de outros sistemas. Gostaria de saber o prejuízo real do FINOR?

A outra pergunta diz respeito à elaboração dos programas trianuais elaborados pelo Congresso. V. S^{ra} salientou que obtiveram êxitos bastante satisfatórios. Com a extinção daquele critério e com a adoção do sistema de elaboração dos programas pelo Executivo, e também com o detalhe de que foram postos de lado os programas totalmente regionais para ser utilizado o critério do programa setorial, eu perguntaria se a SUDENE não veria com muito interesse e não consideraria absolutamente necessária a adoção do sistema anterior, isto é, os planos diretores da SUDENE serem elaborados com a participação ativa e decisiva do Congresso Nacional?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado Ossian Araripe, com relação à primeira pergunta formulada por V. Ex^ª, qual o prejuízo real do FINOR, somente este ano, realmente se prevalecesse a legislação original que criou o sistema de incentivos, nós teríamos 600 bilhões de cruzeiros a mais, dentro do sistema de incentivos da SUDENE. Ou seja, este é o prejuízo que realmente nós tivemos, porque sobre os 150 que vamos contar este ano teríamos mais 600, e com esses 600 não só não teríamos projetos atrasados no cronograma, mas teríamos também margem para a aprovação de todos aqueles que nos chegam e, sem nenhuma dúvida, uma margem grande para assistir a pequena e média empresa, que estão excluídas do sistema atualmente, e certamente também a formação de uma reserva estratégica para socorrer as empresas a que se referiu S. Ex^ª o Senador Milton Cabral.

Esses são os dados reais do ano corrente. Agora, se V. Ex^ª projeta esse prejuízo ao longo dos anos, obviamente chegamos à cifra dos vários trilhões de cruzeiros e, sem nenhuma dúvida, se houvessemos recebido todos esses recursos o panorama do Nordeste seria outro, porque nós teríamos há muito tempo trazido respostas mais eficazes. Porque uma coisa nós temos obrigação de dizer a V. Ex^ª, é que o Nordeste cresceu com essas taxas de

6,8% ao ano durante 20 anos, simplesmente aplicando recursos que nunca ultrapassaram a cifra ou percentual de 1,5% do que se investe no Brasil. Então, vejam V. Ex^ªs se nós, com 20% da população, a região mais pobre, com adversidades climáticas que determinaram frustrações de 4 anos em cada 10 no setor agrícola — então, em 10 anos pelo menos 4 anos são perdidos, ou quase totalmente perdidos em função desses problemas climáticos — e se nós, aplicando entre 8 e 15%, conseguimos esses resultados, a explicação que temos é que a racionalização introduzida pelo planejamento, pelos Planos Diretores, aprovados pelo Congresso, acompanhados pelo Congresso, realmente foi muito eficaz. Agora, além da racionalização, houve um outro fator, que foi o rationamento. Então, os resultados não poderiam ser melhores realmente. O prejuízo deste ano foi de cerca de 600 bilhões de cruzeiros para o sistema.

Quanto à outra pergunta formulada por V. Ex^ª, Sr. Deputado Ossian Araripe, é óbvio que concordamos com a elaboração dos planos regionais, com tramitação pelo Congresso Nacional, tendo oportunidades não apenas do enriquecimento com as sugestões e contribuições dos Congressistas, mas nós também consideramos fundamental o acompanhamento desses planos, quer dizer, a prestação de contas: o que foi feito, por que não foi feito, por que só se fez isso, etc., isso constituiria, e constitui, sem nenhuma dúvida, o ponto fundamental em termos de regiões périfericas. Não há dúvida nenhuma, e há uma consciência clara, não somente por parte da SUDENE, mas também das outras equipes técnicas da região, do Banco do Nordeste, dos outros órgãos que se dedicaram ao soerguimento através dessa contribuição do planejamento racional.

Então, Sr. Presidente, eu só queria agradecer a fiducia com que o Sr. Deputado Ossian Araripe se referiu ao nosso trabalho na SUDENE, o que constitui, sem nenhuma dúvida, um estímulo para que nós prossigamos. Muito obrigado.

O SR. OSSIAN ARARIPE — Sr. Presidente, estou satisfeito e agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carneiro Arnaud, lembrando que o tempo está encurtando e pedindo aos nobres companheiros que sejam mais sucintos nas colocações.

O SR. CARNEIRO ARNAUD — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Valfrido Salmito, é interessante a explanação que V. Ex^ª fez, e nela cito que há cem anos atrás o Governo criou uma comissão nacional de inquérito para investigar as causas da pobreza no Nordeste, e hoje, cem anos depois, estamos aqui reunidos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo eminente Senador Alberto Silva, analisando as causas do empobrecimento do Nordeste.

E me chamou a atenção — e é realmente uma verdade — quando no seu trabalho V. Ex^ª diz que em face do clamor é que o Governo reiniciou a construção, em 1884, do açude de Quixadá. Nós vemos com tristeza que, infelizmente, para o Nordeste, as soluções saem sempre em face do clamor. Por isso é que vamos continuar gritando, pedindo, vamos continuar batendo às portas para ver se conseguimos juntos, nós os nordestinos, encontrarmos o mais depressa possível as soluções para os nossos problemas.

Acho, entretanto, que no Nordeste é da maior importância a educação e a irrigação. Falar na falta de recursos é o óbvio, mas o pouco recurso que o Nordeste pudesse conseguir deveria ser utilizado principalmente na educação e na irrigação. Digo isso porque amanhã provavelmente, será votada aqui no Congresso uma emenda, do eminente Senador João Calmon, ampliando os recursos para a educação. Mas acho que tínhamos de utilizar esses recursos para a educação, no Nordeste, não só

mente para alfabetizar o homem, mas para ensiná-lo a trabalhar a terra, dar a ele conhecimentos da prática de vida, a fim de que ele pudesse ser mais útil, ter maior proveito com o seu trabalho lá naquela região.

Com relação à irrigação, na minha região lá no sertão da Paraíba, temos um grande manancial d'água, o açude de Curemas, Mão d'Água, grande reservatório d'água, cuja água corre para o oceano sem fornecer nem metros sequer de irrigação.

Acho que com esse dinheiro da emergência, se parte dele fosse financiado ao proprietário rural que tivesse terras às margens daquele rio, para que ele fizesse irrigação, com um período de carência de 5, 6 ou 10 anos, o Governo ainda iria ter um retorno desse dinheiro, e traria os maiores benefícios, ficando, entretanto, os proprietários, na obrigação de admitir todos aqueles homens que estão precisando de trabalho, percebendo salário mínimo, e o dinheiro seria liberado com a fiscalização dos órgãos do Governo para acompanhar o andamento dos trabalhos. Essa é uma indagação que eu gostaria de fazer ao Dr. Valfrido Salmito, a respeito dessa minha colocação.

Em segundo lugar, gostaria de saber o que V. S^{te} acha da idéia da criação de um Ministério do Nordeste. Antes que V. S^{te} responda, eu gostaria de colocar a minha opinião já formada a respeito: sou contra a criação de ministério; mas um ministério não vai resolver o problema. O que precisamos e precisamos é que a SUDENE volte a ter os recursos que lhe eram destinados quando de sua criação e que foram sendo defasados, deixando a SUDENE, hoje, sem condições de fazer um trabalho amplo.

Gostaria ainda de dizer, aproveitando a oportunidade, que realmente eu considero o Projeto Sertanejo da maior importância para o Nordeste, porque acompanhando o trabalho dos núcleos deste Projeto nós só temos aplausos. Agora, é lamentável que a cada ano que se passa, em vez das quantias destinadas ao Projeto Sertanejo irem aumentando, nós vemos é que há uma redução considerável desses recursos, e por isso o Projeto está até sendo cogitado de ser extinto, o que é profundamente lamentável, e que nós, aproveitando aqui as palavras do Sr. Superintendente, quando ele diz que os anos de seca não lhe trouxeram desânimo, mas sim mais condições de luta para que nós possamos continuar juntos, lutando, para que esse Projeto Sertanejo seja cada vez mais revitalizado. E dizer, finalmente, que existem e às vezes ouvimos críticas à SUDENE, mas, na realidade, não tem havido críticas ao Sr. Superintendente da SUDENE, Dr. Valfrido Salmito.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu pediria apenas que o Sr. Superintendente comentasse rapidamente as colocações para que todos os outros parlamentares também tenham oportunidade de utilizarem a palavra.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carneiro Arnaud, eu agradeço a referência feita por V. Ex^{te}, e queria dizer que apoio as colocações que V. Ex^{te} fez quanto à educação e irrigação, e o enfoque da educação não somente como alfabetização, embora tenhamos ainda a metade da população analfabeto, mas endossamos plenamente essa colocação de que mais recursos sejam destinados à educação, e exatamente dentro do enfoque dado por V. Ex^{te}, de que essa educação inclui o levantamento cultural do homem do campo sobretudo, que é onde nós temos a grande concentração de analfabetos, e não apenas a parte formal do ensino de alfabetização, para aprender a ler e escrever. Concordamos inteiramente, não temos nenhum reparo a fazer, e até podemos afirmar a V. Ex^{te} que esse é também um dos pontos assinalados no Projeto Nordeste que estamos fazendo. Sr. Deputado.

Quanto à colocação sobre a criação do Ministério do Nordeste. V. Ex^{te} dissertou com tanta propriedade e competência que não há nenhum reparo a fazer. Acho que o ponto fundamental é esse, não adianta criar mais um ministério, sobretudo se esse ministério vier a ser um ministério vazio, um ministério sem prestígio, e sobretudo sem recursos. Nossa ponto de vista coincide exatamente com o de V. Ex^{te}, como também em relação ao Projeto Sertanejo.

Com relação à irrigação, Sr. Deputado, nós queríamos fazer uma curíssima observação: infelizmente, nesse momento de seca nós somos obrigados a fazer sobreviver essas populações rurais e a administração desse flagelo é extremamente complexa. A irrigação, conforme V. Ex^{te} propõe, com a inclusão do proprietário, recebendo recursos para aplicar na irrigação e utilizando mão-de-obra flagelada, obviamente nós estamos de acordo, desde que sejam recursos de linhas independentes. Sr. Deputado, porque não há quase condições de se conciliar essa simultaneidade de ações, quer dizer, nós somos obrigados, hoje, a ampliar em tantos mil ou dezenas de milhares ou centena de milhares a assistência a esses flagelados de cinco anos de seca. Não podemos partir para uma análise mais detalhada, mais aprimorada, do ponto de vista técnico, de uma alternativa como essa que V. Ex^{te} propõe.

Nós concordamos inteiramente com V. Ex^{te} quando V. Ex^{te} propõe a ampliação intensa do aproveitamento da água disponível para irrigação, concordamos sem nenhuma restrição. E, inclusive, também, podemos confirmar para V. Ex^{te}, que não nos conformamos com o sistema de irrigação no Nordeste atual, em que uma responsabilidade grande é confiada ao setor Governo, que anda com lentidão, por projetos complicados, lentos e caros, quando, na verdade, a irrigação tem de ser muito mais ágil e incluir aqueles que detêm o uso, a posse e a propriedade da terra, porque, sem a inclusão destes que detêm o uso, posse ou propriedade da terra é impossível pensar-se numa irrigação abrangente, como também propõe V. Ex^{te}.

Apenas o reparo é esse, é que a simultaneidade é quase impossível, porque temos para sobreviver, hoje, essas legiões, que chegam já a dois milhões e trezentos mil, Sr. Deputado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o Deputado Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Superintendente, Srs. Senadores e colegas Deputados, quando V. S^{te} faz a afirmação de esvaziamento de um projeto reconhecidamente benéfico para o Nordeste, como é o Projeto Sertanejo, e não está isolado, porque também o PROHIDRO, o PROVARZEAS e outros não têm recursos também, e quando afirma, por outro lado, que somente este ano o desgaste de recursos do Nordeste via FINOR chega a 600 bilhões de cruzeiros, e nos últimos anos a trilhão de cruzeiros, V. S^{te} está com estas afirmações coincidindo com aquela tese, que sempre defendemos: a pobreza do Nordeste, inclusive da região semi-árida, não é resultado do clima adverso, mas é do regime adverso contra o povo brasileiro e contra o Nordeste que nos domina, e que vem de décadas, e que se agravou ultimamente com este regime político também.

Mas, eu gostaria simplesmente de perguntar a V. Ex^{te}, porque, na realidade, V. Ex^{te} acaba de afirmar que não há um documento preliminar assinado pelos técnicos que estão elaborando o chamado Nordestão, o Projeto Nordeste, mas já existe uma avaliação desses técnicos, cujos pontos fundamentais foram publicados dias atrás pelo Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Então, já existe uma avaliação sobre a situação fundiária do Nordeste e sobre a aplicação dos recursos do Nordeste. Porque teríamos que avaliar dois pontos: Em primeiro lugar, os

recursos para o Nordeste são poucos na proporção dos recursos aplicados em outras partes do País. Segundo estudos do Banco Mundial, não chegam a 13%. V. Ex^{te} acaba de reafirmar que variam de 8% a 15%. Pois bem, além de serem poucos estes recursos, há distorções na sua aplicação. Distorções, inclusive, no Projeto Sertanejo. Era necessário que se fizesse uma atuação, ao lado da luta por recursos no Projeto Sertanejo que se fizesse uma atuação. Na prática, os pequenos proprietários não foram beneficiados pelo Projeto Sertanejo. Excepcionalmente foram, mas em termos de maioria não foram, foram médios e grandes proprietários. A prática foi reparar a propriedade cartorialmente para benefício do Projeto Sertanejo. Quando não ultrapassavam os 500 hectares, proprietários de mais de 500, de 2.000, de 3.000, dividiram com seus irmãos, seus parentes, no cartório essas propriedades para obterem, via poder político local, os recursos do Projeto Sertanejo. Tudo isso devia ser analisado.

Mas eu queria me referir especificamente era a esta avaliação preliminar, documento, relatório, seja o que se chama, assinado pelos técnicos que estão elaborando o Nordestão, e já apresentado a V. Ex^{te}, sobre as aplicações dos recursos do FINOR e sobre esses projetos agropecuários.

Segundo o Jornal do Brasil, afirmam esses técnicos que a atual política de aplicação dos recursos do FINOR precisa ser radicalmente modificada, inclusive, se deixar esta ênfase aos projetos agropecuários, que contribuem para o desemprego, que contribuem para o desalojamento das populações rurais, que fomenta o êxodo rural, para pequenas e até médias propriedades, que, segundo dados de V. Ex^{te} apresentados agora, são elas as responsáveis pela grande parte da produção de alimentos e, portanto, da produção agrícola, que interessa principalmente ao Nordeste fámito.

Em segundo lugar, esses técnicos estão a dizer que o Nordeste, reafirmando o que disse V. Ex^{te}, é viável economicamente no semi-árido, desde que mais recursos se destinem àquela área, como já ficou claro, e que esses recursos sejam aplicados de acordo com a maioria da população necessitada e não de acordo com a minoria dominante. Esse é que é um ponto fundamental. Vai aí a primeira colocação.

A segunda colocação, Sr. Superintendente da SUDENE, é que foi feita aqui a indagação se já haviam sido desmobilizadas as frentes naqueles dias, e V. Ex^{te} afirmou que sim, em dois dias úteis. Mas ontem eu recebi notícias e telefonemas expresso da região do Pajeú, dizendo que o batalhão de engenharia, que administra a emergência naquela área, ainda não liberou os trabalhadores das frentes de emergência. É só um lembrete para V. S^{te} averiguar essa informação.

Em segundo lugar, segundo notícias hoje chegadas da região de Petrolina e de Afrânio, as chuvas estão caindo. Claro que não é ainda motivo de que todas essas medidas sejam retiradas, nós estamos defendendo é uma melhoria, inclusive um aumento no salário de 15 mil e 300 cruzeiros para, pelo menos, 30 mil cruzeiros, afim de que o cesto de alimentos possa ser descontado do salário, mas em termos até realistas, que não se faça desconto de 15 mil e 300, que não dá para nada. Mas o pedido específico, que chega daquela região onde estão caindo as primeiras chuvas, da área do São Francisco, é de que se providencie, através da SUDENE e de outros órgãos ligados ao trabalho junto às secas, visando à produção das safras para o próximo ano, sementes. Há uma urgência, urgentíssima no fornecimento de sementes para aquela área.

Era isso, Sr. Presidente, Sr. Superintendente, agradecendo e reafirmando a palavra aqui do colega do PMDB, da Paraíba; nada temos, ao contrário, admiramos o Superintendente da SUDENE, a sua esperança e

seu trabalho. Agora, contra o sistema e o modelo que levou ao esvaziamento da SUDENE e do Nordeste, nós temos muito a acertar, combater, a lutar e a gritar.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mansueto de Lavor, eu anotei quatro observações de V. Ex^o e vou ter de me voltar para essas quatro. Eu queria, de fato, confirmar que não há nenhum trabalho pronto, Sr. Deputado, nem em caráter preliminar, porque a redação que foi feita até agora por grupos, inclusive não foi sequer revisada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — V. S^o me permite?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sim.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Nós estamos nos baseando em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, cuja cópia já foi entregue ao Sr. Presidente desta Comissão, que cita inclusive tópicos deste documento e acrescenta que V. S^o veio aqui com este documento e achou por bem, conversando com o Ministro do Interior, não publicá-lo agora. Até que eu dizia, que não ocorra o mesmo que ocorreu com o famoso relatório do técnico do CTA que foi um pouco, digamos assim, relegado no inicio, só agora se acreditando em seus termos globais. Quer dizer, não há nenhuma insistência da minha parte, apenas diante de matéria tão contundente publicada pelo *Jornal do Brasil*, não é possível que tenha sido uma informação sem base, falsa. Eu queria saber se há realmente essas análises dos técnicos e em que termos elas são pertinentes diante do problema da pobreza do Nordeste, que é o objetivo da análise desta Comissão.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Eu li a matéria do *Jornal do Brasil*, inclusive há uma declaração, atribuída a V. Ex^o, de que eu mandei arquivar o documento primeiro, eu não acredito que V. Ex^o tenha declarado isso, nem eu mandei arquivar de maneira nenhuma, porque os documentos estão se aprontando. Se tivéssemos, pelo menos, a versão preliminar já teríamos entregue, porque houve um compromisso de nossa parte, recordo a V. Ex^o, perante o seu companheiro, o Deputado José Carlos de Vasconcellos, que tem de chegar a algumas conclusões e proposições e apresentá-las.

E nós, na verdade, não estamos escondendo ou sonegando documentos, e nem mandamos arquivar. Agora divulga-se uma versão que nem é a preliminar, e permita-me dizer a V. Ex^o, inclusive com graves erros de redação, incongruência entre um capítulo e outro. Como nós poderíamos apresentar a V. Ex^o, como versão preliminar, um documento cheio de incongruências e de contradições? Quer dizer, nós temos que chegar pelo menos a um reexame daquilo que deve prevalecer, quer sejam pontos favoráveis à política econômica e social do Governo, quer não sejam favoráveis, mas que tenhamos um objetivo claro de com esse trabalho melhorar a situação.

Eu posso confirmar a V. Ex^o e a todos os Srs. Senadores e Deputados, que não há nenhum documento com versão preliminar aíida. Houve redações de centenas de técnicos e, como eu mencionei, inclusive alguns se contradizem, não temos nem condições de trazer aqui para V. Ex^os. Agora, o *Jornal do Brasil*, naturalmente, deve ter tido acesso a algum texto isolado de algum técnico. É impossível controlar centenas de técnicos que estão participando, a nível estadual, a nível federal, e obviamente com base em algum texto desse deve ter feito a divulgação abortando pontos dos quais não contestamos a validade, Sr. Deputado.

Agora, eu também queria mencionar, Sr. Deputado, e na última Comissão a que eu estive presente V. Ex^o, com muita contundência, também examinou o problema dessa distorção na aplicação dos recursos do FINOR para

pecuária, e eu pediria também a permissão do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores e Deputados para fazer o esclarecimento que se faz necessário. Eu mencionei que o Banco do Nordeste, já em setembro, havia alcançado um saldo de aplicações superiores a um trilhão de cruzeiros, o Banco do Brasil já vai com mais de quatro trilhões de cruzeiros, é sabido que o Banco do Brasil destina pelo menos 50% das suas aplicações rural. Então, pelo menos dois trilhões de cruzeiros devem estar aí destinados ao setor rural. Admitindo-se que o Banco do Brasil esteja aplicando no Nordeste pelo menos 15% desses valores, o que não é otimista e nem pessimista, parece um tanto realista, nós teríamos aí, V. Ex^o faz a conta rapidamente, pelo menos 300 bilhões destinados ao setor rural, que no Nordeste, numa hora dessas, é pecuária, porque não há agricultura. Vamos somar também com o que o Banco do Nordeste aplica na pecuária, vamos somar com o que os bancos estaduais e bancos privados estão aplicando: nós, pelo menos, cerca de 500 a 600 bilhões de cruzeiros, se comparados aos 20% desse orçamento de 150 bilhões de cruzeiros do FINOR, temos 30 bilhões, e que não vão para a pecuária, vão para a pecuária, para a agroindústria, e os projetos de agroindústria, que incluem grandes projetos, por exemplo, de caju, no Estado do Piauí, no Estado do Ceará, no Rio Grande do Norte etc., e que são projetos que criam muitos empregos, não somente o projeto de agroindústria de caju, mas o de coco-da-baia também, e temos desenvolvido muitos projetos de agroindústria do côco, caju, coco, fruticultura diversificada, como maracujá. Estamos entrando em grão também, na produção de soja, de arroz, de milho, quer, são projetos de agricultura pura, também, projetos que já estão com produção de arroz, de soja, de milho. Temos também os projetos de avicultura, nós analisamos perante V. Ex^o esse aspecto, com exceção do Estado da Bahia, que está muito sujeito aos excessos de avicultura do Sul e não consegue implantar uma programação de avicultura independente, está recebendo sempre os excessos de avicultura do Sul, a preços acima de competitivos, mas toda a avicultura do Nordeste está dependendo essencialmente desses recursos do FINOR. A suinocultura também, que contribui para alimentação, a pecuária de leite, estabilizada, confinada, semiconfinada, que também assegura o abastecimento de quatorze usinas de pasteurização de leite, não somente das capitais, mas também de grandes e médias cidades. E tudo isso é ajudado pr essa parcela de 30 a 35 bilhões de cruzeiros do FINOR que não pode, de maneira nenhuma, ser responsabilizado, Senhores Deputado, pela formação de distorções do meio rural. V. Ex^o analise, por gentileza, com frieza, com isenção e há de concluir que esses recursos estão, na verdade, contribuindo para ocupação de espaços vazios, no além São Francisco, na Bahia, no Sul do Piauí e no Sul do Maranhão, onde a pecuária chega, digamos assim, antecedendo não somente a colonização, mas a própria presença do homem. E a SUDENE exerce uma disciplina extremamente severa nos projetos de pecuária, delimitando a parte que pode ser beneficiada pelos incentivos. Quer dizer, o proprietário em si pode ser proprietário de 50 ou 100 mil hectares, mas isso não quer dizer que a SUDENE vai dar FINOR para fazer contraparte em 20, 30, 50, 100 mil hectares. De maneira nenhuma nós fazemos isso. O único caso que realmente ocorreu, no antigo sistema 34/18, de substituição de agricultura por pecuária, foi numa parte aqui do Estado da Paraíba, do Estado de V. Ex^o, onde o brejo paraibano foi prejudicado e por sujeição e reclamação dos governos estaduais, nós tratamos de corrigir e evitar que áreas destinadas à produção agrícola fossem substituídas por pastagem.

Agora seria quase uma coisa miraculosa se essa parcela ínfima, que não chega a 10% dos recursos aplicados pelos agentes financeiros, realmente conseguisse uma eficácia tão grande a ponto de transformar essas características no que V. Ex^o indica com uma distorção do meio rural provocando o êxodo e o desemprego.

Eu pediria a V. Ex^o que realmente refletisse sobre esses dados porque de fato nós estamos sendo acusados de um crime que não estamos praticando. Esses 20 ou 30 bilhões de cruzeiros destinam-se à agroindústria, e sem esses recursos nós não teríamos dezenas de projetos de agroindústria que são densamente absorvedores de mão-de-obra. Sr. Deputado, não somente de agroindústria mas também esses que eu mencionei, de agricultura pura, no Maranhão, na Bahia, e também os projetos de avicultura que hoje são um elemento essencial para a alimentação das nossas populações.

Recolhi de V. Ex^o, também, a informação de que o Grupamento de Engenharia não desativou durante dois dias, até ontem, e vou imediatamente procurar contactar e saber por que, por quanto a diretriz foi muito clara, a partir de 1º de novembro, independentemente da aproximação das chuvas, porque a aproximação das chuvas é chegada em algumas sub-regiões do Maranhão, do sul do Piauí e do além São Francisco, na Bahia. Mas independente disso, para que não tenhamos o problema agrícola com o inverno, desde o dia 1º de novembro foi expedida uma circular muito clara sobre este assunto. Vou cobrar e darei satisfação a V. Ex^o.

Quanto à solicitação de sementes, nada nos parece mais justo, mais legítimo e mais oportuno. Infelizmente, o Ministério da Agricultura dispõe de um fundo de sementes, esse fundo é na verdade responsável pela distribuição de sementes. É do nosso conhecimento, lamentavelmente, que esse fundo encontra-se exaurido. Então, nesse momento, o que nos resta é tentar algum recurso de outras fontes para socorrer esses agricultores que já estão precisando de sementes e que não podem esperar, digamos assim, a conclusão do programa de alimentos para transformar esses recursos em sementes, como foi originalmente programado. Só que é outro compromisso que assumimos com V. Ex^o e com todos os seus companheiros, Deputados e Senadores, correremos atrás de sementes para que se tivermos chuvas não sejamos frustrados por falta de sementes.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Dias.

O SR. ANTONIO DIAS — Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, Sr. Superintendente, Srs. Senadores, prezados colegas Deputados:

Eu queria ser breve, mas a brevidade não poderia impedir que eu deixasse de ressaltar e fazer aqui, antes da minha indagação, uma exaltação a esse ilustre bandeirante, cidadão do País inteiro, que é Valfrido Salmito, que sei não é apenas no Nordeste, verdadeiramente Nordeste, que tem demonstrado o seu trabalho e o seu senso de humanismo e de homem voltado para os problemas do Nordeste. Também na minha querida Minas Gerais, em toda aquela área da SUDENE nos seus 42 Municípios, Valfrido Salmito sempre esteve presente, ajudando a nossa região efetivamente seca, pertencente à área poligonal da seca. E eu aqui, sem querer entrar em contestação com alguns colegas que falaram qualquer coisa, eu exalto não apenas o homem, o cidadão, Valfrido Salmito, o funcionário, mas, não posso deixar de exaltar o organismo também, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

É bem verdade que distorções existem em todos os organismos, e nós mesmos buscamos falar no plenário da Câmara de determinadas distorções existentes naturalmente na SUDENE, como a falta de recursos, como a diminuição cada vez maior do seu orçamento. Mas não podemos, por justiça, deixar de salientar que o Nordeste, e falo em nome da minha Minas Gerais, o Nordeste mineiro só se emancipou a partir da presença e da realidade da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, deste organismo e sobretudo do Banco do Nordeste, ligada a Superintendência ao Ministério do Interior. E gostaria, acima destas exaltações que julgo de justiça, gostaria de indagar do Sr. Superintendente, em primeiro

lugar sobre como está hoje a solução de um grande projeto, em Minas Gerais, o projeto da Peugeot, a fábrica de bicicletas que iniciou, efetivamente, com grande número de funcionários e, devido a problemas vários, teve de alienar o seu projeto. E alienado foi para a Rede Globo de Televisão, especificamente para o grupo Roberto Marinho, que prometeu reabrir a empresa, colocá-la em funcionamento já no final deste ano, e, em seguida, em decorrência de pressão das duas outras grandes empresas, Monark e Caloi, e com a ameaça inclusive de entrar na justiça para que o grupo Roma não reiniciasse a abertura da empresa. E depois disso nós sabemos, os jornais destacaram, que foi comprada pelo grupo Roberto Marinho por 3 bilhões de cruzeiros e que teria sido vendida, segundo os jornais, por 12 bilhões de cruzeiros, num espaço de 3 meses. Então, a nossa preocupação é que esta indústria não fosse transferida para Juiz de Fora, como era do interesse das duas grandes empresas.

Então, eu gostaria que o ilustre Superintendente nos dissesse aqui qual a perspectiva e qual o prazo que as duas empresas, Monark e Caloi, deram para que fosse iniciado o projeto em Montes Claros, na área da SUDENE, para onde ele foi aprovado com recursos da SUDENE? Essa é a primeira indagação.

E uma segunda indagação era qual, na experiência viva e vivida do ilustre Superintendente, é a saída definitiva para o Nordeste? Eu entendo que os donativos que estão sendo colocados à disposição do Nordeste este ano, se eles forem dados no ano que vem ou no outro ano, eles não poderão de maneira alguma resolver o problema. Qual efetivamente é a saída para o nosso Nordeste?

Eu acredito que tenha saída, mas com a sua vivência, e como cidadão nordestino dos mais conhecedores dos problemas nordestinos, talvez bem mais do que nós, Deputados e Senadores, porque nós conhecemos os problemas que nos chegam e que nos são apresentados a cada instante, V. Ex¹ que recebe esses problemas colocados pelo povo nordestino, qual é esta saída?

São essas duas indagações que eu faço a V. Ex¹, e gostaria rapidamente de dizer o seguinte, já que o ilustre colega Mansueto de Lavor deu uma passada rápida por um lado que eu não gostaria de deixar passar sem dar o meu ponto de vista: ele diz que a miséria e a pobreza do Nordeste são uma resultante do regime que nos domina. Eu não sei se talvez a riqueza de outras regiões fosse também resultado do regime que nos domina. Isso é só para colocar um pouco em dúvida a afirmação desse ilustre professor, ilustre representante e dos mais conhecidos e mais democráticos representantes do meu querido Estado de Pernambuco. Muito obrigado.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Srs. Deputado Antônio Dias, eu também agradeço o estímulo que V. Ex¹ me proporciona com as suas confortadoras palavras.

A primeira indagação de V. Ex¹ é de como se encontra a situação dessa empresa destinada à fabricação de bicicletas, que tem a tecnologia da Peugeot e a participação igualitária de capitais nacionais. De fato, nobre Deputado, nós confirmamos que o controle acionário, das ações ordinárias portanto, foi transferido para o grupo do Dr. Roberto Marinho, afirmativa de V. Ex¹. De fato ocorreu isso, e ocorreu com a aquiescência da SUDENE depois de examinar não somente aspectos técnicos e econômicos, mas também jurídicos, ligados a esta matéria.

A SUDENE pronunciou-se favoravelmente, à transição do controle acionário porque se afigurava que naquele momento o grupo detentor do controle acionário encontrava-se exaurido e sem condições de saldar compromissos com os credores, e muito menos ainda de manter a empresa em operação. E houve um compromisso do novo grupo de, inicialmente, dar continuidade àquele projeto de fabricação de bicicletas e num futuro próximo, em termos de médio prazo, introduzir naquela fábrica, novas linhas de produção. Quer dizer, a propos-

ta que chegou à SUDENE era de primeiro garantir a continuidade da fábrica de bicicletas e numa segunda etapa, de médio prazo, introduzir uma nova linha que chegassem à ciclo-motores e também a uma integração vertical, ou seja, a própria empresa fabricando uma série de peças e componentes de bicicletas. Ora, animados por esta proposta de integração vertical, e todos sabem que são mais de duas mil peças que compõem uma bicicleta, e também pela possibilidade de chegarmos a ciclo-motores, manifestamos a nossa aquiescência.

Nós, nesse momento, estamos vendo que nem os compromissos de prazo e nem os compromissos de produção foram mantidos pelo grupo que adquiriu o controle acionário da empresa.

Agora, devo dizer a V. Ex¹ que realmente nós desconhecemos se o grupo Roberto Marinho já transferiu, e pelo valor que V. Ex¹ mencionou. Eu confesso que realmente não sei, mas tentarei investigar e apurar isso para depois informar a V. Ex¹.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Essa notícia eu ouvi através dos jornais, sobretudo o *Jornal do Brasil*, transcrita para os jornais de Montes Claros.

O SR. VALFRIDO SALMITO — V. Ex¹ até nos dá um subsídio, porque nós somos obrigados a perquirir esta matéria e ir atrás dos compromissos assumidos pelo grupo. Na verdade, o grupo não recebeu nenhuma vantagem da SUDENE, nem financeira e nem de incentivos, com esse compromisso assumido. Nós não demos nada, em termos de recursos, para o grupo assumir. Então, na verdade há um compromisso assumido por escrito e nós vamos investigar realmente em que nível se encontra, e se houve a transferência, e informaremos a V. Ex¹.

Quanto à outra indagação de V. Ex¹, qual, na experiência da SUDENE, seria a saída para o Nordeste? Já que V. Ex¹ tão apropriadamente viu, e os companheiros de V. Ex¹ também o apoiaram no sentido de que donativos não são saídas, na verdade nós estamos examinando exatamente neste momento essas tentativas de saídas. Verificamos que vinte anos de experiência nos revelaram que tanto a infra-estrutura social básica nos setores urbanos, como nos setores industriais do Nordeste, responderam com muita eficiência aos estímulos do Governo, à participação do Governo. Díramos até, sem correr o risco de errar, que o Nordeste respondeu melhor, com mais eficiência, com menores custos ao chamado desenvolvimento, nessas setores da infra-estrutura, nos setores urbanos e de industrialização.

E permanecemos, Sr. Deputado, com a convicção de que o que retarda as soluções dos problemas econômicos e sociais da área como um todo é exatamente o meio rural do semi-árido, por todas essas distorções, porque gera pobreza e exporta pobreza e miséria para as outras sub-regiões do Nordeste e do Brasil.

Simplificando muito e tentando responder a V. Ex¹, o que não parece é que a retomada do desenvolvimento regional, com seus planos de desenvolvimento regional sujeitos ao Congresso, acompanhados e fiscalizados pelo Congresso, intensificando recursos, onde já se comprovou que há uma resposta eficaz na infra-estrutura, nos setores urbanos e na industrialização, é um ponto de questão fechada. Outro ponto, também, é exatamente o semi-árido nordestino, com a solução adequada para esse semi-árido, reexame dessa estrutura fundiária inadequada dos minifúndios convivendo com os latifúndios, e, sobretudo, o baixíssimo nível cultural, a necessidade inadiável de soerguer este homem, dai porque uma linha básica de atuação — e talvez por isso S. Ex¹ o Deputado Mansueto de Lavor insista tanto em a SUDENE se apressar logo, com relação ao chamado Projeto Nordeste, porque um dos pontos que constituíram o consenso de todas as equipes técnicas é que neste momento o setor rural semi-árido do Nordeste não pode ser tratado como subsetor, tem que pegar o homem do semi-árido e

soergê-lo. Todas as ações devem ser voltadas para esse homem do semi-árido, independente de linhas de ação subsectorial.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Devo lembrar aos companheiros que o nosso tempo está praticamente esgotado e ainda está inscrito para falar o nobre Deputado Jorge Vianna. Eu pediria a S. Ex¹ que fosse breve, e também ao Superintendente, porque o nosso Relator, Senador Jutahy Magalhães, deseja fazer a sua interrogação, como sempre, no final.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA — Senador Alberto Silva, agradeço a V. Ex¹ e aos demais Senadores e Deputados a oportunidade de pode dirigir algumas perguntas e algumas indagações ao Dr. Valfrido Salmito, e trazer alguns problemas, ele que é um técnico competente, que nós todos conhecemos no Nordeste há tanto tempo, com um trabalho digno à frente da SUDENE, tão raro neste Brasil de hoje.

Todos, efetivamente, estamos conscientes de que o problema do empobrecimento do Nordeste deve-se à criação dos diferentes fundos, à queda do FINOR, e passando por problemas vários, inclusive o da reforma tributária. Todos sabemos que cada cruzeiro investido no Nordeste, 50 centavos, no mesmo dia voltam para o Centro-Sul. Sabemos que todo o Governo Figueiredo deu ao Nordeste, eu ouvi o Dr. Salmito dizer isso na televisão, cerca de 300 bilhões de cruzeiros. Pois bem, só este ano, em dois impostos inconstitucionais e ilegais, a taxa de exportação de cacau e a taxa de CEPLAC, o Governo vai retirar da região cacauíra, que também está no Nordeste do Brasil, 100 bilhões de cruzeiros, enquanto deu 300 bilhões, em 4 anos.

O Dr. Salmito disse que ainda não existe um projeto do Nordeste, está em estudo. Eu apenas gostaria de lembrar a esta Comissão que existe um trabalho feito pela EMBRAPA-EMBRATER, sobre a convivência do homem com a seca. Como são vários ministérios, todo mundo tentando, agora, resolver o problema do Nordeste, que foi descoberto há pouco tempo. Estamos certos, Dr. Salmito, de que a situação do Nordeste — V. S¹ colocou bem os latifúndios, os minifúndios - exige a necessidade sobretudo do desenvolvimento rural integrado. Com esses estudos feitos, o que desejarmos lembrar é que deve ser estabelecido um modelo de desenvolvimento do Nordeste, que passe pelo desenvolvimento rural integrado. Efetivamente, as explorações minerais e o polo petroquímico não podem ficar afastados dessa posição nordestina, e as indústrias virão no desenvolvimento rural integrado que está lá.

Gostaria, ainda, de colocar para o Dr. Salmito o que está ocorrendo na Bahia. A coisa melhorou porque começou a chover, e os problemas devem ter possivelmente desaparecido neste momento em que estou trazendo a V. Ex¹ a denúncia, aquela já dei conhecimento a V. Ex¹ por telegrama, algumas vezes. Mas, talvez nesta oportunidade, de alguns minutos, eu gostaria de colocar o que ocorre. A situação na Bahia, Dr. Salmito, é diferente. A miséria que está aí, esse regime que domina... Lá, o empobrecimento é também um problema político. A manutenção da miséria e da fome é também um problema político. Veja V. S¹ o que está ocorrendo na Chapada Diamantina da Bahia.

Durante a campanha política, vi os carros da SUDENE levando propagandas coladas para entregar nas casas onde havia os retratos dos candidatos a deputado e a governador da Bahia, do Partido do Governo. Agora, as prefeituras onde o PMDB ganhou a eleição estão sem receber água para distribuir ao homem do Nordeste. Telegrafei a V. S¹, inclusive pedindo sua intervenção para a cidade de Iaçu e Itaberaba, onde isso estava ocorrendo. As prefeituras compraram com esforço, os caminhões-pipa, para distribuir água às suas populações, sem querer

saber em quem estão votando, sexo, raça ou religião, e o Estado deixou de vender. Nem pagando antecipado, os caminhões dessas prefeituras podiam se abastecer de água. Os caminhões da SUDENE estão lá parados. V. S^o me respondeu que isso teria de ser feito através da Secretaria de Bem-Estar Social, que estaria encarregada disso.

Então quero denunciar aqui que dessa forma nós não vamos poder resolver os problemas do Nordeste, porque estamos continuando a criar os ódios no Nordeste. Então estou dando nomes aos bois: na Prefeitura de Itaberaba, em toda a Chapada Diamantina da Bahia ocorreu isso.

Agora, como é que se faz a dominação? Eu diria ao Deputado Antônio Dias, por exemplo, que o Deputado Estadual José Armando correu toda a Chapada Diamantina da Bahia, agora, para ver onde estavam sendo abertos os poços. E só foi encontrar, em toda a Chapada, a abertura de um poço profundo na fazenda do Dr. Geraldo Mata Pires, que é o Presidente da EMBASA; a empresa de distribuição de água da Bahia. É na fazenda dele onde estava sendo aberto o único poço. Isso foi denunciado amplamente.

É contra isso, Dr. Salmito, que queremos falar.

No programa Sertanejo, estamos vendo a perseguição ao homem, porque tem posições políticas, que é feita no Nordeste. Trago aqui, também, o caso que ocorreu com o Sr. José Conrado, de Iraquara. Eu o levei, na samana passada, ao Chefe da Carteira agrícola do Banco Central para mostrar que ele tinha um Projeto Sertanejo nessa cidade, que vencia em 1998. Pois muito bem, ele foi pressionado pelo Banco do Estado da Bahia para transformar juros de 12% para vencimento imediato, agora, em plena seca, quando ele não vai poder pagar. Obrigaram-no, um semi-analfabeto, a assinar compromissos de juros de 12%, que venciam em 1998, para pagar agora, depois da seca, a juros de 60% mais correção monetária. O Sr. Kleber, Diretor do Banco Central, ficou com os documentos para tomar informações do Banco do Estado sobre o que está ocorrendo. Eu pediria ao Dr. Salmito que, por favor, veja o que está ocorrendo em toda a Chapada Diamantina da Bahia, porque a perseguição política chega a níveis dessa ordem. É o homem sem água, é o homem sem crédito.

Em toda a Chapada Diamantina da Bahia, onde se fez plantio de café, foi colocada zona de seca e veio ordem para prorrogar os casos, estudando caso a caso, é sempre assim. Como eu tinha sido um dos pioneiros na plantação de café, fui privilegiado, porque os fiscais foram lá e acharam que só a minha fazenda tinha dado o bastante para eu pagar. Eu tive que pagar. Talvez tenha sido o exemplo único de privilégio na Bahia inteira, na Chapada Diamantina, a única fazenda que realmente produziu café foi a fazenda da qual eu era proprietário. E esse privilégio é que está sendo estendido a todos os homens por cor partidária. É essa a denúncia que trago aqui e que espero, com a responsabilidade do mandato popular que tenho, que a SUDENE, como órgão sério que é, veja que os problemas têm de ser resolvidos a nível de município e a nível do homem, não a interesses mesquinhos dos possíveis detentores eventuais do poder. É essa a posição que trago a V. S^o.

O SR. VALFRIDO SALMITO - Sr. Presidente, Sr. Deputado, fizemos o registro das indicações de V. Ex^o dessas distorções. Acredito que ninguém aqui neste plenário possa acolher tal distorção de discriminação de água ou de poços, ou de crédito. No que for de nossa competência, Sr. Deputado, estaremos tentando corrigir essas distorções.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Dr. Salmito, procurarei ser o mais sucinto possível, mas, infelizmente, não poderei ser muito breve. Tenho algumas indagações a fazer e fico sempre por último lugar para as inquirições, para que todos aqueles que desejam fazê-lo e necessitem sair para assumir outros com-

promissos possam fazê-lo. Mas, a minha obrigação é ficar aqui até o final, sem preocupações maiores com o tempo.

Antes de iniciar as indagações, devido à intervenção do meu amigo e companheiro, embora de Partido diferente, Deputado Jorge Vianna, quero dizer que aqui, na qualidade de Relator, não me preocupo, absolutamente, em defender ou acusar os partidos políticos. Acho que a nossa missão, aqui, será a de atender a todas as acusações e denúncias que forem feitas, averiguar se são verdadeiras ou não para que sejam tomadas as devidas providências.

Na última reunião solicitei que algumas denúncias que foram apresentadas fossem transformadas indicando os nomes, como fez agora o Deputado Jorge Vianna, que indicou nomes porque assim torna-se muito fácil a averiguação.

O que espero, como Relator, é que essas denúncias sejam realmente apuradas para que aqueles que forem culpados sejam punidos, porque o mal que temos aqui no Brasil, infelizmente, é que muitas são as denúncias e o denunciante leviano não é culpado, como também aquele acusado que seja realmente culpado não merece nenhuma pena. Então, nós ficamos sempre com as denúncias no ar, tirando a credibilidade das autoridades, o que acho que é o pior que pode existir para o País.

Então, por isso é que espero que as denúncias que aqui sejam feitas serão encaminhadas aos órgãos competentes, no caso a V. Ex^o, e aguardarei a resposta a esta indagação que foi apresentada aqui.

Mas, Dr. Salmito, eu perguntaria a V. S^o se seria uma síntese muito pessimista sobre a situação do Nordeste dizer: não há alimento, não há trabalho, não há agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Gostaria que a resposta fosse imediata, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — São 30 perguntas...

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Jutahy Magalhães, nós queremos dizer a V. Ex^o, em resposta à sua indagação, que alimento, trabalho e agricultura existem no Nordeste com grande índice de frustração quanto a alimentos e agricultura.

No Estado de V. Ex^o, por exemplo, a frustração da safra de feijão, V. Ex^o conhece muito bem o caso do Irecê, realmente foi alarmante a frustração com relação à seca de 83.

Nós dirímos que em torno de 20%, Sr. Senador dentro da agricultura que depende de chuvas, foi o que se salvou, em torno de 20%, o restante foi de frustrações do Maranhão até a Bahia.

Agora, é óbvio, como sabe muito bem V. Ex^o, que essa frustração da agricultura determina uma imediata queda do emprego e da ocupação, por isso é que infelizmente nós sómos obrigados, digamos assim, a carregar essa legião que no momento já alcança 2 milhões e 300 mil trabalhadores rurais, exatamente para tentar compensar a queda da produção de todas as safras, não somente do algodão herbáceo mas do algodão arbóreo, que já é uma planta adaptada ao xerofísmo da região.

Então, responderei a V. Ex^o que, em termos de agricultura que depende de chuva, a frustração alcança ou alcançou cerca de 80%, com a consequência imediata para o emprego. O restante da agricultura que depende de chuva, de fato, se salvou. Há pequenas manchas, variando de Estado para Estado, onde se aproveitou ainda alguma coisa.

Agora, a agricultura de irrigação, essa de fato não teve redução nem de produção nem de emprego. Mas, sabe V. Ex^o, que ela ainda é extremamente diminuta, então, não é representativa em termos de agricultura e de emprego para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu gostaria de sugerir ao nobre Relator que como o número de perguntas dele é bastante e, naturalmente, pela própria posição que ele ocupa na Comissão, de Relator, que na formulação dessas perguntas, que nós todos gostaríamos de conhecer, se o nobre Superintendente da SUDENE tiver dificuldades em poder respondê-las, que aprontasse um formulário de respostas mais amplas e fizesse chegar à Comissão, principalmente ao nobre Relator, para que também pudéssemos dispor do tempo que já está se esgotando e nós temos reuniões tanto na Câmara como no Senado dentro de mais uma hora e meia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não levarei tanto tempo, as respostas não são longas e eu procura-rei...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — É uma preocupação para que não fique nenhuma sem resposta. Peço ao Superintendente que ao recebê-las mande um formulário com as respostas convenientes para que a nossa Comissão possa se desincumbir através do nobre Relator.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Dr. Salmito, o programa da cesta de alimento está em execução e aquela dificuldade que houve de aquisição de alimento em algumas regiões já foi solucionada?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, a cesta de alimentos está funcionando da seguinte forma: nós só conseguimos comprar em quantidade suficiente para todos os flagelados, feijão. Nós adquirimos de imediato 50 mil toneladas, 50 milhões de quilos, no Paraná, e tratamos de transportar em navios e camionetas para o Nordeste. Quanto aos outros alimentos que compõem a cesta, arroz, farinha e outros produtos que são adaptados a nível estadual, nós encontramos muitas dificuldades, inclusive pela inexistência no próprio País, como sabe V. Ex^o que houve grande frustração da safra de arroz.

Nós só podemos responder a V. Ex^o concretamente o seguinte: começou a funcionar a cesta de alimentos em outubro, porém, não em caráter integral. Do ponto de vista da composição dos itens, houve uma variação, inclusive com adaptações: em determinado Estado teve que se introduzir o xerém de milho, noutro se introduziu rapadura, etc. Mas começou a funcionar sistematicamente em todo o Nordeste a partir de outubro.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Caminhões-pipa é um assunto que sempre se trata aqui e o Deputado Jorge Vianna falou sobre o problema. Mas a minha indagação é que vários prefeitos de diversos Municípios baianos queixam-se de que o valor pago pela SUDENE para contrato, aluguel de caminhões, é bem inferior àquele que é gasto pelas prefeituras. A complementação de recursos pelas prefeituras tem de ser muito alta para as possibilidades financeiras dos Municípios. V. S^o tem alguma coisa a dizer sobre isto?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Tenho, Sr. Senador, estou tomando conhecimento desta colocação de V. Ex^o com base nas informações do Deputado Jorge Vianna e, naturalmente, saio daqui com a obrigação de examinar esse ponto, porque é uma definição nossa que a SUDENE custeie o valor desse transporte de água integral, inclusive, periodicamente, nós reavaliamos os custos desse transporte, se há um aumento do combustível, de pneu, etc., nós estamos periodicamente reavaliando para que o preço por km rodado compense o transportador. De sorte que levo essa informação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Tive essa informação de prefeitos que a cada instante têm conversado comigo, eles queixam-se profundamente disso. A complementação é superior ao recurso obtido.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Isto realmente está errado, confesso a V. Ex^o que tem de ser corrigido.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Os cientistas do Instituto de Pesquisas Espaciais declararam que as frentes de trabalho não dispõem de ferramentas nem planejamento e vêm executando obras cuja utilidade é duvidosa, servindo apenas para manter ocupados os sertanejos afetados pela seca.

Já acharia muito importante atender os sertanejos afetados pela seca, e principalmente evitar a migração, mas gostaria de saber se há realmente algum valor nesta crítica de que não existe planejamento na execução dessas obras, que está sendo feita pelos cientistas, e se esses recursos serão perdidos totalmente quando vierem as primeiras chuvas, por exemplo, em estradas mal acabadas, em açudes também não terminados?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, eu acho essa colocação improcedente e vou tentar justificá-la. Em primeiro lugar, não há nenhuma improvisação dentro do sistema de obras, porque nós somos obrigados a todo o ano preparamos junto com os governos estaduais um plano de ação para o ano seguinte se o pior acontecer, então, não somos tomados de surpresa em nenhuma circunstância, isso desce a nível do Município. Esse é um ponto básico, então, não somos tomados de surpresa, nem improvisamos as obras.

Com relação ao outro aspecto...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S^o me permite apenas uma interrupção, porque aí há uma contradição entre teoria e prática. V. S^o está fazendo essa afirmação porque deve ser a informação que V. S^o tem na SUDENE. Mas, outro dia mesmo, nós vimos na televisão que um grupo da frente de trabalho estava sendo transferido de um setor para outro sem ter terminado a obra daquele setor, porque não sabia para onde iria. Então, achei até interessante aquela reportagem que mostrava que estava começando uma obra, mas não terminava, essa obra seria perdida, tornando-se a obra abandonada e eles estavam sendo transferidos para um outro setor.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Pode ter havido, Sr. Senador, neste caso e pode ter havido em casos semelhantes um incremento muito grande de pessoas inscritas que tornam excessivo o seu aproveitamento numa determinada obra. Então, nós somos obrigados, através desses órgãos executores, a remanejar. Isso ocorre realmente, Sr. Senador, mas não no sentido de que as obras fiquem inacabadas. Porque, veja V. Ex^o o seguinte: nós fixamos um pressuposto de que todas as obras de seca devem ser de natureza hídrica, quer dizer, adutoras, açudes, barragens, barreiros, cacimbas, poços, cisternas públicas, mas sempre obras de natureza hídrica. Agora, é natural que em cada Município, ou nos Distritos dos Municípios já exista um inventário natural e espontâneo das obras hídricas, quer dizer, o próprio sertanejo, o próprio morador sabe qual a gruta, o riacho que dá um açude, qual é o tamanho do açude, etc. Então, os órgãos executores aproveitam, inclusive, essa experiência.

Agora, quanto à afirmativa de que nada vai restar, nós consideramos inteiramente improcedente, porque, veja V. Ex^o: durante esse período de 5 anos de seca, com certeza, Sr. Senador, porque nós temos um inventário de Distrito por Distrito, Município por Município — é muita coisa e poderemos mandar para V. Ex^o se o desejar, nós temos o inventário de todas as obras, quantas pessoas estão ocupadas, qual a capacidade de cada obra, e mencionamos que são mais de 67 mil obras de natureza hídrica, o que não deve ser confundido com grande ou médio, açude, ai inclui tudo, o barreiro, a aguada, a cacimba, o cacimbo, a cisterna pública adutoras, etc.

Então, pelo contrário, Sr. Senador, nesse momento agora, já estamos nos beneficiando de muitas dessas obras. Por exemplo, a adutora do sertão de Alagoas e 28 de Sergipe são obras prontas que já estão servindo às populações rurais e aos rebanhos daqueles Estados. Foram obras construídas com o dinheiro da seca que vão

permanecer. Açudes de grande e médio portes também vão permanecer e já estão ajudando, o mesmo ocorrendo com poços, cacimbas e cisternas públicas. Em Pernambuco, há um grande trabalho de cisternas públicas que vão permanecer beneficiando prédios públicos, escolas, hospitais, etc. Então, não tem nenhum sentido a afirmativa de que esse dinheiro é perdido e só serve para salvar as populações da fome nesse período. A maioria absoluta dessas obras tem eficácia e efeito duradouro e permanente.

É óbvio, Sr. Senador, que essas obras são construídas com a participação de homens e de mulheres que não são especialistas em obras hídricas, mas há os supervisores, há os engenheiros, há os técnicos e há também o pessoal experiente do sertão, que não tem nenhum grau de formação, mas entende qual o material que deve ser usado para que o açude não arrombe, para que a parede resista.

Agora, mesmo que alguma coisa se perca, seja destruída dessas obras hídricas, a contribuição é inestimável. Só para V. Ex^o ter um quadro mais concreto: até 1979, apenas 1% da superfície do Nordeste era coberta de espelhos d'água. Se nós reuníssemos todos os açudes e formássemos um único espelho, apenas 1% era espelho d'água, o que é um desequilíbrio muito grande do ponto de vista ecológico de proteção do solo, para se evitar erosão, de formação de vegetação, para se levantar o lençol freático, etc.

Então, nós estamos procurando seguir as recomendações dos grandes cientistas do Nordeste, do Guimarães Duque, do Vasconcelos Sobrinho, que recomendam as barragens submersas, as barragens de superfícies, todo tipo de obra hídrica que proteja um pouco mais a região e acumule água independente da travessia de um ano seco. E, nesse sentido, já ultrapassamos 3% da superfície, independente do lago de Sobradinho. Não é ainda o equilíbrio que nós queremos, mas estas obras contribuíram, primeiro, para mais do que dobrar a reserva hídrica da região. Saímos de 12 bilhões para mais de 27 bilhões de potencial de reserva, além desses outros aspectos que nós mencionamos. Só posso dizer à V. Ex^o, com muita segurança, que não concordamos com essa colocação que foi feita pelo CTA.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Aliás não foi o CTA, foi o IPE.

Dr. Salmito, V. Sa. falou no problema do inventário dessas obras que tem recebido lá na SUDENE; e através das informações que tem oficiais. Então, eu pergunto: nesse inventário constam obras em propriedades particulares, que não têm nenhum efeito de serventia pública?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, constam obras em propriedades particulares, mas com a condicionante, pelo menos exigida pela SUDENE, de um termo de servidão pública.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Exato. Aí é que está a diferença entre a teoria e a prática. V. Sa. está falando: há a exigência. Agora, eu quero saber se na prática, realmente, estão funcionando, se denúncias têm sido feitas, porque aqui foram feitas, apenas não recebi a relação dos nomes, porque denúncias sem citar nomes não adiantam. Então, eu quero os nomes para encaminhar a V. Sa., por isso estava me antecipando ao perguntar se V. Sa. teria alguma denúncia já apresentada e averiguada a respeito do assunto?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, nós consideramos que possam existir em caráter de exceção. Mas, uma vez a SUDENE tomado conhecimento, toma a seguinte providência: ou a obra é suspensa, ou o termo de servidão é passado.

Agora, cada caso concreto, como V. Ex^o mencionou. Em termo genérico, infelizmente, ninguém pode tomar nenhuma providência. Mas, em caso concreto, ou a obra é suspensa ou o termo de servidão pública é passado em cartório.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — E não há punição?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Como?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Se fosse concretizada a denúncia, se realmente fosse apurado que houve o fato, quer dizer, não existe...

O SR. VALFRIDO SALMITO — Aí haveria necessidade de indenização do gasto feito.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Qual o preço médio do emprego criado pelo setor industrial do Nordeste?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, isso tem variado demais, como é natural, desde os ramos densamente absorvedores de capital, como é o caso da petroquímica, até os ramos densamente absorvedores de mão-de-obra, como é o caso das confecções. A SUDENE procurou estimular mais as atividades densamente absorvedoras de mão-de-obra. Como o cruzeiro é um parâmetro extremamente precário para se medir os valores, nós podemos afirmar a V. Ex^o que, em termos de custo médio, tem variado de 10 a 15 mil dólares por emprego direto permanente. Naturalmente, com uma oscilação muito grande da petroquímica até a confecção.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Infelizmente V. Ex^o disse que não existe o tal documento da SUDENE que me pareceu, pelo noticiário da imprensa, que seria um documento muito interessante. Mas, como não existe, não podemos solicitar conhecimento do mesmo. Mas perguntaria se, dentro daquela reportagem feita pelo Jornal do Brasil, há veracidade na informação de que a SÉPLAN e a SUDENE decidiram ampliar o estudo para todos os setores e que para isso o Banco Mundial se dispôs não só a financiar o seu custo, quer dizer, o custo do estudo 500 mil dólares, como também a financiar parte do projeto que se referisse à zona rural, para a qual destinaria, através de empréstimos a juros baixos, 1 bilhão de dólares em 5 anos. Há realmente essa proposta?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, nós confirmamos realmente a proposição do Banco Mundial, aliás já efetivada, porque os trabalhos estão em andamento, de o Banco Mundial custear a realização dos trabalhos, isso aí existe sim.

Agora, quanto ao montante com que o Banco Mundial ajudaria a implementação desse programa, tem havido uma certa variação de informações: ora nós somos informados de que são recursos da ordem de 800 milhões de dólares, ora de até 1 bilhão, 1 bilhão e 200, 1 bilhão e 500 milhões, variando o prazo. Mas, seguramente, um mínimo de 800 milhões de dólares até o montante de 1 bilhão e 500, isso tem sido repetidamente prometido.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agora eu farei uma solicitação de que V. Ex^o providencie uma relação dos 67 mil açudes e 11 mil poços cuja construção foi anunciada pelo Ministro do Interior, bem como a localização das creches também anunciadas pelo Ministro. Esta Comissão vai requerer a V. Ex^o a apresentação dessas relações, nelas constando o local da construção, época da construção e, se possível, volume d'água e custo da obra. Esta Comissão também vai requerer a V. Ex^o o envio da relação dos beneficiados do POLONORDESTE, o valor recebido e data.

V. Ex^o declarou há algum tempo, numa entrevista, que felizmente o nível de investimentos programado pelo Governo Federal para o Nordeste não sofreu reduções. Os recursos de origem governamental tiveram reajuste

acompanhando as taxas de inflação. V. Ex^o mantém essa declaração?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Bem, Sr. Senador, nós nos referimos a alguns programas que independem, digamos assim, do próprio controle da SUDENE. Por exemplo, o PÓLONORDESTE tem mantido, ao longo dos últimos anos, o valor, diria assim, real dos investimentos já com relação ao próprio orçamento da SUDENE, aquele que nós analisamos hoje, eu não posso manter a afirmação porque, por exemplo, no ano de 1981, praticamente nós trabalhamos com 25% dos recursos do ano de 80. Então, tem havido variações.

Agora eu quis certamente mencionar, Sr. Senador, que tem, pelo menos da parte da SUDENE, havido uma tentativa de continuidade dentro desses programas e projetos, não obstante a precariedade dos recursos, mas como analisamos aqui hoje com muita liberdade o caso dos recursos de crédito para o Projeto Sertanejo, eu faltaria a verdade se mencionasse que tem havido uma constância nos valores reais desses programas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S^o tem sido muito honesto nas informações e isso é muito importante para nós. Eu perguntaria, Dr. Valfrido, por que não levaram em consideração a previsão do CTA de que o Nordeste sofreria um longo período de seca. E por que, após 4 anos de seca, no início desse ano ainda foram feitas declarações pela SUDENE que nós não teríamos um quinto ano de seca?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Bem, Sr. Senador, primeiro eu queria mencionar para V. Ex^o que desde 1969, portanto há 14 anos, a SUDENE financia as pesquisas do CTA, quer dizer, o suporte financeiro dos trabalhos técnicos de meteorologia do CTA são de nossa responsabilidade e estamos, digamos assim, trabalhando estreitamente ligados. Esse é um ponto fundamental.

Em julho/agosto de 78, Sr. Senador, de fato nós recebemos o chamado "relatório reservado do CTA", que previa um longo ciclo de secas. Naquele momento, procuramos as autoridades superiores, e quando começou já o ano de 79, este começou de uma maneira... não somente começou o ano de 79, mas o ano de 78 terminou de uma maneira que não se podia esperar seca: o rio São Francisco com excesso d'água, quer dizer, onde chega primeiro o inverno havia água excessiva, e nós nos deparamos inicialmente com problemas de inundação. Então, o primeiro momento do ano de 79 foi um problema de excesso d'água, e nos debruçamos em cima do problema para salvar inclusive cidades como Juazeiro da Bahia, Petrolina, algumas cidades mineiras. Então, o primeiro momento foi de excesso d'água. Sr. Senador. Diante desse primeiro momento de excesso d'água, chegou um certo ceticismo generalizado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Veja V. S^o como as informações às vezes chegam distorcidas nos locais de trabalho. Porque houve realmente excesso d'água em Paratinga, Bom Jesus da Lapa, etc., mas a seca estava a 300 metros da margem do rio.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Mas três meses depois, Sr. Senador. Então, o primeiro momento foi de excesso d'água, e quando nós começamos a receber as notícias de frustrações nas outras áreas do semi-árido, começamos de fato a desencadear um trabalho e chegamos a ter uma reunião no Conselho de Segurança Nacional, da qual participaram as equipes técnicas do CTA e do CNPq, que são as duas chamadas correntes científicas brasileiras que apreciam o assunto, e houve uma controvérsia tão grande entre essas correntes científicas do CNPq e do CTA que realmente o Executivo ficou perplexo. Agora, já estávamos no primeiro ano de seca. Então conseguimos, por via das dúvidas, duas coisas: primeiro,

um reforço de recursos para o aproveitamento de recursos hídricos da região, mais recursos para aqüadagem, irrigação, poços, etc. E, em segundo lugar, também, Sr. Senador, a duras penas conseguimos que um dos projetos do CTA, o chamado MODART, quer dizer, aquele que visa ao aproveitamento das nuvens existentes, o aproveitamento dessas massas, conseguimos começar a implementar. De que forma? Obtivemos recursos, com muita dificuldade, para adquirir três aviões equipados e montarmos cinco bases de operação de terra. Então, essa foi uma decisão tomada a nível do setor governamental, no sentido de que o projeto MODART se afigurava com maior perspectiva de viabilização de resultados práticos.

Enquanto isso, o outro projeto, o chamado MOCLIMA, que era aquele projeto destinado à formação e criação das nuvens a partir de queima de derivados de petróleo para formação de nuvens de partículas carbono — funcionaria como uma estufa, condensação, evaporação — nuvens que seriam transportadas pelos ventos alísios para o interior do Nordeste, esse projeto afigurou-se para as autoridades como um projeto de menor viabilidade, de elevados custos e elevados riscos.

Então, o Governo Federal optou pela tentativa de execução do MODART, cujos custos eram menores e os riscos afiguravam-se também menores. Ao mesmo tempo, então, foram adquiridas três aeronaves, como dissemos, já adaptadas, e começamos a operar o programa. Esse programa ainda hoje apresenta também resultados discutíveis. Do ponto de vista da SUDENE, alguns resultados são positivos. Agora, esses mesmos resultados positivos obtidos, por exemplo, recordo a V. Ex^o que no ano passado a grande Salvador esteve periclitando quanto ao abastecimento de água. Joanes I e II estiveram praticamente secos, então de último momento transferimos dois aviões do MODART para o Recôncavo. Esses aviões fizeram dezenas de horas de operação, e, coincidência ou não, realmente restaurou-se uma parte das reservas desses aqüas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Aí tenho a indagação. Por que essa coincidência?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Porque, Sr. Senador, há correntes que afirmam que não foi devido ao MODART. V. Ex^o vê como há ceticismo por aí. Agora, essa experiência não foi feita só na grande Salvador, fizemos essa experiência também em outras áreas do Nordeste e os resultados, pelo menos em 30%, são considerados de resposta positiva. Também, há de dizer V. Ex^o que três aviões são insuficientes, talvez, sem nenhuma dúvida que sejam, mas as autoridades que operam esses aviões — isso está num convênio entre o CTA e o Ministério da Aeronáutica — também acham que antes de termos um pessoal especializado, treinado, os resultados testados, seria um risco muito grande ampliar essa frota para 10, 12, 15 aviões, que seriam o mínimo necessário.

Bom, quanto ao MOCLIMA, realmente permaneceu sem nenhuma tentativa de ser posto em prática.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto foi destinado ao Nordeste pelo FINSOCIAL em 1983?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, eu peço a V. Ex^o para mandar esse dado por escrito depois de fazer um levantamento exato para não incorrer aqui em riscos de uma informação errada.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Está próximo de 600 milhões?

O SR. VALFRIDO SALMITO — De maneira nenhuma.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Houve uma declaração de V. S^o dizendo que esse ano teriam 600 milhões do FINSOCIAL para o Nordeste.

Bem, eu não tive tempo, eu só soube que V. Ex^o viria hoje, ontem à tardinha. Então, eu não pude fazer um trabalho de pesquisa a respeito de indagações outras a serem feitas. Mas pedi uma pasta que continha algumas declarações de V. S^o, então por isso é que eu estou fazendo essas perguntas. V. S^o não leve a mal, é apenas para ver, porque é uma coisa quando nós estamos no início de ano com as previsões e outra é aquilo que ocorre realmente no decorrer do ano e V. S^o deve estar lutando devidamente para aumentar os recursos que vão para a SUDENE, que vão para o Nordeste, portanto não lhe cabe culpa nenhuma nesse fato. Eu apenas estou mostrando para mostrar a distorção que existe naquele orçamento que nós votamos aqui, que praticamente não vale de nada.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador, se V. Ex^o permite, eu gostaria de pelo menos tentar retificar essa informação atribuída a mim de que 600 bilhões em 83 seriam destinados do FINSOCIAL para o Nordeste, porque, de concreto, Sr. Senador, eu posso confirmar nesse momento o seguinte: Primeiro, 7 bilhões e 500 milhões para essa cesta alimentar a que aludiu V. Ex^o. Segundo, 14 bilhões e meio para ajudar os pequenos produtores do semi-árido, mas esse dinheiro ainda não foi aplicado. Há uma decisão, contrato assinado etc., mas ainda há algumas pendências...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Falta o dinheiro chegar lá. Como disse o Governador Esperidião Amim: "o dinheiro sai do papel, mas não chega no local".

O SR. VALFRIDO SALMITO — Falta o dinheiro chegar. Bom, isso aí eu posso confirmar. É mais uma parcela de 4 bilhões e 500 milhões destinados aos trabalhadores da zona canavieira, através de sete Estados. Essas são as parcelas, realmente, que nós podemos confirmar nesse momento, em que a SUDENE teve intervenção.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Dos 130 bilhões de cruzeiros autorizados pelo Vice-Presidente Alvaro Chaves, quando no exercício da Presidência, quanto já foi liberado?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Bem, o que eu posso confirmar, Sr. Senador Jutahy Magalhães, são esses valores e os valores de pagamento de mão-de-obra, porque o...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A mão-de-obra, V. S^o disse que não tem nada a ver com o FINSOCIAL.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Então, eu sou obrigado a dizer a V. Ex^o, que realmente não consigo identificar esses 230 bilhões.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Bom, no início eu fiz a indagação, quando o Senador Milton Cabral estava fazendo sua inquirição, se esses recursos que ele tinha falado para o pagamento dos frentistas tinham alguma coisa a ver com o FINSOCIAL, mas também se ele tivesse não teria aumento em nenhum tostão.

Uma das últimas perguntas: V. S^o considera uma política de paternidade responsável, benéfica para a diminuição do quadro pobreza na região?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Com certeza, Sr. Senador Jutahy Magalhães, consideramos um ponto extremamente relevante, que não tem sido levado, digamos, na devida conta, por nenhum setor da sociedade até agora, mas, sem nenhuma dúvida, é um ponto relevante.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O estudo apresentado pelo nutricionista Nelson Chaves, demonstrando que estamos criando uma subsaça no Nordeste, na opinião de V. S^o é realista ou pessimista?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Infelizmente, pelo menos para uma parte da população rural e da periferia dos grandes centros, acreditamos que seja válida a colocação do cientista.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Programa de Desenvolvimento Rural destinado a beneficiar a área da seca só havia recebido, até o final de julho, 16,3% do orçamento previsto; os programas de desenvolvimento social receberam, até àquela época, 8,7%; os programas complementares, como o de promoção do artesanato regional, do qual dependem hoje milhares de nordestinos, receberam, até o final de julho, 18,4% dos recursos previstos, qual é a situação hoje, mais ou menos?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Bem, Sr. Senador Jutahy Magalhães, esses percentuais, de fato, não podem ser considerados, mas a única coisa que gostaria de agregar é a seguinte: para esses programas o chamado exercício financeiro comece em abril, então, dificilmente, ao fim do primeiro semestre, o próprio Governo consegue fazer transferências em percentuais superiores. No momento, esses percentuais já estão alterados substancialmente e se encontram, variando de programa para programa, entre 40 a 48%.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu sei que para V. S^o talvez seja um pouco delicado, inclusive V. Ex^o já tendo manifestado a sua opinião a respeito da ideia de transformar a SUDENE no Ministério do Nordeste. Eu perguntaria a V. S^o outra idéia, a SUDENE deveria continuar subordinada ao Ministério do Interior ou deveria voltar a ser diretamente ligada à Presidência?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador Jutahy Magalhães, realmente eu me sinto embaraçado. Tenho que ser honesto com V. Ex^o porque é uma resposta que implica, inclusive, vamos dizer assim, um exame da subordinação ao Ministério e ao Ministro ao qual eu me vinculo, mas poderia dizer a V. Ex^o, assim com muita franqueza, não sei nem se refletiu o ponto de vista da casa toda, mas o meu ponto de vista pessoal pelo menos é o seguinte: é que pelas características do órgão, um órgão de planejamento e de coordenação, desde que existe o chamado Ministério do Planejamento ou Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pelo menos nesse aspecto a coerência maior seria uma vinculação a essa Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ou ao Ministério de Planejamento, quando existiu anteriormente.

Agora, é óbvio que o Ministério do Interior tem procurado compensar com o devotamento, eu diria assim, dos seus titulares, essa, talvez, inadequação institucional de um órgão que precisa, mensalmente, continuar com o planejamento regional, mas fazer com que esse planejamento regional seja inserido e respeitado dentro do planejamento nacional, e é óbvio que se ela se integra dentro desse planejamento nacional, talvez, de fato, se dispensasse a criação de um Ministério do Nordeste, ou até mesmo a própria vinculação à Presidência da República diretamente. Mas, V. Ex^o, por gentileza, releve se eu não puder aprofundar esse exame, porque, de fato, é muito delicado, Sr. Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A minha última indagação, para a alegria dos companheiros. Eu faço sempre essa indagação, para os que aqui vêm, como V. S^o, para prestar esclarecimentos a esta Comissão e com o conhecimento de cada um facilitar o estudo dessa

questão nordestina, por parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. S^o não faz parte do Poder Legislativo, mas eu gostaria que V. S^o como homem experiente e que convive com os problemas do Nordeste, com as dificuldades que lá existem, apresentasse sugestões de medidas legislativas que deveriam ser tomadas pelo Congresso para poder melhorar essas dificuldades que existem no Nordeste. Quais as sugestões que V. S^o poderia apresentar nesse sentido, de medidas legislativas?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Agora?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Se V. S^o pudesse agora, sim, se não, depois eu gostaria de ter as sugestões de V. S^o.

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Senador Jutahy Magalhães, eu pediria a benevolência de V. Ex^o e da Comissão, para nós mandarmos por escrito, quando tivermos mais...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Pois não. Desculpe, então, não ser a última pergunta, pois ainda quero fazer uma indagação rápida aqui: daquele trabalho da COCENE, que é um trabalho muito bem feito, um estudo muito profundo da situação, foi o Senador Virgílio Távora, inclusive, o relator, algumas daquelas sugestões foram aproveitadas pelo Executivo?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Não, é do nosso tempo, e realmente até nós tivemos a oportunidade de dar algumas sugestões e contribuições. Sr. Senador Jutahy Magalhães, algumas transformações foram efetuadas, acredito que fruto também daquele trabalho, como, por exemplo, o aprimoramento do sistema de incentivos, que era uma aspiração da SUDENE há muito tempo, nós sabíamos que havia distorções, e nós nada podíamos fazer para aprimorar o sistema. Então, naquele documento consta o registro expresso da necessidade de se aprimorar o sistema de incentivos, o que veio a ocorrer no Governo Geisel, e eu presumo que ele tenha aproveitado essa sugestão do trabalho da COCENE. Outra, assim do ponto de vista concreto, realmente eu não recorro.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu agradeço a V. S^o, como que já fez e fará certamente o Presidente desta Comissão, e agradeço principalmente a honestidade das respostas de V. S^o.

Eu não considero que existam da parte de qualquer pessoa perguntas indiscretas para quem tem condições, como V. S^o, de responder a todas as inquirições que sejam feitas, por isso não me preocupei em querer ser muito genial com V. S^o, mas de maneira nenhuma querendo ser também grosseiro, buscando alguns dados que poderão ser importantes para nós. E, devo repetir o que disse no início, de que não estou aqui para defender nem o Governo, nem o meu Partido, nem governos estaduais, e também não atacar a Oposição, ou defender a Oposição, eu estou aqui buscando informações, e todas aquelas denúncias que foram feitas não serão defendidas por mim, sem ter o conhecimento de causa. Quando eu tiver o conhecimento de causa, que puder dizer: não, essa denúncia não existe por isso, assim, então apresentarei a defesa aqui, por isso que eu quero as respostas daqueles representantes do Governo que aqui vêm que nos dêem essas informações. Assim, podemos cobrar e defender quando for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Já encerrou, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Então, eu gostaria de passar a palavra ao nobre Superintendente da SUDENE. Antes que eu faça as considerações finais para encerrar, V. S^o tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. VALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu quero, em meu nome pessoal e da SUDENE, e de meus companheiros, agradecer ao Sr. Presidente, a todos os membros da Comissão e todos os que participaram desses trabalhos de hoje. Saio daqui verdadeiramente edificado e motivado pelo que ouvi de todos e estimulado para prosseguir no penosíssimo trabalho. Tenho uma série de indagações que tentarei responder por escrito, com toda responsabilidade e, saio daqui, também, na certeza de que encontramos, mais uma vez, mútuo apoio para que a própria SUDENE possa realizar um pouco mais em benefício da comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu gostaria de ao encerrar esta reunião dizer apenas algumas palavras. Em primeiro lugar, de agradecimento ao nobre Superintendente Valfrido Salmito, pela gentileza de ter vindo aqui, nesta hora difícil para ele lá, na condução do problema sério pelo qual, naturalmente, ele pessoalmente não tem nenhuma responsabilidade. Mas tem de ser Superintendente do órgão que cuida, hoje, praticamente de todo aquele fenômeno da região. E, ao fazer esse agradecimento, dizer que esta Comissão, constituída de membros de todos os Partidos, é uma Comissão que investiga — como acaba de dizer o nobre Relator — investiga, procura obter dados em mãos, inclusive denúncias, para formular uma proposta final que ajude na condução de um problema tão sério e tão grande como é aquele do Nordeste, envolvendo 30% da população do País.

Evidentemente, pelo adiantado da hora, não vamos emitir qualquer opinião pessoal, apesar de termos a experiência vivida, de termos sido Governador, Prefeito, primeiro Coordenador do PÓLONORDESTE, naquela área e trabalhado em outros setores do poder público federal e conhecemos, também, várias coisas.

Apenas uma observação, que eu gostaria que o nobre Superintendente da SUDENE levasse em consideração, já que somos daqueles que acreditamos plamente no Projeto MODART e acreditamos plamente no Projeto MOCLIMA, pela, vamos dizer assim, respeitabilidade do instituto que os formulou. Apenas, o que eu achava, como homem daquela região, é que dever-se-ia procurar uma estrutura, já que a SUDENE não é o órgão adequado, e V. Ex^o sabe disso, é um órgão de planejamento que está sob a sua responsabilidade, hoje, jogada nas suas costas para, ao mesmo tempo planejar e executar, por força da inexistência de um órgão executivo, digamos, ligado à SUDENE, por exemplo, o DNOCS, que tem uma estrutura que, naturalmente sob a supervisão do planejamento da SUDENE, poderia se encarregar da execução de um programa como esse do MODART. Tenho quase certeza, pela experiência que tenho, pelo conhecimento que tenho dos técnicos do CTA, que se esses aviões pudessem estar sob um comando unificado e não sobrecregendo a SUDENE que, justamente por ser órgão de planejamento, não tem a obrigação de ter elementos executivos para pôr esses aviões em funcionamento. Por exemplo: o avião do Ceará, que é equipado e pertence ao Governo do Ceará, a esta altura o seu equipamento está fora e o avião está servindo, apenas, como um transporte, para servir ao Governo. Então, esse não é um programa. O programa deveria ter esses aviões sob um comando único. Por exemplo, no meu Estado, o Piauí, viajo para lá sempre e vejo, desde julho, que tem nuvens compactas desde o começo do Estado até a Capital, em determinada hora do dia, às vezes de madrugada. Esse programa deveria ser, de tal forma, que os aviões subis-

sem quando houvessem nuvens, ainda que fosse de madrugada. E, a essa altura, evidentemente, rios e riachos estariam cheios.

Na Capital do Ceará só falta chover. Eu vou sempre lá e, vejo aqui quatro nobres representantes do Ceará, não me conformo que, por exemplo, um açude tão bem feito pelo Governador Virgílio Távora não esteja cheio a esta hora, quando há nuvens suficientes para serem nucleadas por aquele avião, se houvesse, naturalmente, um programa, um órgão executor, para não deixar passar uma única oportunidade. Lembro o caso do Itapacurá, bem próximo à SUDENE, e que, por determinação da SUDENE, no ano passado, em maio, ele ao mesmo tempo do Joanes I e II, de Salvador, ele foi cheio, também, por uma concentração feita por determinação da SUDENE.

Mas, eu quero justamente dizer: seria exigir demais da SUDENE e do seu Superintendente envolver-se ainda, além de tudo isso que tem em mira, com um programa sério, complexo e discutível como é o Programa do MODART.

Aproveito apenas a oportunidade para dizer que uma das soluções — uma das, há várias, não vamos mais esticar esta reunião que já vai longe — uma das seria realmente o MODART implantado em caráter definitivo, com todos os seus mecanismos, de captação de informações, de acionamento de pilotos, de um comando unificado. Porque eu não tenho dúvida nenhuma de que ele seria um complemento de, pelo menos, 30% a mais de água a cair no Nordeste, porque as nuvens estão lá em vários locais e várias regiões.

Quero agradecer ao nobre Superintendente da SUDENE e dizer-lhe da nossa satisfação por ele ter vindo aqui e, com a franqueza e honestidade que lhe são características, ter, realmente, nos trazido informações que nos satisfazem e nos ajudam a compor um documento que esta Comissão apresentará, oportunamente, não só ao Congresso mas à Presidência da República, como fruto desse trabalho, de mãos dadas, que não tem cor política e nem partidária e, por isso mesmo, V. S* viu aqui a interpeilação de Deputados e Senadores dos dois Partidos a indagar de V. Ex* números e dados para formularmos a nossa proposta.

Agradeço a todos a presença.
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião, às 13 horas e 42 minutos.)